

SONIA AZEVEDO DE MEDEIROS

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE
INCLUSÃO/EXCLUSÃO DE UMA ESCOLA REGULAR**

Orientadora: Maria Odete Emygdio da Silva

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Instituto de Educação

**Lisboa
2012**

SONIA AZEVEDO DE MEDEIROS

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE
INCLUSÃO/EXCLUSÃO DE UMA ESCOLA REGULAR**

Dissertação apresenta para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação no Curso de Mestrado em Ciências da Educação, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientadora: Professora Doutora Maria Odete Emygdio da Silva

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Instituto de Educação

**Lisboa
2012**

Professor, penso que... quem... está sempre falando e imaginando a escola ideal me parece que é o senhor e tantos outros que me julgam utópica, idealista.

Não tenho alunos ideais; tenho simplesmente alunos e não almejo uma escola ideal, mas a escola tal como se apresenta, em suas infinitas formas de ser.

Se eu me baseasse nessa escola idealizada, não teria a resistência de tantos, pois estava falando de uma escola imaginada pela maioria, na qual certamente não cabem todos os alunos, só os que se encaixam em nossos pretensos modelos e estereótipos.

Mantoan (2006, p. 41)

Aos meus filhos: Ethyene, Tathyane e Thiago, motivo maior da minha perseverança em estudar.

Aos meus pais que não mediram esforços em me auxiliar em todos os aspectos da minha vida especialmente a acadêmica, nos quais faço da minha conquista um instrumento de gratidão.

Aos meus irmãos, especialmente a Sanai, além de incentivadora, muito cuidou dos meus filhos nas horas da minha ausência.

Ao meu marido, que soube me compreender em tudo: ausência e falta de tempo para estar ao seu lado enquanto estudava.

As pessoas que apresentam necessidades especiais e seus familiares, que não desistiram de lutar pela educação dos seus filhos.

A todos que acreditam na educação.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, pelo dom da vida e todas as virtudes presentes nos seres humanos.

Aos colegas de trabalho (Centro de Ensino Rural e Centro de Reabilitação) por compreenderem as minhas ausências no trabalho.

A minha grande amiga “Marecida Bezerra de Araújo”, pelo incentivo e empenho em ouvir as dúvidas, angústias e ainda compartilhar os momentos de alegrias e vitórias.

A equipe da Escola lócus da pesquisa, pela aceitação e disponibilidade, não medindo esforços em atender-me nas horas que eu precisava.

Aos pais, professores e gestores, pela paciência em responder as entrevistas.

A minha querida orientadora Dr.^a Maria Odete Emydio da Silva, pela cumplicidade, paciência e incentivo durante a pesquisa. Pelos conhecimentos construídos nos nossos encontros presenciais e virtuais.

Aos colegas de curso Alberani e Aura pela troca de experiência e conhecimentos, como também a disponibilidade em ouvir as angústias e dúvidas.

Aos meus familiares, pais, marido, irmão e filhos pela compreensão nas horas da minha ausência.

Aos colegas educandos com necessidades especiais, que muito nos ensina, sem perceber.

RESUMO

A educação inclusiva consiste em um paradigma que objetiva inserir todos na escola regular, independentemente das suas potencialidades ou limitações. Entende-se que os educandos devem ter o direito de conviver uns com os outros, na diversidade, onde cada um é valorizado em suas peculiaridades. Neste contexto, é necessário assegurar condições de acesso e permanência dos alunos com necessidades especiais na escola regular, garantindo-lhes uma educação de qualidade. Sendo assim, esta pesquisa investigou a atual situação da inclusão numa escola do ensino regular, procurando identificar práticas que estão sendo adotadas pelos professores, para atender a escolarização das crianças com Necessidades Educacionais Especiais - NEE. O estudo de caso foi a escolha metodológica, que proporcionou o (re) conhecimento da realidade escolar. Através de uma criteriosa análise de documentos, de observações na escola e da análise de conteúdo das entrevistas (semiestruturadas) com mães, gestores, supervisores e professores, pôde-se perceber que a escola está buscando tornar-se mais inclusiva. Percebeu-se que a instituição trabalha em parceria com o Centro de Reabilitação, orienta sobre o desenvolvimento dos alunos com NEE e ainda efetivou a sala de recursos multifuncionais. Tais estratégias garantem, no município, um caminho inclusivo.

Palavras-chaves: inclusão, diversidade, estudo de caso, prática pedagógica

ABSTRACT

Inclusive education is a paradigm that aims to add everyone on the regular school, regardless of potential and limitations, it is understood that the students should have the right to live with each other, in diversity, where everyone is valued for their peculiarities. In this context, it is necessary to ensure conditions of access and retention of students with special needs in regular schools, providing them quality education. Thus, this research investigated the current status of inclusion in a mainstream school, trying to identify practices that are being adopted by teachers to fulfill the schooling of children with Special Educational Needs - SEN. The case study was the methodological choice, which provided the (re) cognition of the school reality. Through a careful analysis of documents, observations at school, and content analysis of interviews with mothers, managers, supervisors and teachers, we could notice that the school is seeking to become more inclusive. It was noticed that the institution works in partnership with the Rehabilitation Center, advises on the development of pupils with SEN and also effected the multifunction room. Such strategies provide the school in finding a way to become a benchmark of quality inclusive education in the city.

Keywords: Inclusion, Regular school, diversity, strategies, Teaching practice.

ABREVIATURA E SÍMBOLOS

NE - Necessidades Especiais.

UNESCO - United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization
(Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas)

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

CENESP - Centro Nacional de Educação Especial

CF - Constituição Federal.

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

CORDE - Coordenação Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência.

ONU - Organização das Nações Unidas.

MEC - Ministério da Educação e Cultura.

LIBRAS) Língua Brasileira de Sinais.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística.

FGV - Fundação Getúlio Vargas.

CPS – Centro de Política Sociais.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

SEESP - Secretaria de Educação Especial.

BPC - Benefício de prestação continuada.

AEE - Atendimento Educacional Especializado.

NEE - Necessidades Educacionais Especiais.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica.

PDDE - Programa de Dinheiro Direto na Escola.

PDE - Plano de Desenvolvimento da Escola.

PNLD - Programa Nacional de Alimentação Escolar.

PNTE - Programa Nacional da Biblioteca Escolar.

PPP - Projeto Político Pedagógico.

DV - Deficiência Visual.

SECD - Secretaria de Educação, cultura e Desportos.

RN - Rio Grande do Norte.

ASG - Auxiliar de Serviços gerais.

NER - Número de Entrevistas que as referiram.

CNE - Conselho Nacional de Educação.

CEB _ Câmara de Educação Básica.

ÍNDICE

Introdução	12
1 Enquadramento Teórico	14
1.1 Inclusão e educação inclusiva: um novo paradigma de escola.....	14
1.1.1 Inclusão: uma questão de direitos	20
1.1.2 Marcos político-legais da Educação Inclusiva no Brasil e no Rio Grande do Norte	22
1.2 Fatores facilitadores da inclusão educativa.....	33
1.2.1 As políticas públicas	34
1.2.2 O ambiente escolar: a certeza do sentimento de pertencimento no grupo.....	37
1.2.2.1 A gestão escolar	37
1.2.2.2 O currículo escolar.....	38
1.2.2.3 Relação Professor e Aluno	39
1.2.2.4 A avaliação	40
1.2.3 A colaboração de todos: a garantia de um ensino inclusivo.....	41
1.2.3.1 A parceria entre escola e família.....	42
1.2.3.2 A equipe especializada	43
1.2.3.3 As práticas de ensino e aprendizagem	44
2 Enquadramento Metodológico.....	50
2.1 Problemática e Questão de partida.....	50
2.2 Objetivos.....	51
2.3 Enquadramento do estudo	51
2.4 Operacionalização de conceitos	52
2.5 Instrumentos de recolha e tratamento de dados	54
2.5.1 Pesquisa documental	54
2.5.2 Observação naturalista.....	54
2.5.3 Entrevista	55
2.6 Caracterização dos sujeitos entrevistados	57
2.7 Caracterização da Escola onde decorreu o estudo	58
3 Análise e Discussão de Dados.....	62
3.1 Dos Documentos.....	62
3.2 Das Observações	62
3.3 Das Entrevistas	66
3.3.1. Com as Mães	66
3.3.2. Com os professores	68

3.3.3. Com a Equipe Administrativa.....	75
3.3.4. Da triangulação	80
4 Reflexões Finais.....	92
Referências Bibliográficas	96

Apêndices

Guião da entrevista	ii
Síntese das entrevistas.....	iv
Análise de conteúdo das entrevistas	xvi
Síntese Global das entrevistas	xxxv
Protocolo das entrevistas.....	xxxix
Ficha de observação realizada na Escola.....	lvii

ÍNDICE DE QUADRO

1. Deficiência no Brasil por Região.
2. Porcentagem da população com e sem deficiência.
3. Matrículas da educação regular X Educação Especial.
4. Recomendações relativamente à inclusão decorrentes de Documentos Internacionais e Nacionais.
5. Espaços observados: pontos fortes e fracos.
6. Categorias e subcategorias da entrevista às Mães e número e entrevistados que as referiram.
7. Categorias e subcategorias da entrevista aos professores e número de entrevistados que as referiram.
8. Categorias e subcategorias da entrevista da equipe administrativa e número de entrevistados que as referiram.

INTRODUÇÃO

A inclusão, hoje, constitui-se um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, conjugando assim igualdade e diferença como pressupostos inseparáveis de um novo fazer pedagógico. Diante de tais afirmativas, esse paradigma educacional passou assumir espaço primordial nos debates da sociedade contemporânea, apontando para a escola, um dos meios mais eficazes para superar a lógica da exclusão, tão presente no seio das nossas instituições.

Justifica-se então a realização dessa pesquisa que objetiva investigar a atual situação relativamente à inclusão numa escola do ensino regular, procurando identificar práticas que estão sendo adotadas pelos professores, para atender a escolarização das crianças com Necessidades Educacionais Especiais - NEE ou deficiência. A fim de encontrar e analisar os dados suficientes para algumas considerações, o estudo de caso foi a escolha realizada pela pesquisadora, entendendo que este pressupõe analisar as características holísticas e significativas dos acontecimentos reais, corroborando assim com os estudos de Yin (2005) e André (2008). Os dados obtidos foram analisados à luz da teoria de Bardin (1977) onde buscou-se ir além dos significados, da leitura simples do real, procurando encontrar outros contextos não mencionados pelos entrevistados, características ainda presentes nas pesquisas qualitativas, a qual essa encontra-se inserida.

Nesse contexto, foi necessário trabalhar com três evidências: pesquisa documental, entrevistas e observação naturalista, que juntas proporcionaram um atendimento contextualizado da realidade escolar que a instituição ora vivência. As análises do material recolhido foram analisadas à luz de teóricos que defendem o processo inclusivo nas escolas - Silva (2009, 2011), Mantoan (2006), Sanches e Teodoro (2007) e Rodrigues (2003). Ainda foram utilizados os estudos de Perrenoud (2007, 2001) e Bourdieu (1977) como colaboradores no entendimento das diferenças existentes em cada indivíduo e que encontram-se presentes no contexto escolar.

Para tanto, este trabalho divide-se em quatro partes distintas e correlacionadas. A primeira parte está destinada à fundamentação teórica do assunto, onde estão descritos os processos históricos, permeados pelos paradigmas da exclusão, integração e inclusão. Pode-se ainda realizar uma leitura a respeito de todo um cabedal jurídico-mundial e nacional que permitem a inclusão nas escolas. Além de se destacar alguns fatores facilitadores do processo inclusivo e, conseqüentemente, do processo de ensino-aprendizagem. Diante de tais leituras, evidenciou-se então a necessidade urgente das escolas estarem repensando seus paradigmas, concepções e práticas pedagógicas, com vistas a atender a todos que a procuram.

No segundo capítulo estão descritos os procedimentos metodológicos utilizados para atingir os objetivos propostos para pesquisa. Ressalta-se nesta parte a necessidade e importância desta tornar-se um estudo de caso, de uma vez, que buscou analisar e interpretar a realidade da escola, pautando-se ainda nas análises de documentos, observações e entrevistas realizadas durante o ano de 2011. Estão descritos também a caracterização dos professores e da escola, proporcionando assim uma visão realista do contexto educacional, buscando compreender as diversidades das práticas pedagógicas, as quais sustentam os saberes vivenciados dentro da instituição.

Quanto ao terceiro capítulo, destinado às análises e discussões dos dados obtidos no processo vivencial na escola, estão descritos as falas, observações e percepções que muito contribuíram para buscar a elucidação de fatos e lacunas traçados para a pesquisa. Sob este enfoque buscou-se evidências presentes nas observações e entrevistas que pudessem justificar as práticas no processo inclusivo da escola regular, apontando para soluções e estratégias que a comunidade escolar vem utilizando para oferecer um ensino de qualidade a todos, independentemente de apresentar NEE ou deficiência.

No último capítulo, estão as considerações finais, que apontam para a necessidade da escola continuar seu trabalho pautado no paradigma da inclusão, atendendo a todos que a procuram e principalmente, buscando a cada dia, novas estratégias para garantir não somente o acesso, mas também a permanência com qualidade dos seus educandos. Pode-se ainda repensar que existem alguns pontos necessários de mudança ou adequação, porém a continuidade de reuniões para planejamento e/ou formação continuada poderão minimizar ou solucioná-los.

Neste contexto, amplamente discutido, entende-se que a inclusão provoca medos e questionamentos aos profissionais da educação e de outros setores da sociedade, porém, é a educação quem pode modificar os padrões da sociedade, a qual está inserida. Sendo assim, uma escola que atenda a uma sociedade globalizada e heterogênea como a que se tem hoje, certamente deverá introduzir em suas práticas o entusiasmo, o ânimo, a criatividade e o incentivo à construção de novos saberes, hábitos e atitudes. Os nossos educandos e educadores precisam aprender a gostar de aprender, a construir sua aprendizagem com as pessoas que são diferentes delas, incorporando assim, o respeito a sensibilidade, a cooperação e principalmente o entendimento de que todos nós somos diferentes, todos nós somos importantes e que temos os mesmos direitos e deveres.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Inclusão e educação inclusiva: um novo paradigma de escola

O processo educativo das pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais foi marcado por fatores econômicos, jurídicos, sociais, psicológicos, religiosos e educacionais. Contudo, cada paradigma compreendido, era resultado das concepções da sociedade. Percebe-se que o atual processo inclusivo, o qual a sociedade vivencia hoje, foi marcado por um percurso histórico difícil e demorado, onde estas pessoas foram alvo de sacrifícios, torturas, piedade e por fim, aceitas como cidadãos com direitos livres.

Em algumas sociedades primitivas, as pessoas com deficiência eram abandonadas ou exterminadas, pois, estes povos eram nômades e dependentes da natureza, e entendiam que não havia oportunidades para pessoas que não tivessem condições de colaborar efetivamente com atividades produtivas.

Na idade média – século XVI e XVII – as pessoas com deficiência passaram a ser compreendidas sob a ótica das manifestações das forças dos deuses ou demônio, comumente eram vítimas de exorcismos, bruxaria e encarceramento. Nesta época, ainda surgiram alguns hospícios e albergues que acolhiam os deficientes e marginalizados; nesse contexto, a sociedade era “protegida”, pois estas pessoas eram vistas como uma ameaça, acarretando assim um sistema de exclusão, como frisa Santos (1999, p.2) “a exclusão é, sobretudo um fenômeno cultural e social, um fenômeno da civilização”.

Já no século XIX, a deficiência passa a ser compreendida sob a ótica científica, onde se percebeu que poderia ser possível de tratamento, evitada ou controlada. Prevalece nesse contexto o tratamento médico, hospitalar e as pesquisas genéticas que junto aos avanços tecnológicos começam, pouco a pouco, a mudar a antiga visão das sociedades.

No tocante ao processo educativo, ainda não se percebia uma preocupação, mas, alguns seguimentos da sociedade já estavam iniciando este processo. Nesse contexto, Correia (1997, p.13) evidencia que:

A política global consiste em separar e isolar estas crianças do grupo principal e minoritário da sociedade. Há uma necessidade, óbvia e compreensível, de evidenciar empenho na resolução do problema: começam a surgir instituições, asilos, em que são colocadas muitas crianças rotuladas e segregadas em função da sua deficiência.

Destaca-se aqui o entendimento de que estas crianças têm direito à educação especial, porém separados dos outros educandos. Neste aspecto, surge o paradigma segregativo na escola. Assim, existia uma Instituição Especializada, com uma pedagogia

diferente, uma educação especial, cuja intervenção decorria de um diagnóstico médico-psico-pedagógico. Proliferaram-se por todo o mundo diversas Associações, Institutos que tinham como propósito atender a essa clientela que aumentava a cada dia.

O atendimento educativo, de cunho separado, começa a ser questionado em todo o mundo, a partir da década de 60, principalmente, em decorrência do movimento em prol da normalização¹, surgida na Dinamarca, com Bank Mikkelsen (1959), que depois foi melhor sistematizado por Nirge (1969) e por Wolfensberger (1972), sendo rapidamente disseminado por todo o mundo.

Na segunda metade do século XX, os indivíduos com necessidades especiais passavam, embora que lentamente, a ser percebidos como pessoas que devem ter acesso a todos os serviços e benefícios que os demais cidadãos usufruíam. Diante de algumas indagações, o atendimento educacional segregativo, começa a ser questionado. Surge então o processo de integração que objetiva inserir o educando com deficiência na escola regular.

Sob esse novo paradigma, Mantoan (2006, p. 18) explica: “pela integração escolar, o aluno tem acesso as escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vai da inserção às salas de aula do ensino regular ao ensino em escolas especiais.

Nesse modelo, não existia a preocupação com a adaptação do educando com necessidades especiais ao sistema escolar, ele era o responsável pela sua continuidade na escola, ou seja, a escola não mudou seu currículo, metodologia, avaliação em prol de atender esse novo tipo de aluno, pelo contrário, o educando era quem precisava se adequar à escola, diante de tais perspectivas, poucos alunos permaneciam na escola regular.

Na Inglaterra, é regulamentado pelo “Education Act” o relatório de “Warnock Report Special Education Needs”² que foi responsável pela introdução do conceito de necessidades educativas especiais, que muito contribuiu para minimizar as barreiras médicas e psicológicas, até então responsáveis pela integração desses alunos na escola regular.

O sistema integrativo passou a ser bastante discutido, especialmente pelos objetivos que se propõem: integrar o aluno à escola regular e este participando da intervenção na sala de apoio. A esse respeito Silva (2009, p 141) destaca.

O apoio decorria em salas próprias para efeito, após o diagnóstico do foro médico ou psicológico. Era equacionado de

¹ normatização é entendido aqui como sendo a oferta de condições de vida idênticas às que as outras pessoas recebem. Ensinando-o a viver uma vida tão normal quanto possível.

² O relatório Warnock foi um documento apresentado ao parlamento do Reino Unido, elaborado por um comitê presidido por Mary Warnock, constituído para rever o atendimento aos indivíduos com deficiências na Inglaterra, País de Gales e Escócia. Trata-se de documento clássico na área, entre outras questões por ter introduzido o conceito de “necessidades educacionais especiais”.

modo a não provocar qualquer perturbação na turma do ensino regular, nomeadamente porque a permanência destes alunos na escola não acarretava mudanças a nível do currículo, nem a nível das estratégias pedagógicas utilizadas.

Com tamanho descaso que as pessoas com NE enfrentavam dentro da escola, era fácil identificar o resultado desse sistema: apenas um número muito pequeno de educandos com permanência na escola regular. Não demorou muito e algumas entidades da sociedade passaram a defender ideias relacionadas a plena participação numa sociedade “de” e “para” todos, especialmente em 1981 (considerado o ano Internacional do Deficiente). “Tais discussões trouxeram para o seio da escola a proposta dela atender os educandos em sua individualidade e necessidades educativas especiais de cada um” (Silva, 2009).

Sob esse prisma, torna-se claramente perceptível que a escola começa a ser questionada em seu sentido homogêneo, ou seja, tratar a todos por igualdade, atendendo as diferenças sem discriminar. Tal propósito deve estar pautado no papel da indiferença às diferenças na gênese das desigualdades de êxito escolar. Nesse sentido, a escola deve perder a função de neutralidade, passando a ser uma instituição ativa na exclusão/inclusão dos educandos.

Sobre essa perspectiva Bourdieu (1966. P.336-337) diz

Para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore no conteúdo de ensino transmitido, nos métodos e nas técnicas de transmissão e nos critérios de julgamento, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais: em outras palavras, tratando todos os alunos, por mais desiguais que sejam de fato, como iguais em direitos e em deveres, o sistema escolar é levado a dar, na verdade, sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura. A igualdade formal que regula a prática pedagógica serve, na verdade, de máscara e de justificativa à diferença para com as desigualdades reais diante do ensino e diante da cultura ensinada ou, mais exatamente, exigida.

Mais concretamente, pode-se perceber que a escola exerce uma função primordial; determinar quem permanece ou não nela. Diante de tais considerações, a inclusão vislumbra mudanças efetivas no processo educacional, de uma vez que tende a beneficiar todos os alunos com deficiência ou não. Nesse contexto, entende-se como um paradigma cuja intenção é melhorar a educação, pois são beneficiados todos os alunos (Mantoan, 2006).

Movidos por reflexões à cerca da concepção dos direitos das pessoas com deficiências, proliferaram-se por todo o mundo, declarações internacionais, acordos, cartas de intenção, legislações, entre outros; que sinalizam a intenção de respeitar as pessoas em

suas singularidades e diferenças, minimizando a exclusão escolar. À luz desse parâmetro Santos (1999, p.18) afirma: “A gestão da exclusão dá-se, pois, por via da assimilação prosseguida por uma ampla política cultural orientada para a homogeneização e a homogeneidade. Em vez do direito à diferença, a política da homogeneidade cultural impõe o direito à indiferença.”

Portanto, incluir é compreender que existem diferenças entre as pessoas e que estas devem ter direito ao acesso, ingresso e principalmente, a permanência na escola, onde a inclusão do diferente pode ser enriquecedora e não uma ameaça, que a diferença não é um desvio da humanidade, mas uma forma de ser humano (Parolin, 2006).

Posto isso, acredita-se que o caminho da inclusão está semeado na sociedade e que deve ser incentivado no interior das escolas, que são instituições que formam ou devem formar, cidadãos com consciência de respeito e tolerância às diferenças dos indivíduos. Precisamos intervir o quanto antes, na busca de atingirmos tais ideias, tão bem expressos por Morin (2000, p.550):

Cabe à educação do futuro cuidar para que a ideia de unidade da espécie humana não apague a ideia de diversidade e que a da sua diversidade não apague a da unidade... A educação deverá ilustrar esse princípio de unidade diversidade em todas as esferas.

Assim, a educação inclusiva pressupõe que o trabalho pautado na diversidade humana, provoca nos educandos, múltiplas experiências de vida e de relações sociais e afetivas, onde o ambiente escolar torna-se mais propício para aprendizagens significativas. A incorporação da aceitação da diversidade na sala de aula, o contato com as diferenças individuais e culturais, permitem que os indivíduos tornem-se seres humanos, dotados de valores democráticos que proporcionem a superação da exclusão das pessoas com necessidades especiais.

Percebe-se ainda, que a rejeição e a aceitação da educação inclusiva ainda é muito evidente no meio escolar. Levantam-se hipóteses, dúvidas e receios, de uma vez que, este paradigma pressupõe romper barreiras, desmistificar conhecimentos arraigados e a possibilidade de se construir novos rumos. Partindo desse entendimento, a escola pode mobilizar os recursos disponíveis em seus contextos atuais, promovendo o pleno desenvolvimento de todos e evitando o surgimento de situações indesejáveis no âmbito educacional.

Dessa maneira, a escola deve ser capaz de mudar e flexibilizar suas práticas sempre que lhe for necessário, onde a sociedade possa perceber na instituição educacional as possibilidades e desejos de atender as inovações do mundo contemporâneo.

Com base nessas concepções Perrenoud (2000, p.10) enaltece o trabalho da escola

Deixamos - lentamente - a tranqüila segurança da ideologia da doação, para a qual o fracasso, por mais lamentável que fosse, precisa estar na ordem das coisas, consequência inelutável da distribuição desigual das aptidões. É chegado o momento, quando a vontade política não impede mais qualquer reforma, de propor respostas pedagógicas ao fracasso escolar.

Percebe-se então que os educadores têm uma função primordial nessa mudança: acreditar que todos os educandos são capazes de aprender e se desenvolver bem, desde que sejam incentivados e estimulados, numa escola onde todos são aceitos com suas diferenças. E ao falar em diferença, busca-se compreender o real sentido dessa palavra, não tentando eliminá-las em favor de uma suposta igualdade. Assim, torna-se importante que o discurso da aceitação das diferenças no mundo globalizado de hoje, não nos parece utópico, de uma vez que Mantoan apud Santos (2004, p. 39) expõe essa importância:

Nem todas as diferenças necessariamente inferiorizam as pessoas. Há diferenças e há igualdades – nem tudo deve ser igual, assim como nem tudo deve ser diferente. É preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza.

Nesse contexto, o educador deve ser um profissional capaz de atuar com esta nova possibilidade, perceber que todos os educandos têm direito a estar na escola e aprender com qualidade e que este ensino deve atender as peculiaridades de cada um. Sendo assim, este profissional é desafiado diariamente a responder as novas e crescentes expectativas projetadas sobre ele, seus alunos, a escola e, por conseguinte, a sociedade. Encontrando-se a cada momento com questões diversas o educador precisa encontrar e ser apoiado nessas novas experiências, porque trabalhar com educandos que apresentam necessidades educacionais é algo que a maioria dos professores relata não estar preparados, de uma vez que na sua formação inicial o termo inclusão não foi discutido.

Colaborando com este entendimento Fácion e Levy (2005, p. 157) justificam

É necessário associar os objetivos da inclusão à escola e ao educador e desse conjunto fazer florescer novas perspectivas. Sem essa preocupação, não importa qual seja o modelo funcional aplicado, se quem o recebe não está qualificado para tal, os resultados são desastrosos.

Esta preocupação deve estar presente em todas as reflexões das gestões políticas e educacionais. É necessário incluir todos os alunos na escola sim, porém é urgente qualificar os profissionais da educação, para que estes possam atuar de modo eficaz com os desafios que lhes são acrescidos. Por fim, a proposta inclusiva parte de pressupostos que embasam modificações dentro e fora da sala de aula. A efeito, as mudanças mais significativas devem acontecer pelo professor, pois eles estão em contato direto com os educandos.

Silva (2009, p.148) ratifica também “Quanto à prática pedagógica dos professores, a flexibilização curricular e a pedagogia diferenciada centrada na compreensão, bem como estratégias como a aprendizagem cooperativa, são medidas que permitem dar respostas a todos os alunos, no contexto do seu grupo – turma.”

Nessa perspectiva, a escola deve buscar novos caminhos para auxiliar seus professores, sejam formar grupos de estudos, favorecer a troca de experiências, montar equipes com multiprofissionais³ e trabalhar em equipe com as famílias e a sociedade. Atuando dessa forma, a escola amplia seus horizontes, reforça sua missão e dá respostas eficientes a todos que procuram. Por vezes, se a escola não atuar de modo sistemático e estimular do professor, ele pode desanimar-se diante da sua possível impotência, como Perrenoud (2001, 68) afirma “Não se sabe se a maioria dos professores de ensino regular fará uma escolha clara e definitiva entre ambas às atitudes. Ao contrário, acredito que muitos devem oscilar entre momentos de otimismo inovador e momentos de pessimismo conservador.”

Mudar práticas pedagógicas presentes na nossa formação e experiência profissional é algo que para muitos educadores, não é tarefa fácil. Em alguns casos o sentimento de que não deu certo todos os investimentos que foram dispostos para determinada situação, os resultados esperados não vieram e a aprendizagem não se processou como planejada, deixam os professores com receios de continuarem a trilhar os caminhos da inclusão. Cabe então ao professor, em consonância com a equipe técnica – pedagógica⁴, preparar e implementar as mudanças necessárias em sua prática pedagógica, onde todos os alunos devem participar como sujeitos atuantes dessa mudança.

Portanto, a ideia de educação inclusiva deve ser adotada por todos que compõem a escola, partindo de reflexões concretas almejando chegar à verdadeira essência da escola: proporcionar o pleno desenvolvimento de todos os seus educandos, sem deixar para trás

³ as equipes multiprofissionais geralmente são compostas por uma variedade de profissionais como: assistente social, fonoaudiólogo, psicólogo, psicopedagogo, fisioterapeuta, pedagogo e outros.

⁴ São os gestores e supervisores pedagógicos da escola.

nenhum, construindo uma relação de cooperação e autoajuda entre todos, que possam sentir-se parte integrante do sistema educacional independente de suas peculiaridades.

1.1.1. Inclusão: uma questão de direitos

A educação inclusiva está pautada, em princípios que regem a dignidade humana, o direito de ser respeitado em suas diferenças, porém de ser um indivíduo que deve ser aceito na sua individualidade. Nesse sentido, entende-se que, para as pessoas com necessidades especiais não deveriam existir leis que garantissem o seu acesso às instituições escolares, esse direito já deveria estar inserido no interior das pessoas, de uma vez, que essa clientela também é um ser humano.

Porém, muitos seguimentos da sociedade não utilizavam o entendimento das leis que deveriam ser para todos, independentemente de suas condições sociais, econômicas, culturais, etnia, sexo, deficiência, entre outros. A partir de tais constatações, começam a surgir Leis que objetivam explicar de modo específico o direito dos grupos sociais excluídos da sociedade.

No tocante à instituição escolar Bourdieu⁵ (1966) enfatiza que esta cumpre papel primordial na manutenção dessa realidade, de uma vez que caracteriza a aprendizagem dos alunos como dons de inteligência ou não, esquivando-se da sua responsabilidade em construir o conhecimento.

Perplexos com uma realidade tão cruel, que deixava a cada dia diversos alunos fora da escola, conselhos organizados da sociedade começam a disseminar ideias relacionadas ao amplo acesso e permanência das pessoas com necessidades especiais na escola regular surgindo daí, várias leis que asseguram estes direitos.

O primeiro documento internacional datado de 1948, sob o título de “Declaração Universal dos Direitos Humanos” assegurava de maneira geral às pessoas com deficiência os mesmos direitos à liberdade, uma vida digna, à educação fundamental, ao desenvolvimento pessoal e social e livre participação na vida em comunidade.

Apesar de estar expresso nessa Declaração, o direito às pessoas com necessidades especiais, estas continuaram sendo excluídas de diversas áreas da sociedade, restringindo-se apenas aos direitos à vida e ao convívio familiar. O preconceito e a discriminação ainda prevaleciam, motivando e explicando o processo de exclusão/segregação que prevaleceu durante muitas décadas em todo o mundo. As

⁵ Bourdieu preconiza que a escola é um espaço de reprodução de estruturas sociais e que costuma considerar as características como sendo naturais dos alunos das classes mais altas, como costuma ver nas crianças menos privilegiadas economicamente um desafio.

peessoas com NE eram tratadas como caso de saúde⁶ e, portanto, a escola não devia trabalhar com essa clientela.

Algumas práticas segregativas começaram a dar lugar às práticas de integração, onde se passou a utilizar o termo educação especial, destinado a atender os educandos oriundos do modelo médico-assistencialista⁷. Por muito tempo, compreendia-se que, este tipo de educação deveria continuar sob a responsabilidade dos médicos, ocasionando assim, uma separação entre dois sistemas educacionais: o regular e o especial⁸. Entendia-se que estas pessoas eram doentes que precisavam de médicos, não de educação.

Por várias décadas esse enfoque foi utilizado, sendo que em 1990 as velhas ideias assistencialistas foram suplantadas pela tese da inclusão. O rompimento com práticas e conceitos antigos revirou a escola regular, desmistificando o entendimento de que todos os indivíduos aprendam do mesmo jeito. Ainda neste ano surge a “Declaração mundial sobre Educação para todos”, realizada em Jomtien, na Tailândia, onde se lembrou que a educação é um direito fundamental de todos, mulheres, homens, de todas as idades, no mundo todo, e dentre essa afirmativa subentendia-se que as pessoas com NE estavam incluídas nessa recomendação.

Em 1994, aconteceu a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e qualidade. Organizada pela Espanha e a UNESCO, ficou conhecida por Declaração de Salamanca em alusão à cidade em que se realizou. Nela, os países signatários, dos quais o Brasil faz parte, declararam:

- * Todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental a educação e que a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimento;
- * Cada criança tem características, interesses, capacidades, e necessidades que lhe são próprias;
- * Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades;

⁶ Entendia-se que a deficiência era algo apenas orgânico ou biológico, que impedia, portanto, a aprendizagem.

⁷ O modelo médico-assistencialista era visto como o encarregado de minimizar as patologias e informar a família sobre o desenvolvimento ou não daquela pessoa, não havendo aqui, uma preocupação com a aprendizagem escolar.

⁸ Diferencia-se o ensino regular do especial como sendo: regular; aquele que é destinado aos alunos sem deficiência ou doença; enquanto que a escola especial atendia aos educandos que apresentasse alguma deficiência.

- * As pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades;
- * As escolas comuns, com essa orientação integradora, representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar a educação para todos;

A referida declaração ainda se dirige a todos os governos, incitando-os a:

- * Dar a mais alta prioridade políticas e orçamentárias à melhoria de seus sistemas educativos, para que possam abranger todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais;
- * Adotar, com força de lei ou como política, o princípio da educação integradora, que permita a matrícula de todas as crianças em escolas comuns, a menos que haja razões convincentes para o contrário;
- * Criar mecanismos, descentralizadores e participativos, de planejamento, supervisão e avaliação do ensino de crianças e adultos com necessidades educacionais especiais;
- * Promover e facilitar a participação dos pais, comunidades e organizações de pessoas com deficiências, no planejamento e no processo de tomada de decisões, para atender a alunos com necessidades educacionais especiais;
- * Assegurar que, num contexto de mudanças sistemáticas, os programas de formação do professorado, tanto inicial como contínuas, estejam voltados para atender às necessidades educacionais especiais, nas escolas integradoras.

Ao assinalar esta Declaração, o Brasil comprometeu-se com o alcance dos objetivos propostos, que visam à transformação dos sistemas educacionais brasileiros em sistemas educacionais inclusivos.

1.1.2 Marcos político-legais da Educação Inclusiva no Brasil e no Rio Grande do Norte

O Brasil acompanhou as mudanças que estavam ocorrendo em todo o mundo. Entre retrocessos e avanços foram muitas leis e decretos que objetivavam garantir o acesso e a permanência de todos os educandos, inclusive os que apresentam necessidades especiais. Dos vários marcos históricos pode-se citar em 1954 a instituição do Ensino Especial como uma opção à escola regular; é fundada ainda a primeira Associação de Pais

e Amigos dos Excepcionais (APAE)⁹, com o objetivo de suprir as necessidades educacionais e oferecer o atendimento especializado.

Em 1961 é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que garante o direito da criança com deficiência à Educação, de preferência na escola regular. Na prática, esse preferencialmente, deixou uma abertura que os sistemas educacionais: especial e regular continuassem trabalhando da mesma forma, segregando àqueles que tinham necessidades especiais. Dez anos depois da sanção da LDB, aconteceu um retrocesso jurídico liderado pela lei nº 5.692 que determinou “tratamento especial”¹⁰ para crianças com deficiência, reforçando ainda mais as escolas especiais.

O Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, criado em 1973, tinha como missão integrar os que acompanham o ritmo escolar e direcionar os demais, para a Educação Especial. Nessa Vertente, o sistema segregativo permanece imutável e o acesso a Escola regular torna-se cada vez mais difícil. Contudo, em 1988 trouxe novas perspectivas para educação inclusiva, a nova Constituição Federal – CF Brasileira estabelece a igualdade no acesso à escola. O tratamento especializado passa a ser uma obrigação do Estado e de preferência na rede regular.

Esta constituição regulamenta os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, dando-lhe uma relevância significativa, pois nenhuma outra Lei poderia lhe contradizer. Permeada de avanços importantes referentes à Educação das Pessoas com Necessidades Especiais, os seus artigos garantem todos os direitos e deveres, igualmente aplicados aos cidadãos brasileiros, com vistas a preservar a cidadania e a dignidade humana (artigo 1º, incisos II e III).

Convém destacar que um dos objetivos fundamentais é a formação do bem de todos, sem nenhum tipo de preconceito ou discriminação. (Art. 3º, inciso IV). No Art. 5º e seus setenta e sete incisos, estão fundamentados o ordenamento jurídico do Brasil, garantindo o direito de igualdade; devendo ser respeitadas as diferenças de cada um.

Dentro da CF, precisamente no Art. 205, a educação é regulamentada, explicitam o direito de todos à educação, que deve preconizar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ainda destaca a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, inciso I), acrescido do dever do

⁹ APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais é uma organização não-governamental fundada em 1954 para apoiar os pais e educandos e professores que trabalham com pessoas que apresentam NEE.

¹⁰ O termo “tratamento especial” significa que se as pessoas eram especiais, ou seja, deficientes, não precisam de escolas regulares, porém de uma escola especial, preparada para atendê-los em suas especificidades.

Estado com a educação (art.208, inciso V) e a oferta de atendimento especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (inciso III).

Ressalta-se ainda que o “preferencialmente” se reporta ao atendimento especializado, que deve ser responsável por auxiliar os educadores e educandos a compreenderem e a atenderem as peculiaridades de cada um. Nesta concepção da lei, esse atendimento de estar disponível em todos os níveis de ensino, porém ele ainda pode ser oferecido fora da escola regular, como uma forma de complemento e, não como substituto a rede regular.

Com relação à CF, Mantoan (2006, p. 26) é categórica

Ao garantir a todos o direito à educação e ao acesso à escola, a Constituição Federal não usa adjetivos. Por essa razão, toda a escola deve atender aos princípios constitucionais sem excluir nenhuma pessoa em decorrência de sua origem, raça, cor, idade ou deficiência.

Contudo, as garantias que estão previstas na Lei não é suficiente, muitos cidadãos estão fora ou sendo expulsos da escola diariamente. Muitas são as razões: falta de motivação, práticas pedagógicas arcaicas, a não oferta do atendimento especializado, desrespeito às leis pela família e escola, entre outros. O discurso da oferta de um ensino de qualidade para todos, esbarra, na maioria das vezes em escolas mal estruturadas fisicamente e pedagogicamente, escassez de recursos financeiros e humanos e por fim, desinteresse da própria escola em mudar frente aos desafios impostos pela lei.

Ainda foi aprovada a Lei 7.853 de 1989 que criminalizava qualquer forma de preconceito, onde nenhuma escola ou creche pode recusar, sem justa causa, o acesso da pessoa com necessidades especiais à instituição, onde o infrator pode ser condenado por um a quatro anos de prisão, além de multa.

As discussões sobre a prática de inclusão tomaram o cenário educacional; as leis garantem a todos, os direitos, e as famílias juntamente com a comunidade organizada passaram a exigir o cumprimento e a garantia de tais direitos. A escola precisou se preparar, rever sua missão, refletir sobre as mudanças e atender a todos que a procuravam.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA entra em vigor no ano de 1990, assegurando aos pais ou responsáveis a obrigação de matricular os filhos na rede regular. Com uma forte influência externa advinda da Declaração de Salamanca, o Brasil definiu políticas, princípios e práticas da Educação Especial e influi nas políticas públicas de educação. A escola passou a trabalhar com a perspectiva das diferenças, onde o aluno ideal, a classe homogênea, todos ensinando e aprendendo da mesma maneira desapareceu, caiu por terra os conhecimentos difundidos durante várias décadas.

Pensar em diferença, trabalhar com a diversidade implica oferecer várias intervenções, o caminho da inclusão para atender a todos beneficia um número maior de educandos e a melhoria na qualidade de ensino aumenta sensivelmente.

O ano de 1996 termina com a sanção da nova lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB que atribui às redes o dever de assegurar currículo, métodos, recursos e organização para atender às necessidades dos alunos. Ainda ratifica todos os artigos que trata a Constituição Federal no tocante à educação. Baseando-se na atual LDB, os cursos de formação de professores devem modificar seus currículos de modo que possam atender as inovações que as leis recomendam.

O decreto nº 3.298 publicado em 1999 instituiu a Coordenação Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, órgão autônomo responsável pela coordenação, elaboração e acompanhamento das políticas públicas relacionados às pessoas com deficiências.

Em 2001 é editado o Plano Nacional de Educação e as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. No geral, tais legislações defendem que o atendimento aos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais deve ser preferencialmente oferecido na escola regular, ressaltam o apoio e a necessidade, apenas extraordinariamente, de criarem classes especiais em escolas regulares, de modo que garantam a educação para todos.

Já em 2002, são definidas que as Universidades devem formar professores para atender alunos com necessidades especiais. A Lei nº 10.436/02 reconhece a língua brasileira de sinais – LIBRAS, como meio legal de comunicação e expressão das pessoas que apresentam surdez. O sistema Braile também foi aprovado neste mesmo ano, passando então a ser utilizada para o ensino, produção e a sua difusão em todas as modalidades de educação.

A inclusão em 2003 foi bastante difundida em todo território brasileiro. O Ministério da Educação e Cultura – MEC cria o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que forma professores para atuar na disseminação da Educação Inclusiva. Em 2008, divulgou-se o fim da segregação, através da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, definindo que todos devem estudar na escola comum. Pela primeira vez, o número de crianças com deficiências matriculadas na escola regular ultrapassa o das que estão na escola especial. O Brasil ratifica a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, na Organização das Nações Unidas – ONU, fazendo da norma parte da legislação.

A nova política nacional para educação especial é taxativa: todas as crianças e jovens com necessidades especiais devem estudar na escola regular. Desaparecendo as

escolas especiais e as classes segregativas, e o atendimento especializado¹¹ deve existir apenas no turno oposto. Tais recomendações estão expressas no decreto 6.571/2008 e o prazo para que todos os municípios se ajustarem às novas regras termina em 2010.

Pode-se enfatizar que com este decreto as instituições especializadas¹² não serão extintas, elas passam a auxiliar a escola regular, através de parcerias que oferecem o atendimento especializado em contra turno. Os professores da educação especial ampliam suas funções, para dar apoio com estratégias e recursos que facilitem a aprendizagem (Mantoan, 2006).

Como se pode perceber, o Brasil é um país que está muito bem servido de leis, decretos e recomendações sobre a educação inclusiva. As discussões hoje devem estar permeadas sobre a questão de como incluir esse aluno na escola regular e garantir o acesso e a permanência dele no sistema educacional regular. Não se trata mais de sancionar leis ou similares, falta apenas que estas recomendações saiam da teoria e adentrem as práticas da escola, como Prieto (2006, p.35) alerta:

Temos desafios a enfrentar para atingir a educação como direito de todos. Um deles é não permitir que esse direito seja traduzido, meramente como cumprimento da obrigação de matricular e manter alunos com necessidades especiais em classes comuns. Se assim for, ou seja, se o investimento na qualidade de ensino não se tornar uma ação constante, a evolução das matrículas desse alunado na classe comum pode resultar em recrudescimento da rejeição - já existe nas escolas - e em maior dificuldade de estudarem junto com os outros alunos. Nesse caso, eles podem ter acesso à escola, ou nela permanecer apenas para atender a uma exigência legal, sem que isso signifique reconhecimento de sua igualdade de direitos.

Facilmente se presume que todos os cidadãos brasileiros não necessitam de mais leis para garantir a inclusão, porém é urgente que toda sociedade tenha consciência do efetivo direito das pessoas com necessidades especiais e que negá-los é um fato desumano. Partir de tais princípios é o ponto crucial que a escola deve compreender colocá-lo em prática, esperar que os profissionais afirmem que estão preparados para a inclusão é utopia, na realidade esta capacitação acontece no dia a dia, aliando conhecimentos teóricos e principalmente os práticos, pois cada educando apresenta uma singularidade diferente que precisa ser compreendida e respeitada.

¹¹ Atendimento especializado é composto por uma equipe multidisciplinar que auxilia as escolas regulares e a família no processo de inclusão.

¹² As instituições especializadas eram aquelas que ofereciam ensino especial só para alunos com deficiência.

A educação é um direito assegurado a todas as pessoas independente de sua cor, sexo, etnia, de ser deficiente ou não. Contudo, esse direito, durante muito tempo foi negado a uma boa parcela da população brasileira: pobres, negros, mulheres e pessoas com deficiência não tinham acesso à escola. No caso específico da educação especial no Brasil, percebeu-se um investimento muito pouco aliado a um descaso público do governo e da sociedade, porém este tipo de educação lentamente foi incorporado ao sistema educacional através do trabalho das Instituições que atendiam a essa parcela da comunidade. O trabalho era de cunho assistencialista, cumprindo apenas a função de auxílio e amparo.

O marco de referência na educação especial brasileira encontra-se com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854 e o Instituto dos Surdos-Mudos em 1857, ambos no Rio de Janeiro (Mendes, 2006). A iniciativa foi muito boa, de uma vez que atendiam as pessoas com deficiência, contudo, diversos questionamentos contribuíram para a deteriorização desses institutos, que de acordo com Bueno (1993) cumpriam apenas a função de auxílio aos deficientes, baseando-se em política de “favor”.

Convém enfatizar que a partir do século XVI, médicos e pedagogos brasileiros começaram a acreditar e divulgar a hipótese de serem inseridas na educação, as pessoas com necessidades especiais. Por volta dos anos de 1874, surge na Bahia, o primeiro hospital psiquiátrico que isolava e internava os doentes mentais. Surge então outra consequência, casos graves eram tratados nestes hospitais, enquanto que os mais leves permaneciam sem nenhum tipo de ajuda.

Embora que de forma lenta, a educação especial começa a se expandir; de acordo com Bueno (1993), foi criado em 1903 o Pavilhão Bourneville, no hospital D. Pedro II (Bahia) para atender os doentes mentais, em 1923, o Pavilhão de Menores do Hospital do Juqueri e o Instituto Pestalozzi de Canoas em 1927. Ainda em 1924 na cidade do Rio de Janeiro surge a União dos Cegos do Brasil e em São Paulo no ano de 1929 o Instituto Padre Chico, ambas objetivavam atender os deficientes visuais.

Nas décadas de 30 e 40 as entidades, públicas e privadas, para atendimento aos deficientes se proliferaram de forma significativa. Surgem as Sociedades Pestalozzi de Minas Gerais, A Fundação Dona Paulina de Souza Queiroz e em Recife a Escola Especial Ulisses Pernambucano e a Escola Alfredo Freire. São criados setores de inspeção médica escolar responsável pela criação de classes especiais e formação de profissionais para trabalhar com esta clientela. Tem início assim a segregação educacional como diz Montoan (2006, p.23): “o ensino escolar brasileiro continua aberto a poucos, e essa situação se acentua drasticamente no caso de alunos com deficiência”.

Diante do número crescente de instituições particulares que estavam sendo criadas, para atender a essa parcela da população, o governo começa a se preocupar e em

1957, a educação do deficiente é assumida a nível nacional, pelo governo federal. A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1961 garante a “chamada educação dos excepcionais”¹³, ou seja, as pessoas com necessidades especiais passam a ser integradas na escola e na comunidade, mesmo que lentamente. Ainda estão assegurados auxílio do governo federal às entidades não-governamentais que prestarem serviços especializados.

A ajuda financeira traz ganhos positivos para a educação especial, pois as instituições especializadas passam a oferecer melhores serviços a essa parcela da população, porém, cada vez mais o ensino torna-se mais excludente e segregativo, pois estas instituições trabalhavam com esta concepção de que para pessoas com necessidades especiais o ensino deveria ser especial, pautado em atendimentos que priorizavam o déficit ou falta daquela pessoa.

No tocante ao estado do Rio Grande do Norte, a educação especial teve início em 1952, onde foi inaugurado, em Natal, o Instituto de proteção aos Cegos, surdos-mudos e, em 1954, surge a Clínica Pedagógica Professor Heitor Carrilho, destinada ao atendimento de pessoas com deficiência mental. Ainda surge o movimento Apaeano¹⁴, que surgiu no Brasil em 1954 e chega ao Rio grande do Norte, em Natal cinco anos depois. A Instituição foi instalada em caráter provisório no clube de Pais e Mestres da Clínica Pedagógica Professor Heitor Carrilho. A partir daí, foram anos de luta, sobrevivendo de doações e da realização de eventos. Hoje no estado do RN existem 17 Associações¹⁵ que objetivam promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, prestação de serviços e apoio às famílias, direcionadas a melhoria de qualidade de vida da pessoa com deficiência e a construção de uma sociedade justa e solidária.

Em termos de política nacional, o governo cria em 1973 o Centro Nacional de Educação especial – CENESP, ligado ao Ministério de Educação e Cultura. A função deste Centro era acompanhar os processos de integração nas escolas regulares, prestando alguma assessoria à comunidade escolar. Surgem então os primeiros cursos de formação de professores na área da Educação Especial, pesquisas em educação e programas de pós-graduação voltados para a temática da Educação Especial.

Nos anos 80, incentivados pelo Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência em 1981, cujo tema “participação plena e igualdade”, o Brasil cria em 1986 a

¹³ Denominação das pessoas que tinham deficiência.

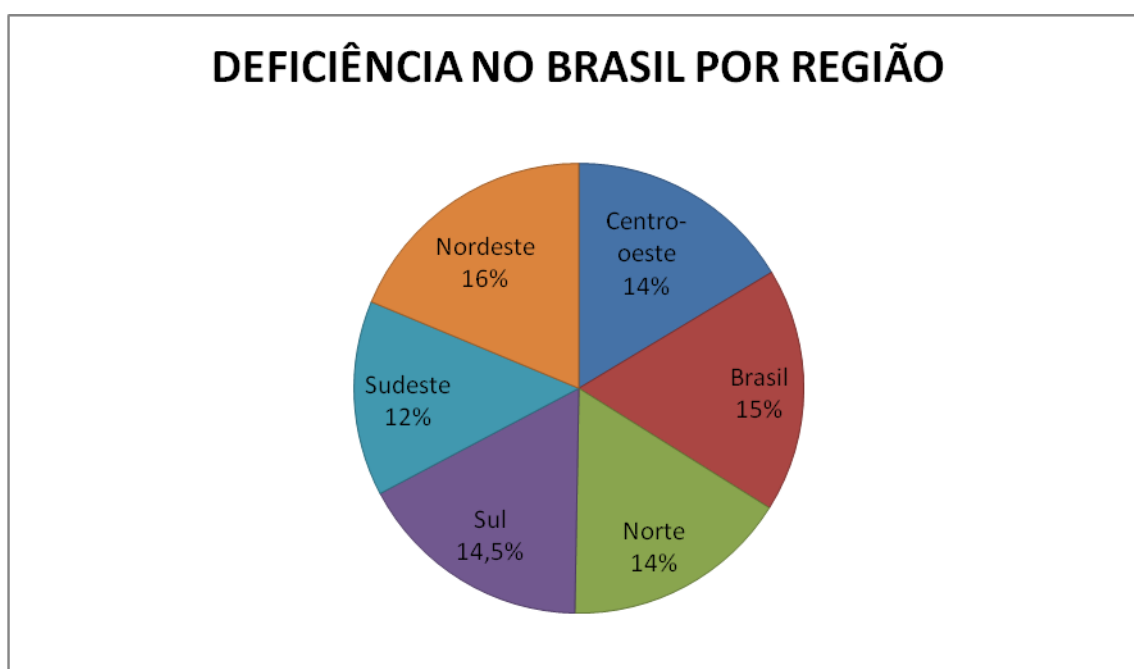
¹⁴ O movimento Apaeano foi aquele em que difundiu-se a necessidade de se criar que oferecessem educação e atendimento especializado aos deficientes. Foi organizado principalmente pelos pais que tinham filhos deficientes.

¹⁵ As associações são organizações não-governamentais - ONGs (sem fins lucrativos) que oferecem atendimentos especializados.

Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, cuja incumbência era planejar, fiscalizar e traçar políticas de ações conjuntas a integração dessas pessoas. Em 1990, surge a Secretaria Nacional de Educação Básica, que passa a assumir a responsabilidade na implementação das políticas de educação especial no Brasil e a incorporar o processo inclusivo nas escolas.

Analisando os resultados de Censo Brasileiro exposto no quadro nº1, realizado a cada dez anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constata-se que o número de pessoas que apresentam deficiência no Brasil chega a aproximadamente 14% da população. Tal índice aproxima-se com as estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU) para os países em desenvolvimento que fica entre 12 e 15% da população. No caso específico da Região Nordeste – local onde acontece esta pesquisa, observa-se um percentual de mais de 15%.

Quadro nº 1



Fonte: IBGE¹⁶

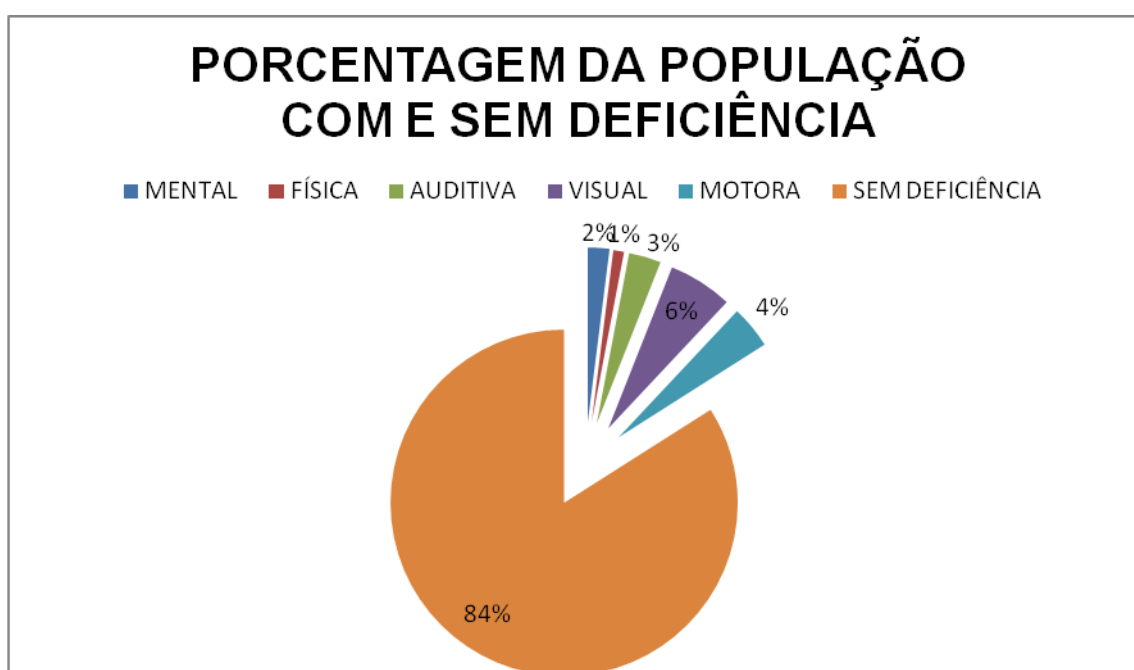
Percebe-se ainda, que a região Sul apresentou um índice de 12% da sua população com deficiência. Em relação as demais regiões, pode-se considerar um índice baixo, por se tratar da região mais desenvolvida do país e possuir um população bem maior que as outras regiões. Tal constatação pode estar relacionada a fatores econômicos, sociais

¹⁶ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico. Disponível em: www.ibge.gov.br/estatistica/populacao/censo/2012. Acessado em 30 de outubro de 2010.

e políticos que atuam como pressupostos capazes de minimizar tais índices naquela localidade.

Ainda de acordo com o último censo demográfico (2000) o IBGE procurou descobrir o tipo da deficiência que era encontrada na população brasileira. Sendo assim, os pesquisadores trabalharam com conceitos ampliados de deficiência, onde foram inseridas suas percepções individuais sobre a deficiência (CORDE, 2004). Neste contexto, foram encontradas as seguintes deficiências: deficiência mental, física, visual, motora e auditiva.

Quadro nº 2



Fonte: IBGE¹⁷

Comparando os dados do censo anterior (1991) com o de (2000), percebeu-se um aumento significativo das pessoas que dizem apresentar uma ou mais deficiência. Os dados aumentaram de 1,49% para 14,5% da população total. Este fato pode estar relacionado ao processo de inclusão deflagrado em todo país, campanhas de conscientização e a própria aceitação da deficiência na sociedade.

¹⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico. Disponível em: www.ibge.gov.br/estatistica/populacao/censo/2012. Acessado em 30 de outubro de 2010.

No gráfico dois, têm-se uma visão geral do percentual de cada deficiência encontrada no Brasil, onde 6% é visual, 4% motora, 3% auditiva, 2% mental e 1% física. Percebe-se um aumento significativo na deficiência visual em relação às demais.

Diante de uma enorme quantidade de pessoas com deficiência a sociedade não pode ficar inerte, parada, sem fazer nada para ajudar a modificar e/ou melhorar a qualidade de vida delas. Pois geralmente para estas pessoas com deficiência, é essa patologia sinônimo de: pobreza, segregação, indiferença, desigualdade de oportunidades e por fim a segregação. (CPS/FGV, 2003)¹⁸.

Em todo caso, é urgente trabalhar a sociedade na perspectiva de respeitar a diferença entre seus membros. Nesse sentido, Kasper, Loch e Pereira (2008, p. 236) destacam:

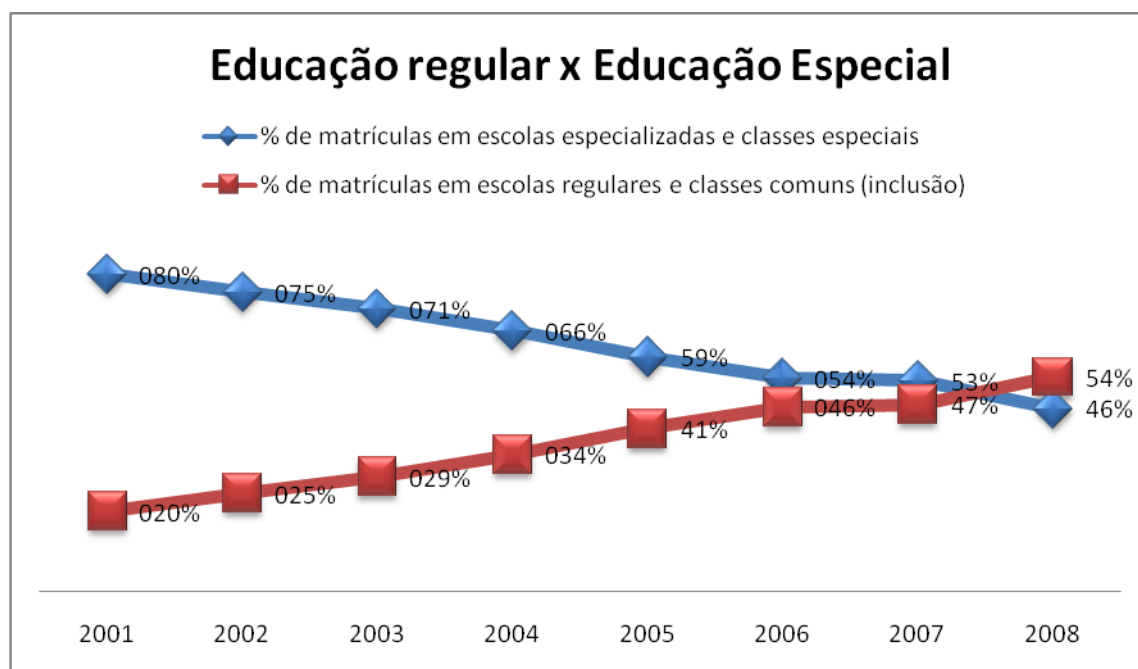
Para reverter e amenizar tais situações, é necessário que os diversos segmentos da sociedade (governo, profissionais das áreas de saúde, educação, profissionais responsáveis pelos projetos urbanísticos e de edificações, entre outros) se tornem colaboradores e partidários das ações em prol da inclusão das pessoas com deficiência.

Inserir a pessoa com deficiência na sociedade é uma tarefa que deve ser compartilhada por todos que a compõe, contudo, para que esta inserção realmente aconteça é relevante garantir o acesso e a permanência dessa clientela na escola. Entende-se que é através da educação que o indivíduo adquire habilidades e competências necessárias ao convívio social. Percebe-se então que a escola pode proporcionar às pessoas com deficiência ou não, as condições de se desenvolverem como cidadãos, com uma identidade cultural que lhes conferirá a oportunidade de ser e viver dignamente (Mantoan, 2006).

Parece que tais compreensões já estão presentes na consciência de algumas famílias que têm pessoas com necessidades especiais em seu meio. Basta observar os dados referentes à matrícula de alunos com deficiência, matriculados na rede regular de ensino.

¹⁸ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (2003) - é uma entidade privada, sem fins lucrativos, que se destina a pesquisa de diversos fatores no Brasil.

Quadro nº 3



Fonte: INEP¹⁹

Anualmente, os alunos são cadastrados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Ferreira – INEP, através do censo escolar. O propósito desse censo é retratar a realidade das escolas brasileiras em números e a partir de então, elaborar políticas de educação pública que possam melhorar o processo de ensino – aprendizagem a nível nacional.

De acordo com a figura 3, constata-se que 79,9% das pessoas com deficiência estudavam em escolas especializadas e classes especiais, contrapondo-se a apenas 20,1% que frequentavam a rede regular. Em 2005, o número de matrículas nas escolas regulares aumenta significativamente para 46% e três anos depois (2008) sobe para 54%.

Percebe-se que esse aumento na matrícula de pessoas com deficiência na rede regular de ensino está associado ao processo inclusivo amplamente divulgado em âmbito nacional. As famílias entendem que a escola regular é para todos, independentemente de possuir deficiência ou não. O aumento da matrícula dessa clientela é motivo de comemoração, mas também de muita preocupação por parte das famílias, educadores e gestores escolares, é preciso efetivar a matrícula sim, porém é necessário que a permanência também seja garantida.

Assim, toda sociedade precisa se mobilizar nos mais diversos aspectos: social, educacional, saúde, econômico e cultural, de modo que as barreiras do preconceito sejam

¹⁹ INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP - Censo escolar. Disponível em: www.portal.inep.gov.br/basicacenso. Acessado em 30 de setembro de 2010.

quebradas e que a diferença encontrada no outro seja entendida como algo normal, onde todos nós temos o direito de aceitar e principalmente respeitar.

1.2 Fatores facilitadores da inclusão educativa

A educação deve ser um processo pautado em princípios que vão do respeito às diferenças ao direito de todos, sem ficar ninguém de fora desse processo, a frequentar a escola, porém, tais princípios, são a cada instante, desrespeitados a olhos vistos.

A história da educação brasileira está marcada por sucessivas exclusões das pessoas que não apresentam os padrões exigidos por aquela Instituição. Assim, sob a alegação que os pobres, deficientes, negros e mulheres não podiam frequentar a escola, a sociedade incorporou tais conceitos, julgando-os como se sendo verdadeira essa visão excludente.

Na realidade, o que a escola tentava introjetar na sociedade era a ideia de homogeneidade, ou seja, as pessoas precisam ser compreendidas como seres que apresentam as mesmas características, que aprendem do mesmo modo e que se comportam tal qual o outro. Nesse entendimento, quem não se enquadrava nesta perspectiva era convidado a se retirar da escola, pois quem deveria modificar-se era o educando e não a Instituição.

Sendo assim, a sociedade habilitou-se a não aceitar e não conviver com o diferente, tornando essas pessoas prisioneiras de sua diferença. A esse respeito Perrenoud (2001, p. 69) nos diz:

A adaptação à diferença não é instantânea nem ilimitada. A diversidade representa um problema quando não dispomos – ou ainda não dispomos – de esquemas diferenciados correspondentes, pois, nesse caso, a ação pode ser eficaz e, até mesmo perigosa. E, sempre que possível, leva a não-ação, a não-realização de interações com pessoas muito diferentes daqueles com quem nos relacionamos habitualmente.

Nesse contexto, ressalta-se que a inclusão é necessária e urgente, pois a sociedade precisa compreender que cada ser humano é único, dotado de qualidades e defeitos, características e competências inerentes a sua individualidade. Tal realidade precisa ser experimentada na prática para que todos possam vivenciar esses conceitos.

Contudo, o ato de incluir precisa ser planejado por todos que compõem a sociedade, sob pena de deter-se apenas em discursos teóricos que pouco melhoram a vida daqueles que realmente precisam. Dentre os fatores que podem facilitar a educação

inclusiva, destacam-se as políticas públicas, o ambiente escolar, a colaboração e o controle social.

1.2.1 As políticas públicas

A inclusão educativa é uma política mundial difundida amplamente, porém, existem diferenças entre os países que se situam entre os níveis culturais, sociais, políticos e econômicos. Porém, o processo inclusivo deve ser incorporado com base nos tratados, acordos e conferências organizados por entidades que defendem esta política, dentre as mais importantes estão a Declaração de Salamanca (1994) que dispõe sobre os princípios, política e prática em educação especial, juntamente como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem (1990).

Tais documentos deram início a discussões, organizações e implementações de políticas públicas que objetivavam inserir na sociedade e, conseqüentemente, na escola as pessoas com necessidades especiais. O Brasil como signatário de tais Declarações passou a organizar-se, criar e implementar algumas políticas públicas destinadas à educação inclusiva.

Na Legislação brasileira a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96 apresenta pela primeira vez um artigo específico sobre a educação especial²⁰, reconhecendo o direito à diferença, ao pluralismo e à tolerância; recomendando inclusive, que esse ensino seja ofertado na rede regular de ensino.

A partir desta Lei, passam a surgir diversas outras leis, artigos e decretos que passam a disseminar a inclusão educativa. Dentro da esfera governo federal existe o Ministério da Educação e da Cultura - MEC que é responsável pela organização do Ensino no Brasil. Neste Ministério existe a Secretaria de Educação Especial – SEESP que é responsável pelo desenvolvimento de programas, projetos e ações a fim de implementar no país a Política Nacional de Educação Especial. De acordo com MEC (2011, p.1) “Dentre as ações desenvolvidas pela SEESP está o apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino para oferta e garantia de atendimento educacional especializado.”

Estas Secretarias apoiam os sistemas de ensino com diversos programas de formação continuada de professores na Educação Especial – presencialmente e a distância; Programa de Implementação das Salas de Recursos Multifuncionais, Programa Escola Acessível (adequação das escolas para acessibilidade), Programa Benefício de Prestação

²⁰ O MEC conceitua a educação especial como a modalidade que compreende um conjunto de recursos educacionais e estratégias de apoio, que estejam à disposição de todos os alunos, oferecendo diferentes alternativas de atendimento.

Continuada na Escola e Programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade, gestores e educadores para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos. De modo resumido, explicita-se tais programas:

- Programa Educação Inclusiva: Direitos a Diversidade – promove a formação continuada de educadores, onde estes possam oferecer uma educação especial na perspectiva da educação inclusiva. O objetivo de acordo com o MEC (2011) “é que as redes atendam com qualidade e incluam nas classes comuns do ensino regular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super dotação.
- Programa Escola Acessível: busca adequar o espaço físico das escolas estaduais e municipais, a fim de promover acessibilidade nas redes públicas de ensino. De acordo com esse programa, as escolas que declaram no Censo Escolar ter matriculado crianças com Necessidades Especiais, elas receberão esses recursos.
- Programa BPC (Benefício de Prestação Continuada) na escola: trata-se de uma intervenção interministerial que envolve os Ministérios da Educação Saúde e Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, em parceria com os municípios, que tem como objetivo realizar o acompanhamento e monitoramento do acesso e da permanência na escola das pessoas com deficiência, beneficiários do BPC, até os 18 anos, por meio da articulação das políticas de educação, saúde, assistência social e direitos humanos.

De acordo com os dados do MEC (2011): Foi identificado que 71% dos beneficiários do BPC, com deficiência na faixa etária de zero a 18 anos, estão excluídos da escola e que somente 29% destes beneficiários estão na escola.

Percebe-se, portanto, que muito ainda deve ser realizado para garantir o acesso e a permanência dessa clientela na escola regular. Por isso, no final de 2008, os municípios realizaram uma pesquisa domiciliar para a identificação das barreiras que impedem o acesso e a permanência desses alunos. Diante dos resultados dessa pesquisa, os gestores elaborarão projetos para viabilizar a inclusão.

- Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir): propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiências às Instituições federais de ensino superior. O objetivo é fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nos Institutos, garantindo assim a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação.

- Salas de Recursos multifuncionais – trata-se de salas que oferecem Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino regular. O AEE é entendido como um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. As salas são subdivididas em tipo I e II, onde o segundo tipo é composto de equipamentos que atendem as necessidades dos alunos que têm baixa visão ou cegueira.
- Programa de Formação continuada de Professores na Educação Especial: O propósito é formar professores, por meio da constituição de uma rede nacional de instituições públicas de educação superior que ofertem cursos de formação continuada de professores na modalidade à distância.

De acordo com a SEESP (2011), em 2009, foram ofertadas 5.000 vagas em cursos de especialização na área do AEE²¹ e 8.000 vagas em cursos de extensão/aperfeiçoamento contemplando os professores que atuam no AEE e na sala de aula regular.

Nota-se que este programa complementa o da sala de recursos, pois, os professores que irão trabalhar nestas salas estão sendo capacitados em nível de especialização. Pois de nada adianta contar com recursos na escola sem os seus profissionais saberem utilizá-los.

Com base nesta breve apresentação dos programas que incentivam e apoiam a inclusão, constata-se que o Brasil já está caminhando rumo à política inclusiva, porém a efetivação de tais objetivos deveria acontecer de modo mais sistemático e rápido, para que todos os envolvidos sintam as mudanças efetivamente dentro da escola.

O que ainda percebe-se na escola regular é uma insegurança por parte dos profissionais que trabalham a falta de recursos financeiros, humanos e culturais, aliada a não adequação das barreiras arquitetônicas. É preciso promover debates e reflexões sobre os direitos desses cidadãos para que estes saiam da exclusão e passem a conviver com os demais.

²¹ Cursos gratuitos para professores efetivos que vão atuar nas salas de recursos multifuncionais.

1.2.2 O ambiente escolar: a certeza do sentimento de pertencimento no grupo.

Sem dúvidas, a educação inclusiva acontece realmente dentro da sala de aula, no convívio diário com os colegas de turma e o professor. É nesse ambiente que acontecem as mais diversas aprendizagens, onde cada um evidencia suas qualidades e defeitos, habilidades e competências, fraquezas e dificuldades. É nesse contexto que nos lembramos do conceito de homogeneidade escolar, onde o professor ensina a todos os alunos por igual, imaginando que eles aprendem da mesma maneira.

Nesta perspectiva que Bourdieu observa que a comunicação pedagógica é um fator responsável pela continuidade dos alunos na escola. Sobre esse entendimento Nogueira e Nogueira (2009, p.74) ressaltam: “Os professores transmitiriam sua mensagem igualmente a todos os alunos como se todos tivessem os mesmos instrumentos de decodificação. Esses instrumentos, no entanto, seriam possuídos apenas por aqueles que têm a cultura escolar como cultura familiar.”

É nesse contexto que pode-se destacar a importância do educador, peça fundamental para a garantia de educação de qualidade para todos, independentemente das condições culturais, sociais, econômicas e pessoais, porém, ele não está só e necessita de diversos outros auxílios.

1.2.2.1 A gestão escolar

O processo inclusivo educativo deve estar assegurado no Projeto Político Pedagógico da escola, ressaltado nas suas ações e metas que juntas devem compor o propósito e a essência da Instituição. Diante de tais responsabilidades a escola precisa compreender a sua função social e adequar-se a realidade da sociedade, atuando como um agente capaz de modificá-la e/ou melhorá-la.

Dentro da escola figura uma importante função capaz de direcionar os caminhos escolares, é a gestão escolar. Onde de acordo com Stainback e Stainback (2009/1999, p.71). “O diretor deve reconhecer sua responsabilidade de definir os objetivos da escola e de garantir a tomada de decisões, o enfrentamento dos desafios e o apoio às interações e aos processos que se compatibilizam com a filosofia da escola.”

É a equipe gestora que deve assegurar e promover o apoio a inclusão, garantindo a todos – profissionais e alunos - as mudanças no sistema administrativo, organização da

escola e a didática da sala de aula. Ela faz a interação da escola com as demais entidades da sociedade, buscando auxílio ou auxiliando quando necessário.

Sendo assim, a função da equipe gestora é de torna-se uma ponte entre a escola e a sociedade, buscando que os atores efetivem a inclusão escolar, proporcionando caminhos para o pleno desenvolvimento das competências dos educandos.

1.2.2.2 O currículo escolar

Para que a inclusão possa fazer parte da escola, ela precisa estar explícita em todos os documentos e ações, dentre estes, destaca-se o currículo, definido por Coll (2003, p.45) como:

O projeto que preside as atividades educativas escolares define suas intenções e proporciona guias de ação adequadas e úteis para os professores, que são diretamente responsáveis pela sua execução. Para isto, o currículo proporciona informações concretas, sobre o que ensinar, quando ensinar, como ensinar e quando, como e o que avaliar.

A luz desse parâmetro percebe-se a importância do currículo, para a escola, é a mola mestra das atividades, sendo portanto, necessário realizar alterações e adequações, a fim de que se possa garantir a eficiência no processo inclusivo. Deve-se quebrar a noção de rigidez, dando lugar à flexibilização curricular, onde se pode destacar a importância de que os educandos possuem diferentes níveis de aprendizagem, que realizam percursos distintos e que podem atingir patamares de competências e habilidades peculiares a cada um.

Assumindo esse posicionamento Rodrigues (2003, p.92) destaca:

A diferenciação curricular que se procura na inclusão é a que tem lugar num meio em que não se separam os alunos com base em determinadas categorias, mas em que se educam os alunos em conjunto, procurando aproveitar o potencial educativo de suas diferenças, em suma, uma diferenciação na classe assumida como um grupo heterogêneo.

Portanto, são as adaptações curriculares que devem garantir o acesso da inclusão, onde os alunos podem aprender de modo mais eficiente baseando-se em conceitos compreensíveis a sua potencialidade. Desse modo, o professor deve sentir-se mais a vontade para planejar suas aulas, traçar seus objetivos, diversificar a metodologia e avaliar de modo mais sensato. Compreendendo essa dinâmica, torna-se mais interessante entender os pressupostos de uma educação inclusiva onde todos – professores e alunos – saem ganhando nas experiências, vivências e aprendizagem.

1.2.2.3 Relação Professor e aluno

A sala de aula torna-se um importante espaço capaz de garantir o sucesso ou fracasso da política inclusiva de uma escola. Nela, estão interagindo professores e alunos, que juntos tornam-se co-responsáveis pelo processo de aprendizagem. Em tempos atrás, a supremacia da pedagogia tradicional garantia ao professor – autoridade máxima – o direito de deter o conhecimento, somente ele sabia e ao aluno caberia a função de memorizar os conteúdos trabalhados pelo professor, era apenas um mero receptor de mensagens, sem o direito de indagar, questionar ou contestar.

Assumindo posicionamento contrário, surge a pedagogia construtivista que proporciona modificações dentro da escola. O dono do saber – professor – passa a ter o seu trabalho diferenciado, surge a função de mediador do conhecimento do aluno, que deixa de ser passivo para torna-se ativo na construção da sua aprendizagem. Nessa concepção, professor e alunos estão em um mesmo patamar, tornando-se colaboradores e parceiros um do outro.

Diante desse novo contexto, é conveniente lembrarmos das palavras de Santos (1999, p.27, 28). “Os indivíduos são convocados a serem responsáveis pelo seu destino, pela sua sobrevivência e pela sua segurança, gestores individuais de suas trajetórias sociais sem dependências nem planos predeterminados.”

É nessa perspectiva que se entende a função da escola, tornar um educando um cidadão independente, que saiba buscar e encontrar seus próprios caminhos. Pois bem, a inclusão presta-se a este contexto, onde todos se sentem acolhidos, desenvolvendo suas competências de acordo com suas habilidades.

Diante tais fundamentos, é evidente que a postura do educador deve ser modificada; ele deve favorecer a interação entre os alunos, estimular a manifestação de cada um e ainda permitir a livre movimentação dentro da sala de aula. Tais interações, que envolvem aprendizagens individuais e coletivas, são recorrentes de estudos realizados por Vygotsky (1989) em sua teoria sociointeracionista²². Permitindo-nos compreender as relações entre as interações sociais para o desenvolvimento humano.

Sendo assim, é necessário que o professor conheça bem seus alunos, para que planeje as atividades adequadas a eles, proporcione também uma organização cooperativa,

²² Teoria sociointeracionista: postula uma dialética das interações com o outro e com o meio, como desencadeador do desenvolvimento sócio-cognitivo.

onde há espaços para manifestações individuais e para as relações entre as pessoas, orientando para a coletividade, diminuindo assim preconceitos e estereótipos.

Com base nestas concepções, a pedagogia diferenciada por Perrenoud (2000) entra em ação. Onde este destaca que, em geral, constitui-se em uma revolta contra o fracasso escolar e contra as desigualdades. Perrenoud (2000, p.9) defende que: “Diferenciar o ensino é fazer com que cada aprendiz vivencie tão frequentemente quanto possível, situações fecundas de aprendizagem. É, pois lutar para que as desigualdades diante da escola atenuem-se e, simultaneamente, para que o nível de ensino se eleve.”

Sob essa ótica, os educandos sentem-se mais motivados para estarem na escola, sentem-se importantes e acolhidos, sendo atendidos em suas peculiaridades. Não se trata de que cada aluno vai ter um currículo especial, o importante é compreender que se podem atingir os mesmos objetivos por caminhos diferentes. Neste caso, é importante ressaltar que não existem receitas prontas, tão pouco soluções únicas, é um processo que exige aceitação, flexibilidade, negociação e revisão constante da prática pedagógica.

1.2.2.4 A avaliação

O processo avaliativo na escola é algo inerente, porém bastante complexo. Muito se fala sobre a importância da verificação da aprendizagem, contudo, o que se percebe é que a grande maioria dos professores aplica métodos tradicionais, baseado na decoreba e em processos mecânicos. Diante de tais processos, a avaliação torna-se produtora do fracasso escolar, onde os educandos não conseguem atender as expectativas do professor sentindo-se assim, impotente diante dos resultados e perdendo, conseqüentemente, o desejo de continuar na escola.

Nesta perspectiva Luckesi (2005, p.169) nos esclarece

Provas/exames têm por finalidade, no caso da aprendizagem escolar, verificar o nível de desempenho do educando em determinado conteúdo e classificá-lo em termos de aprovação/reprovação. Assim sendo, essa prática exclui uma parte dos alunos e admite, como “aceitos”, uma outra. Manifesta-se, pois, como uma prática seletiva.

Na prática, essa avaliação não traz como objetivo melhorar a qualidade da educação, mas sim, determinar aqueles que e prosseguem ou não. Diante de práticas excludentes e eliminatórias, torna-se cada vez mais difícil o educando com necessidades especiais ingressar/permanecer na escola. Sendo assim, a eficiência da política inclusiva dependerá também de uma revisão das práticas avaliativas na escola.

É necessário desmistificar as ideias de homogeneidade²³, linearidade²⁴ e previsibilidade²⁵, tornando a avaliação um mecanismo que possa informar ao professor o quanto os seus alunos aprenderam ou não e quais áreas precisam ser retomadas; sendo assim, um termômetro da prática pedagógica.

Conceber a avaliação como inclusiva é aceitar que os alunos são diferentes, que precisam ser avaliados de várias maneiras, de modo, que essa diversidade atenda as necessidades de cada um. Aqui, pode-se enaltecer a fala de Perrenoud (2001, p.125):

O espírito de uma pedagogia do sucesso é acabar com os desvios, encontrar algo de positivo em todos, colocar em evidência os processos de cada um. Também tendem a rejeitar a seleção, a dar novas chances, a pensar que, com o tempo, as dificuldades diminuirão, que não se deve precipitar uma repetência, ou a exclusão de um determinado grupo.

Sob essa análise, percebe-se que se a escola compreende a avaliação nessa concepção, os alunos estão sendo incluídos, onde cada um pode reconhecer suas responsabilidades e fraquezas, lutando assim, para superá-las com o auxílio do professor. Novamente destaco o entendimento de Luckesi (2005) que defende a avaliação como um ato amoroso, onde o educador acolhe, integra e inclui todos os seus alunos, percebendo que cada um é importante e traz contribuições positivas para o grupo.

Sendo assim, sentindo-se acolhido, importante e gerador de aprendizagens, os alunos sentem prazer e interesse de estar na sala de aula, de compartilhar suas dúvidas e conhecimentos, permitindo que cresça e auxiliando no crescimento dos demais colegas. Nesta realidade, constata-se que o processo avaliativo, marcado por décadas de exclusão, passa então a ser encarado como uma dinâmica capaz de incluir todos os alunos e melhorar a qualidade das relações dentro da escola e da educação.

1.2.3 A colaboração de todos: a garantia de um ensino inclusivo

A escola inclusiva deve ser aquela que acolhe a todos, percebendo que cada um pode desenvolver suas potencialidades, desde que seja estimulado. Matricular um aluno com deficiência é um compromisso que a escola assume, pois vai depender dela a permanência e o sucesso desse educando.

²³ homogeneidade: aplicar a mesma avaliação para todos.

²⁴ linearidade: todos os alunos precisam seguir os mesmos caminhos e serem avaliados da mesma forma.

²⁵ previsibilidade: saber que no final do ano apenas alguns vão ser aprovados e outros não.

Nessa perspectiva, destaca-se o papel da escola, porém, quando a instituição sente dificuldade em trabalhar com essa clientela, ela deve procurar auxílio em diversas áreas, tais como: os pais, equipe especializada, comunidade e as teorias de aprendizagem. Assim, cada um ajudando, a escola consegue superar os obstáculos encontrados e caminhar rumo a uma educação inclusiva.

1.2.3.1 A parceria entre escola e família

A criança que apresenta necessidades especiais, ao ingressar na escola regular traz para o seu interior uma série de dúvidas, incertezas e medos, porém, tais sentimentos podem ser minimizados com apoio da família, pois é o lugar onde a criança nasceu, iniciou seu processo de socialização e suas primeiras aprendizagens. Neste momento, os pais podem atuar como parceiros, auxiliando os professores sobre como adequar, agir e trabalhar com o seu filho. Agindo assim, a família traz para a escola seus conhecimentos, além de sentir-se mais segura em matricular seu filho na escola regular.

Entende-se então que a família sempre deu e dará importante contribuição em todos os aspectos do desenvolvimento humano, pois, na maioria das vezes, suas crenças poderão mobilizar o indivíduo para grandes conquistas ou não.

Acreditar na possibilidade do filho é o primeiro passo que a família precisa construir, pois depende dela o incentivo para a permanência na escola. Sabe-se que o sentimento de negativismo²⁶ é muito grande quando se trata de pessoas com deficiências. Tal pessimismo, transferido em muitos casos, pelos médicos, aos pais e conseqüentemente aos professores podem impedir que essas crianças tenham sucesso na escola e assim, ela seja excluída no meio familiar, educacional e social.

Quando os pais sabem que seus filhos têm limitações, mas também possuem potencialidades, eles tornam-se sujeitos fortes, capazes de lutar para que estes tenham os seus direitos assegurados, tornando-os pessoas que podem usufruir de todas as oportunidades que a sociedade oferece.

Sob esse enfoque Sommerstein e Wessels (2009/1999, p.416) alerta os pais: "Precisamos nos desviar da culpa e do medo e, em vez disso, investir em nossa instrução e experiência como pais. Não precisamos "rotular" nossas crianças; precisamos, sim, definir o termo "vencedor"."

Sendo assim, pais e professores precisam rever seus conceitos e valorizar as conquistas das crianças, acreditando sempre que elas são capazes de realizar

²⁶ sentimento de negativismo: é aquele em que as pessoas entendem que os educandos com necessidades especiais não conseguem aprender.

aprendizagens. Neste contexto, a visão deficitária da pessoa desaparece, dando lugar a novas perspectivas de competência, habilidade, interesse e potencialidade, que serão pontos chaves para o planejamento na sala de aula.

Conhecendo seu aluno, conversando com os pais e outros profissionais, o professor terá condições de realizar adaptações no currículo, onde os objetivos traçados para aquele aluno sejam alcançados.

Portanto, a escola e a família devem caminhar juntas, rompendo barreiras e conquistando aprendizagens. Nesse espaço, a harmonia e a união dessas duas instituições sociais promoverão estabilidade para o crescimento afetivo, social e cognitivo das crianças; onde, nesse processo de interação todos são beneficiados, pais, alunos e professores.

1.2.3.2 A equipe especializada

Trabalhar com educandos que apresentam necessidades especiais requer um cuidado ainda maior por parte de todos os envolvidos nesse processo inclusivo. A parceria dos pais é extremamente relevante, pois, são eles que convivem diariamente com as crianças e conhecem melhor o desenvolvimento delas. Porém, essa união, muitas vezes, não é suficiente, surgem dúvidas e questionamentos que os pais não conseguem resolver e, é nesse entendimento, que surge a equipe especializada, responsável pelo diagnóstico e/ou intervenção da criança.

As parcerias dos profissionais especializados – médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, assistentes sociais, psicopedagogos, fisioterapeutas e outros contribuem para esclarecimentos e adaptações no currículo, além de auxiliar na compreensão da deficiência.

Sanches e Teodoro (2007, p.136) acrescentam que:

Os profissionais mais envolvidos na colaboração são os profissionais da saúde. Atendendo a que as necessidades educativas especiais, por vezes, podem ter origem em problemas de saúde e que os profissionais têm um grande impacto no campo educativo, são os mais procurados, a nível de colaboração.

Quanto à realidade brasileira, o atendimento especializado está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, onde em seu Art. 4º, Inciso III, que garante aos educandos com necessidades especiais “o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos, preferencialmente, oferecido na rede regular de ensino”.

Porém, estar na Lei, muitas vezes não é garantia para esses alunos, a grande maioria das escolas e municípios não oferecem tal atendimento, onde essas crianças ficam sem atendimento ou são obrigadas a procurá-los nos grandes centros urbanos. A distância

e a falta de comunicação entre os profissionais da equipe especializadas e os professores, acabam por dificultar essa parceria.

Contudo, quando essa equipe especializada trabalhe em conjunto com a instituição escolar o processo inclusivo torna-se mais eficiente e os educandos se desenvolvem mais rapidamente.

Diante dessa premissa Perrenoud (2001, 1999) diz: “A verdadeira equipe começa quando estamos prontos para enfrentar juntos os grupos de alunos, quando cada um aceita avançar como pode, com sua personalidade, seus valores, suas formas de fazer.”

É nessa perspectiva que o trabalho em equipe ganha força, cada membro auxilia o outro em suas dificuldades e dúvidas, apoiando-os em novas práticas pedagógicas advindas de reflexões realizadas sobre o contexto escolar. Essa parceria, professor, equipe especializada e família trazem para todos os envolvidos uma segurança maior e mais eficaz de uma vez que as dúvidas, angústias e progressos podem ser compartilhados.

1.2.3.3. As práticas de ensino e aprendizagem

O processo inclusivo visa proporcionar a todos os alunos o acesso e permanência na escola regular, onde esta precisa adequar-se a uma nova realidade. A escola, sempre trabalhou com os princípios de homogeneidade, onde todos os educandos eram compreendidos como seres iguais e que, conseqüentemente, também aprendiam do mesmo modo.

Neste contexto, as metodologias de trabalho eram as mesmas, não existindo a preocupação de compreender as características individuais dos discentes. Analisando esse paradigma tradicional, pode-se afirmar que a escola não era para todos, muitos ficam à margem desse sistema que pouco se preocupava com a realidade e as necessidades de cada um.

Contudo, surgem no meio de algumas escolas, educadores que passaram a defender a mudança no trabalho escolar, surgindo assim, um novo modelo educacional que objetiva atender os educandos em suas potencialidades. Cada aluno passou a ser compreendido como um ser único, dotado de dificuldades e potencialidades.

Era tão necessário, estudar e analisar o desenvolvimento e a aprendizagem, de modo que, os professores pudessem apropriar-se de conhecimentos inerentes a esta nova realidade escolar.

Nessa perspectiva, o estudo das teorias da aprendizagem ganha força e torna-se alvo de constantes estudos por todos os que compreendiam a necessidade de uma mudança eficaz na escola, que passou a ser impregnada de diversas teorias.

Ao analisar alguns documentos, livros e artigos, encontrou-se uma diversidade de teorias que podem apoiar e auxiliar os pais, professores e demais profissionais na busca de tentar compreender o desenvolvimento de ser humano.

A psicologia do desenvolvimento²⁷ surge como uma área que estuda o ser humano em todos os seus aspectos: físico-motor, intelectual, afetivo-emocional e social. Nessa vertente, encontram-se os estudos do psicólogo e biólogo suíço Jean Piaget (1896-1980) que produziu uma das mais importantes teorias do desenvolvimento humano²⁸. Conforme sua perspectiva, Bock, Furtado e Teixeira (1999, p.98) explicitam que “Estudar o desenvolvimento humano significa conhecer as características comuns de uma faixa etária, permitindo-se reconhecer as individualidades, o que nos torna mais aptos para observação e interpretação dos comportamentos.”

Tais estudos trouxeram para a educação fatores positivos, pois de posse dessa concepção, pode-se planejar melhor a ação educativa, pois já se conhece o comportamento e desenvolvimento dos educandos, o professor deixa de atuar no campo do desconhecido, do imprevisto.

Outro estudioso da área é o soviético Vygotsky (1896-1933) que construiu seus estudos destacando a relação entre o pensamento e linguagem, capacidades tão peculiares ao ser humano. Os pressupostos de sua teoria estão alicerçados nas relações sociais do homem, ou seja, para torna-se “humano” ele precisa do outro. O homem é um ser ativo que age sobre o mundo, transformando e se transformando. Suas contribuições para educação são inúmeras, porém, a questão das interações sociais é muito relevante, de uma vez que, o ensino antes tão individualizado, passa a ser compreendido em grupos que se auxiliam.

No tocante ao desenvolvimento da aprendizagem, surgem diversas teorias, dentre as quais se destacam as do condicionamento e as cognitivas. A teoria do condicionamento define a aprendizagem pelas suas consequências comportamentais e enfatizam as condições ambientais como forças propulsoras da aprendizagem (Bock, Furtado e Teixeira, p.116). Neste entendimento, a aprendizagem resulta do estímulo e resposta, ou seja, ela vai depender do incentivo dado ao indivíduo.

No oposto dessa teoria, estão as cognitivistas que defendem a aprendizagem como um processo de interações entre o sujeito e o mundo exterior. A aprendizagem deve estar

²⁷ Psicologia do desenvolvimento: é o estudo científico das mudanças de comportamento relacionados à idade durante a vida de uma pessoa.

²⁸ teoria do desenvolvimento humano: estuda por Piaget, onde este defende que o desenvolvimento humano obedece certos estágios hierárquicos, que decorrem do nascimento até se consolidarem por volta dos 16 anos.

fundamentada na cooperação, ajuda mútua e relações de dependência entre o sujeito e o seu meio social.

Nesta abordagem, destacam-se algumas teorias como a construtivista (Piaget), sóciointeracionista (Vygotsky), a afetiva (Wallon) e inteligências múltiplas (Gardner). É importante destacar que tais estudos não se contradizem, complementam-se, pois, estes proporcionam uma visão mais global do desenvolvimento do ser humano.

Dentro da teoria construtivista de Piaget (1974) pode-se compreender que o desenvolvimento cognitivo divide-se em quatro estágios que se desenvolvem a partir das estruturas cognitivas construídas nos estágios anteriores. Ainda ressalta que o desenvolvimento cognitivo da criança depende dos fatores biológicos, do exercício e da experiência adquiridos na ação da criança sobre os objetivos, das interações sociais e do fator de equilíbrio das ações.

Nessa perspectiva, a escola passa a trabalhar com áreas diversas: motora, cognitiva e social, proporcionando um aprendizado mais significativo.

Já os estudos de Vygotsky (1989) estão pautados nas interações sociais, onde sua maior preocupação foi buscar compreender a função da linguagem para o desenvolvimento cognitivo em indivíduos contextualizados. Defende ainda que a fala seja tão necessária quanto os olhos e as mãos na execução de tarefas práticas. Ele diz que

O momento de maior significado no curso de desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humanas de inteligência prática e abstrata, acontece quando a fala e a atividade prática, então duas linhas completamente independentes de desenvolvimento, convergem.
(Vygotsky, 1989, p.27)

Vygotsky (1989) ainda postula em sua teoria as zonas de desenvolvimento da criança na aprendizagem, que dividiu em três etapas. A zona de desenvolvimento real é caracterizada pelo conhecimento que a criança já sabe e consegue realizar sozinha, a zona de desenvolvimento potencial é aquele conhecimento que a criança vai adquirir, ou seja, até onde ela pode chegar. Entre estas duas zonas está a proximal, entendida como a distância entre o que a criança já sabe e o que ela ainda vai aprender.

O conhecimento desses postulados permite ao educador planejar melhor a sua pedagógica, de uma vez que, este não deve priorizar o conhecimento que o aluno já domina, mas aquele que ele realmente precisa aprender. Sob essa perspectiva o trabalho do professor torna-se essencial, pois, ao planejar suas aulas, este precisa conhecer muito bem seus alunos para assim, elaborar um plano de desenvolvimento que atinja seu educando nas suas necessidades e potencialidades.

A teoria da afetividade definida por Wallon (1879-1962) trouxe para a educação uma nova perspectiva, o fator emocional até então esquecido, torna-se o centro das atenções. Para a criança se desenvolver ela necessita do sistema biológico e o organismo funcionando bem, das interações sociais com o outro, mas também precisa estar emocionalmente equilibrado.

Em seus postulados, Wallon defende que a afetividade e a inteligência desenvolvem-se juntas desde o primeiro ano de vida. Sob este enfoque Dantas, (1992, p. 90) diz

A construção do indivíduo passa por uma sucessão de momentos predominantemente afetivos ou predominantemente cognitivos. Como esses momentos são integrados, a afetividade depende, para evoluir, de conquistas realizadas no plano cognitivo e vice-versa. Assim, a afetividade tende a se racionalizar, fazendo com que as formas infantis de afetividade sejam diferentes das formas adultas.

Tal entendimento trouxe discussões a respeito do desenvolvimento da inteligência e afetividade, que sob a ótica de Wallon (1979) ambas são interligadas. Uma das contribuições na área educacional é a sua crítica ao ensino tradicional, por se tratar de uma metodologia abstrata que não percebe o aluno como um ser completo. Cabe então a escola, quebrar esse paradigma tradicional e colocar em prática uma metodologia que proporcione as crianças autonomia, confiança, respeito e inserção social, onde este possa participar da construção de uma sociedade contextualizada.

Diante desta perspectiva, a importância da escola torna-se evidente, pois possibilita maiores oportunidades de convivência com outras crianças. Ressaltam ainda que “Todas as crianças sejam quais forem suas origens familiares, sociais, étnicas, têm direito igual ao desenvolvimento máximo que sua personalidade comporta. Elas não devem ter outra limitação além de suas aptidões.” (Wallon in Werebe & Nadel, 1999, p.24)

Nesse sentido, percebe-se o quanto é importante para o professor conhecer tais teorias, pois o seu trabalho torna-se mais eficiente e a sua ação mais planejada, oportunizando a todos, as melhores condições de desenvolvimento para as crianças.

Outra teoria cognitivista é a das Inteligências Múltiplas, defendida pelo psicólogo Gardner. Acorada nos estudos de Piaget e Vygotsky, essa teoria trouxe modificações extremas na concepção de inteligência, antes compreendida como algo uniforme e homogêneo. No entendimento dessa teoria, nós temos várias inteligências, ou seja, capacidades diferentes que podem ser desenvolvidas ao longo da nossa vida. Todos os seres humanos as possuem, porém umas podem estar mais desenvolvidas que outras.

Nos pressupostos teóricos destacam-se que as inteligências podem ser desenvolvidas mediante estimulação, todos nós nascemos com estas inteligências que são

únicas e que elas interagem constantemente nas mais diversas situações do nosso cotidiano. Atualmente são conhecidas oito inteligências assim destacadas: a linguística caracterizada pela facilidade em expressar-se oralmente e por escrito; a lógico – matemática onde tem-se uma facilidade maior em trabalhar com números e solucionar problemas; a musical que percebe-se uma competência em reconhecer tons e sons; a espacial que proporciona relacionar padrões, perceber similaridades nas formas espaciais; a corporal – sinestésica que permite utilizar, controlar e manipular nosso corpo; a Interpessoal que proporciona uma melhor compreensão e relacionamento com outros; a Intrapessoal compreendida como a arte de nos conhecermos e por fim, a inteligência naturalista que está relacionada à nossa sensibilidade ao meio ambiente.

No âmbito escolar, o peso dessa teoria é grande, pois se compreendeu melhor o desenvolvimento da inteligência dos alunos. À escola cabe então desenvolver todas as competências, auxiliando no seu pleno equilíbrio. Entende-se então, que cada aluno tem um potencial a ser descoberto, bastando apenas ser estimulado corretamente.

Hoje a função da escola mudou bastante, de transmissora do conhecimento, para construtora do saber, onde a educação deve estar pautada e centrada no aluno, nos seus interesses, aptidões e objetivos, ou seja, as diferenças que antes tentavam ser encobertas, hoje são reconhecidas como um fator positivo dentro da sala de aula.

Diante do exposto, conclui-se que as teorias cognitivas proporcionam uma visão mais abrangente do desenvolvimento do ser humano, que conhecimento delas assegura uma eficiência no processo de ensino – aprendizagem e muda o foco desses, onde aluno passa a ser compreendido como um ser ativo que deve ser estimulado em todos os aspectos: cognitivo, social, afetivo, motor linguístico e ético.

Nessa nova realidade, a função do professor se modifica, assumindo um papel muito relevante no desenvolvimento dos seus alunos, ou seja, passa a mediar e relacionar a teoria e a prática, unindo os conhecimentos aprendidos na escola com a vida cotidiana de cada um deles.

Concebendo-se as contribuições de tais teorias para educação, pode-se ainda questionar as vantagens desse conhecimento para a garantia do sucesso no processo inclusivo das pessoas que apresentam especiais. Pois bem, a inclusão trouxe para o interior da escola discussões relacionada à diferença, aprendizagem, direito, trabalho diversificado e colaborativo, ainda discute-se o medo de não saber trabalhar com essa nova parcela da população que agora está na escola. Certamente o estudo e a busca de compreender como o ser humano se desenvolve é um fator primordial nesse processo, onde procura-se atender o indivíduo em suas potencialidades.

Sob este enfoque Coll e Miras (2008, p.229/230) destacam “Nem todos os alunos reúnem as capacidades necessárias para alcançar determinados níveis de aprendizagem, mas, em compensação, propõe como alternativa o estabelecimento de objetivos e conteúdos diferenciados em função precisamente dessas diferentes capacidades de aprendizagens dos alunos.”

De posse dessas constatações, cabe a escola ressignificar a sua compreensão de aprendizagem, traçar metas e objetivos que possam ser atingidos por todos os envolvidos. Não basta matricular alunos com NEE, é necessário perceber que eles precisarão de novas estratégias, novos objetivos e novos modelos educacionais. Sendo assim, a escola precisa planejar e sistematizar a sua ação, trazendo para si o desejo de acolher e construir o conhecimento para todos, independente desse aluno apresentar necessidade educacional especial ou não.

2 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

2.1 PROBLEMÁTICA E QUESTÃO DE PARTIDA

A sociedade é formada por identidades plurais, particularidades, especificidades. Anormal é pautar o trabalho escolar pela igualdade. Percebe-se que a cada dia as práticas escolares que se baseiam no pressuposto de que somos todos iguais, que tornam homogêneo o que é diverso, mascarando ou negando as diferenças vêm sendo modificadas, porém um longo caminho ainda falta ser percorrido. Constatamos que muitas escolas ainda trabalham com o princípio de homogeneização dos alunos. A esse respeito Bourdieu (1966, p. 337) enfatiza que: “a igualdade formal que regula a prática pedagógica na verdade serve de máscara e de justificação às desigualdades reais frente ao ensino e frente à cultura ensinada, ou mais exatamente, exigida.”

As crianças entram na escola com o desejo de aprender e em muitos casos são tolhidas desse desejo por professores despreparados, que não acreditam nelas, gestores que em seu discurso defendem uma teoria, mas, na verdade, não as colocam em prática e ainda, por pais que não aceitam que seu filho estude em uma escola regular, por entender que o seu desenvolvimento é diferente das outras crianças.

Diante de tais pressupostos e indícios, pode-se indagar: como as escolas podem oferecer uma educação inclusiva de qualidade, onde as crianças possam aprender e desenvolver suas capacidades efetivamente? Quando se deixará de centrar o problema no aluno para centrá-lo em uma gestão diversificada do currículo? Quando se concretizará uma efetiva diversificação das aprendizagens, que tenha por referência uma política de direitos humanos, que garanta oportunidades educacionais e de realização pessoal para todos? Entende-se que são questões complexas, porém necessárias para uma reflexão intra e extra-escolar, de uma vez que toda comunidade educacional deve defender o direito de todas as crianças estarem na escola. Não basta apenas matricular para dizer que a escola é inclusiva, é preciso garantir as condições de aprendizagem para todos. Caso contrário, Parolím (2006, p. 32) acrescenta que “Existe o entendimento do que seja um bom aluno ou um aluno desejável. Ao determinar o aluno desejável, determinam também o que seja normalidade e, conseqüentemente, o que é ‘anormal’ ou não aceitável. A partir dessa categorização, o aluno permanecerá ou não, na instituição.”

Nesse entendimento, a nossa questão de partida é a seguinte: que práticas pedagógicas são adotadas para atender a escolarização das crianças com Necessidades Educacionais Especiais, numa escola municipal, situada da região Seridó do Rio Grande do Norte?

2.2 Objetivos

a) Geral

- Investigar a atual situação da inclusão numa escola do ensino regular, procurando identificar práticas que estão sendo adotadas pelos professores, para atender a escolarização das crianças com Necessidades Educacionais Especiais.

b) Específicos

- Percepcionar atitudes dos professores, dos diretores e dos pais, relativamente à inclusão de alunos com NEE;
- Reconhecer dificuldades na prática pedagógica, destacadas pelos professores relativamente à inclusão de alunos com NEE;
- Identificar práticas pedagógicas mais comuns, que os professores do ensino regular e os de educação especial implementam, tendo em vista a inclusão de alunos com NEE.

2.3 Enquadramento do Estudo

A busca de pesquisas sobre a realidade e a utopia do processo inclusivo nas escolas perpassa por contexto da vida real. Sendo assim, busca-se no estudo de caso, um caminho possível para esclarecer indagações sobre a prática e concepções dos sujeitos envolvidos nesse processo.

O estudo de caso insere-se nas metodologias qualitativas, que se trabalha com a obtenção e análise direta de dados, ou seja, o pesquisador tem a oportunidade de (re) conhecer e vivenciar a realidade a qual está pesquisando, confrontando com as falas dos entrevistados. Os dados obtidos neste tipo de pesquisa são descritivos, retratando a realidade existente.

Pois como bem afirma Yin (2005, p. 20) o estudo de caso “Surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos. Em resumo, o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real.”

Portanto, entende-se que a primeira pesquisa exploratória e descritiva retrata toda a riqueza do fenômeno estudado, permitindo análises mais fidedignas e qualitativas, contribuindo assim para mudanças no contexto educativo.

Conforme Martins (2000, p. 28): “trata-se, portanto, de um estudo para conhecer as contribuições científicas sobre o tema, tendo como objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas existentes sobre o fenômeno pesquisado.”

Buscando compreender a realidade ora apresentada, esse estudo de caso será com duas fontes de evidências, a observação direta dos fatos e acontecimentos que ocorrem no cotidiano escolar, ancorado com as entrevistas das pessoas que estão diretamente envolvidas no processo inclusivo da escola.

A opção por trabalhar com a observação direta e a entrevista levou a pesquisadora a indagar sobre suas contribuições, de uma vez que nos estudos de Yin (2005) este destaca que a escolha e utilização de tais evidências podem ser detectados alguns pontos sensíveis como tempo excessivo, perguntas e respostas imprecisas e ainda manipulações das respostas e da realidade estudada.

Contudo, enfatiza-se que as evidências escolhidas trazem reflexões necessárias ao estudo, pois colocou a pesquisadora diante da realidade, vista e ouvida em todos os momentos da pesquisa, pois possibilitou-a um olhar mais detalhista dos acontecimentos em tempo real (Yin, 2005).

2.4 Operacionalização de Conceitos

No contexto ora apresentado, aparecem dentro desta pesquisa alguns conceitos identificados, conceituados e discutidos por teóricos que evidenciam a necessidade e a importância do processo inclusivo para todos os agentes envolvidos no processo educacional. Sendo assim, torna-se evidente a necessidade de esclarecer tais entendimentos, de uma vez que, cada estudioso defende a sua opinião.

Sob esse prisma destaca-se que o estudo de caso, de acordo com Stake (1995, P. XI) trata-se de um estudo das particularidades e da complexidade de um caso singular, levando a entender sua atividade dentro de importantes circunstâncias.

Obviamente que para falarmos de inclusão, necessariamente discute-se o termo “paradigma”, pois a inclusão modifica a escola, com as suas concepções de ensino e aprendizagem. Sob esta perspectiva, o termo paradigma é entendido como aquilo que acreditamos como verdade incontestável e que tem uma função: nos impor limites. Nessa linha de pensamento, a definição de paradigma “comporta um certo número de relações lógicas, bem precisas, entre conceitos; noções básicas que governam todo discurso” (Morin, 1996, p. 287).

Dentro do contexto de paradigma, discute-se a exclusão e a inclusão, de uma vez que esta não se restringe apenas às pessoas com necessidades especiais nas escolas regulares. Mediante análise dos estudos de Mantoan (2000) esta deixa evidente que inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com as pessoas que são diferentes de nós.

A partir das críticas destinadas a respeito da exclusão e os fatores que ela vem provocando dentro da escola, o termo deficiência começa a ser desmistificado, surgindo a expressão “necessidades educativas especiais” que de acordo com a declaração de Salamanca (1996, p. 6), “Refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares. Muitas crianças apresentam dificuldades escolares e, conseqüentemente, têm necessidades educativas especiais, em determinado momento da sua escolaridade.”

Entendendo a inclusão escolar como algo necessário, pode-se diferenciar a educação especial da regular, pois na educação especial a intervenção acontecia junto às crianças, individualmente, acreditando que era possível mudar o *status quo* delas. Geralmente as ações eram desenvolvidas em instituições particulares ou filantrópicas, longe do ensino regular, tinham-se a ideia de perigosidade, pois não acreditavam que elas eram capazes (Sanches & Teodoro, 2006, p. 66). Diferentemente da educação especial, na escola regular, deve existir uma adequação a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, intelectuais, linguísticas ou outras, ou seja, é nesta escola que todos os educandos estão juntos, aprendendo, compartilhando, trocando experiências e respeitando.

Na perspectiva de educação regular e especial fazem parte também a diferença/diversidade e o entendimento de igualdade na educação. Onde a afirmação de Santos (1999) é relevante, quando o autor diz: “temos o direito à igualdade, quando a diferença nos inferiorizasse, direito à diferença, quando a igualdade nos descaracteriza”.

Sob essa ótica de que todos têm direito à educação pois no entendimento de Delors (2004) trata-se de um desejo que responda a questões intrínsecas ao estar junto, com que finalidades e para que, oportunizando a cada um a capacidade de participar da construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos. Surge o conceito de direito amplamente difundido pela Constituição Federal Brasileira, onde em seu art. 206 preconiza que todo cidadão tem igualdade de acesso e permanência na escola, ou seja, a educação é um direito de todos, independentemente da origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º e 205).

Obviamente que para as pessoas com necessidades especiais terem a sua permanência garantida na escola, a prática pedagógica dos professores devem ser condizentes com o que preconiza nossa Constituição. Dessa Forma, a prática pedagógica dos agentes educacionais no momento atual, bem como a condução do processo ensino-aprendizagem na sociedade contemporânea, precisa ter como premícia a necessidade de uma reformulação pedagógica que enfatize uma prática formadora para o desenvolvimento, onde a escola deixe de ser vista como uma obrigação a ser cumprida pelo aluno, e se torne

uma fonte de efetivação de seu conhecimento intelectual que o motivará a participar do processo de desenvolvimento social, não como mero receptor de informações, mas como idealizador de práticas que favoreçam esse processo.

Diante das reflexões da atualidade, Perrenoud (2000) diz que em nenhum momento, as práticas pedagógicas são unificadas. Coexistem no mesmo sistema, na mesma disciplina, algumas vezes no mesmo estabelecimento de ensino, práticas extremamente diversas, algumas avançam sobre o tempo (na média) e outras são dignas de museu. Somente podemos comparar as frequências, as distribuições.

Ainda com relação ao direito, acesso e permanência do educando com necessidades especiais na escola, o MEC (2010, p. 27) instituiu o atendimento educacional especializado, conceituado como sendo uma ação complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

2.5 Instrumentos de Recolha e Tratamento de Dados

Tendo em conta o estudo referido, fez-se necessário definir os instrumentos da investigação: **pesquisa documental, observação naturalista e entrevista.**

2.5.1 Pesquisa documental

A pesquisa documental deve constar do plano de coleta de dados. O material coletado e analisado é utilizado para corroborar evidências de outras fontes e/ou acrescentar informações. É preciso considerar que nem sempre os documentos retratam a realidade. Por isso, é importantíssimo tentar extrair das situações as razões pelas quais os documentos foram criados. Os documentos podem fornecer “pistas” sobre outros elementos.

De acordo com Yin (2005, p. 112) a utilidade da pesquisa documental “é corroborar e valorizar as evidências oriundas de outras fontes.” Concebe-se, portanto, que essa pesquisa deve servir de um referencial, onde o pesquisador utilizou-se de tais documentos para elucidar possíveis dúvidas encontradas.

2.5.2 Observação naturalista

Outro dos instrumentos utilizados foi a observação naturalista. Esta aconteceu em momentos distintos, procurando-se constatar a veracidade das respostas nas entrevistas.

Procurou-se ainda estar em contato direto com todos os agentes escolares: pais, alunos, professores, supervisores pedagógicos, gestores e funcionários de apoio. Neste contexto, a pesquisadora participou de reuniões de pais e mestres, planejamento, reuniões administrativas, assistiu aulas, quando os alunos chegavam e iam embora e ainda, durante a pausa para o lanche.

Sob esta perspectiva, entende-se que a observação naturalista (ou ecológica) é defendida pelo método no seu ambiente natural significa que se observa em ambientes e situações que não são criados artificialmente.

Baseando-se neste clínico, fundamentando-se na necessidade de observar as condições reais de uma determinada situação, permitindo assim, interpretar os fatos e a realidade com mais eficiência. Este tipo de observação do comportamento entendimento, as observações aconteceram sem data fixa, sem ser avisada, pois permitia que os observados não mudassem a realidade, ou seja, eles atuam como era de costume no seu cotidiano. Nas observações, optou-se por trabalhar com a não participante, ou seja, a pesquisadora não interferia no campo observado.

Ao trabalhar com a opção da observação naturalista percebe-se que o comportamento dos observados não se modifica muito, pois estes estão no seu ambiente, evitando assim, pois inibições. Neste entendimento Stenenberg (2000) destaca que a grande vantagem da observação naturalista é permitir pesquisas sobre comportamentos humanos que não podem ser eticamente manipulados em um experimento.

2.5.3 Entrevista

Dentro da perspectiva desta pesquisa, foram utilizadas entrevistas, que são fontes essenciais de informação, portanto, busca-se nesse processo que o respondente possa sugerir outras pessoas e/ou outras fontes de evidências. Corroborando assim com a fala de Yin (2005, p. 117) quando esta afirma que “Quanto mais o respondente auxiliar, mais o papel dele se aproximará do papel de um informante, deixando de ser o de um mero respondente”.

As entrevistas constituem a principal fonte de evidências de um Estudo de Caso. Trata-se de relato verbal sujeito a problemas de viés, recuperação de informações e/ou de articulação imprecisa. Buscando minimizar problemas na falha de informações e registros, optou-se por gravar as entrevistas, pois assim, pode-se ouvi-las com um cuidado maior, buscando compreender as falas dos entrevistados, suas fraturas e omissões. Trabalhou-se com entrevistas abertas (apêndice 01), objetivando extrair fatos e opiniões, ainda optou-se pelas que tinham perguntas previamente formuladas, ou seja, focadas em um determinado

objetivo. A escolha dessa evidência proporcionou corroborar o que o investigador pensa a respeito de determinada situação, confrontando-a com a realidade observada no lócus da pesquisa.

Previamente os entrevistados conheceram os objetivos do trabalho, o contexto de formação e desenvolvimento profissional em que o mesmo está inserido, exalando a importância das informações recebidas por cada segmento bem como sua validade e fidedignidade.

As entrevistas tiveram como objetivo geral: Investigar a atual situação da inclusão numa escola do ensino regular, procurando identificar práticas que estão sendo adotadas pelos professores, para atender à escolarização das crianças com Necessidades Educacionais Especiais.

Os objetivos específicos tal como os blocos em que se inseriram foram os seguintes:

Bloco A – Legitimação da entrevista

Objetivos Específicos:

- Legitimar a entrevista
- Garantir ao entrevistado a confidencialidade da entrevista

Bloco B – Atitudes percebidas relativamente à inclusão

Objetivos Específicos:

- Perceber atitudes dos professores, dos diretores e dos pais, relativamente à inclusão de alunos com NEE;

Bloco C – Dificuldades na prática pedagógica decorrentes da inclusão de alunos com NEE

Objetivos Específicos:

- Reconhecer dificuldades na prática pedagógica destacadas pelos professores relativamente à inclusão de alunos com NEE.

Bloco D – Práticas pedagógicas implementadas para a inclusão de alunos com NEE

- Identificar práticas pedagógicas mais comuns, que os professores do ensino regular e os de educação especial implementam, tendo em vista a inclusão de alunos com NEE

Obtidos os dados, as respostas foram ordenadas e organizadas para que pudessem ser analisadas e interpretadas expressando o verdadeiro significado do material

que se apresenta em termos de propósito a que se decidiu. Para tal, recorreremos à análise de conteúdo que é conceituada por Bardin (1977, p. 42) como "Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (quantitativo ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens."

O foco primordial dessa análise é produzir inferências, ou seja, buscar compreender sistematicamente as opiniões explícitas e implícitas dos atores pesquisados. O objetivo foi ir além dos significados, da leitura simples do real, buscando outros contextos não mencionados pelos entrevistados.

Fundamentando-se na pesquisa de Bardin (1977), a análise de conteúdo decorreu em três momentos:

- Pré-análise de conteúdo;
- Exploração do material;
- Tratamento dos resultados.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Depois de uma leitura das mesmas, de acordo com as recomendações da literatura, consideramos como indicadores os excertos de texto que nos pareceram pertinentes face à problemática em estudo. Estes constituíram as subcategorias e estas, por seu lado, deram origem às categorias, as quais obedeceram a critérios de coerência, homogeneidade, exclusividade recíproca e exaustividade (Bardin, 1977).

2.6 Caracterização dos sujeitos entrevistados

Os sujeitos dessa pesquisa foram pais (2), supervisores (1), professores (7), gestores (2). Todos estes sujeitos são ativos e participativos do processo inclusivo da referida Instituição Educativa, que atuam nos turnos matutino e vespertino, do ensino fundamental.

As mães são sujeitos residentes na zona urbana do município, que dedicam-se exclusivamente a cuidar dos seus filhos com NEE, acompanhando em todos os atendimentos, sejam no município como em outras localidades. São da classe baixa e apenas uma recebe o Benefício de Prestação Continuada – BPC, pois o outro educando ainda não possui diagnóstico fechado. Ambas escolheram matricular seus filhos na escola *lôcus* da pesquisa, pois ouviam os comentários que seria a melhor escola para os alunos com NEE. Uma até tentou incluí-lo em outra instituição, retornando-o para a escola

novamente, alegando problemas de adaptação com os colegas e com as atividades escolares.

Quanto aos professores, os sete entrevistados são efetivos do município atuando há aproximadamente dez anos ou mais na mesma escola. Todos são graduados, a maioria em Pedagogia (seis) e o outro em História. Dentre estes profissionais um é especialista e outro está cursando.

Costumam estudar nos momentos de folga, disponibilizando suas leituras para autores que pesquisam os problemas que vivenciam na sala de aula. Quanto às práticas pedagógicas costumam utilizar os espaços disponíveis na escola para realizar suas aulas, como: sala de vídeo, de informática, de leitura, pátio da escola, refeitório e outros locais fora da instituição que possibilitem a realização dos objetivos propostos para a aula planejada.

Todos dizem estar satisfeitos com a profissão que escolheram, apesar de estarem em contato diário com as dificuldades, asseguram que fizeram a escolha certa para a sua profissão.

Quanto à equipe técnica-administrativa, todos são graduados um em História e os demais em Pedagogia, todos também já são especialistas em áreas afins da Educação. São funcionários efetivos do município atuando na escola entre dois e 10 anos, estão em contato direto com os pais, professores, funcionários e alunos, revezados em dois turnos da escola.

Ressaltam que estão muito satisfeitos com a escolha de ser um educador e destacam alguns problemas que a escola vivencia e que os deixa incomodados, como a estrutura física, ausência dos pais e desmotivação dos professores, porém dizem que apesar dos muitos obstáculos, a escola hoje, é referência na educação inclusiva do município, fato que os deixam muito felizes.

2.7 Caracterização da Escola onde decorreu o estudo

A Escola Municipal onde realizamos a nossa pesquisa situa-se em Jardim de Seridó – RN. Foi criada através da Lei Municipal nº 507 de 20 de dezembro de 1989 e autorizada pela Portaria nº 048 de 03 de fevereiro de 2005 – Diário Oficial Estado do Rio Grande do Norte em 19/02/2005. Está cadastrada no Ministério da Educação e Cultura.

Funcionou como escola das séries iniciais até o ano de 2002, quando foram implantados gradativamente os anos finais do Ensino Fundamental. Funciona em prédio próprio, com uma área de Terreno: 1.194,64 m² e área construída de 877,33 m². Possui energia elétrica, água encanada e esgoto sanitário da rede pública.

Trata-se de uma escola municipal, mantida pela Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó e ainda recebe recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação –

FNDE²⁹, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – com diversos programas, tais como: Programa de Dinheiro Direto na Escola – PDDE, Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE, Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, Escola Acessível, Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE, Programa Nacional do Transporte Escolar – PNTE, Programa Nacional da Biblioteca Escolar – PNBE e Programa TV – Escola. Os repasses desses recursos viabilizam um melhor desenvolvimento das condições pedagógicas e administrativas da escola.

Em seu Projeto Político Pedagógico – PPP está traçada a Filosofia da Escola onde a educação escolar deve constituir-se uma ajuda intencional, sistemática e continuada para os alunos diferindo de processos educativos advindos do meio sócio-econômico e cultural em que estão inseridos. Sendo assim, nossa Escola tem como objetivo apontar metas de qualidade que os ajudem a enfrentar o mundo como cidadãos participativos, reflexivos e autônomos; portanto, ela tem como função proporcionar práticas pré-estabelecidas com o propósito de contribuir para que os alunos se apropriem de conteúdos sociais e culturais de maneira crítica e construtiva.

Destaca-se ainda que a concepção educacional da direção da escola é desenvolver uma gestão democrática onde haja um trabalho de equipe a fim de solucionar os problemas surgidos no cotidiano escolar para que realmente as progressões das aprendizagens aconteçam, onde os alunos possam envolver-se com seriedade no seu trabalho de construção e os professores possam também administrar sua própria formação continuada para que enfim tenhamos um ensino-aprendizagem de qualidade.

No tocante à supervisão escolar a sua concepção é incentivar os professores e alunos a construir meios que busquem trazer a realidade vivida no dia a dia do aluno para a escola, trabalhando comunitariamente, num processo de cooperação para que juntos consigam a transformação da realidade social em que vivemos na que pretendemos ter no futuro; isto é, trabalhar numa linha que coloque professor e aluno como “sujeitos” do processo ensino-aprendizagem, utilizando os conteúdos inseridos na (nossa) realidade e buscando a transformação social.

A referida Instituição Escolar ainda possui como Missão, oferecer um Ensino Fundamental de qualidade, procurando melhorar o acesso e a permanência do aluno na escola, através de ações compartilhadas, construindo a formação do cidadão crítico, consciente e participativo. A Visão de futuro trata-se de formar cidadãos ativos e participantes na sociedade globalizada e que cada um tenha acesso ao mercado de trabalho conseguindo realizar-se como pessoa e profissional.

²⁹ FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Órgão que organiza todos os projetos educacionais no Brasil.

No tocante à caracterização física da Escola está composta por uma diretoria, uma secretaria, um telecentro comunitário, uma sala de supervisão e professores, 12 salas de aula, um laboratório de informática, uma sala de recursos multifuncionais, pátio, uma cozinha, um almoxarifado, um refeitório (sem mobiliário adequado), uma área de serviço, quatro banheiros para alunos (adaptados) e dois banheiros para os funcionários. As dependências interiores da escola possuem acessibilidade, porém existem ainda algumas adaptações a serem realizadas, pois existe uma criança com Deficiência Visual – DV matriculada, porém ainda não foram colocadas as pastilhas no chão para melhor movimentação da criança.

Um dos maiores problemas da escola é a infraestrutura da escola, pois o seu prédio inicial, não foi construído para funcionar uma escola, mas um hospital, então as primeiras salas (4) são estreitas e compridas, porém estas não estão mais funcionando como salas de aula, foram transformadas em sala de informática, de leitura e vídeo, secretaria e de professores.

O quadro dos funcionários está composto por 31 professores, uma diretora, um vice-diretor, três supervisoras, um secretário, cinco auxiliares de secretaria, oito auxiliares de serviços gerais (A.S.G.) e três vigias, dois porteiros, com um total de 55 funcionários.

Atualmente funcionam nos dois turnos (matutino e vespertino) 11 salas de aula, sendo 14 do 1º ao 5º ano (ensino fundamental, anos iniciais) e nove do 6º ao 9º ano (ensino fundamental, anos finais). Estão matriculados 528 alunos, oriundos das mais diversas classes sociais, da zona rural e urbana do município. Desse total de funcionários, 20 possuem especialização, 21 são graduados, três estão cursando o ensino superior, 10 possuem o ensino médio, e apenas um não concluiu o ensino fundamental.

A escola dispõe de serviços multimeios, como: mecanografia, recursos audiovisuais, informática administrativa, informática para comunidade e sala de recursos multifuncionais que atende aos educandos com necessidades educacionais especiais. Ainda pode-se destacar os seguintes serviços pedagógicos utilizados: tv/vídeo, retroprojektor, caixa de som com gravador, gravador/CD, projetor multimídia e springlight.

É o calendário escolar regulamentado de acordo com Lei nº 9.394/96 e com as diretrizes gerais da Secretaria de Educação, Cultura e Desportos – SECD/RN que regula o calendário escolar do corrente ano letivo. São 200 dias letivos, 40 semanas e carga horária de 1000 horas. As atividades estão distribuídas em quatro bimestres com aproximadamente 50 dias letivos cada, onde o processo avaliativo acontece de forma contínua e paralela, regulamentada pela Portaria de Avaliação nº 1033/2008 – Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Rio grande do Norte SEEC/RN, de 11/08/2008. O processo de recuperação dos

estudos está previsto na portaria nº 1033/2008³⁰ - SEEC/RN de 11/08/2008. Exige-se que a frequência dos alunos ao final do ano letivo deverá ser igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) no decorrer das atividades escolares.

³⁰ Portaria de Avaliação nº 1033/2008 da Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte – SEEC/RN.

3. Análise e Discussão de Dados

3.1. Dos documentos

Os documentos que consultamos, Internacionais, Nacionais e Municipais, têm como objetivo regulamentar e orientar os dirigentes e a sociedade sobre a política de inclusão das pessoas com NEE ou deficiência na escola regular.

Na fundamentação teórica desta pesquisa estão descritas detalhadamente os principais documentos, tratados, leis e decretos que encontram-se em vigor no mundo e no Brasil. Da sua análise, constata-se que todos evidenciam recomendações que devem estar presentes nos contextos educacionais, principalmente no educador destacado como sendo “a peça essencial em todo o processo de garantia desse direito fundamental de todas as nossas crianças e adolescentes” (Silva, 2004)

Em síntese, estão expostas tais recomendações no quadro a seguir:

Quadro nº 4 - Recomendações relativamente à inclusão decorrentes de Documentos Internacionais e Nacionais

- Ter atenção especial com as pessoas com NEE
- Ter preocupação com a aprendizagem dos alunos com NEE
- Adequar o ensino a todos
- Buscar e encaminhar ao apoio especializado para os educandos com NEE
- Participar de cursos de formação inicial e continuada
- Apoiar a inclusão na escola e sociedade
- Adequar os conteúdos, estratégias e materiais
- Valorizar a permanência de todos os educandos
- Eliminar os encaminhamentos para classes especiais
- Ter consciência das dificuldades e buscar superá-las
- Perceber que a inclusão parte do educador.

3.2 Das Observações

A fim de encontrar evidências ou fraturas nas entrevistas realizadas pela comunidade escolar, optou-se por realizar observações (apêndice nº 39) na escola, lócus da pesquisa. Procurou-se constatar ou não a veracidade do que foi dito, nos mais diversos momentos: entrada e saída dos alunos, sala de aula, recreio, reuniões de pais e mestres, planejamentos bimestrais e quinzenais, como também em capacitações oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação e o Centro de Reabilitação Infantil.

Procurou-se ainda, não intervir na realidade observada, entendendo que com a minha presença por isso só já poderia surgir reações e respostas diferentes do cotidiano

vivenciado pela escola. Nesse sentido Stake (1995, p. 60) evidencia que: "as observações dirigem o pesquisador para a compreensão do caso. Deve ser dada atenção especial ao contexto, para propiciar experiência, dar a sensação de ter estado lá".

Portanto, as observações possibilitam um conhecimento real e específico da escola, reconhecendo tanto os espaços físico, pedagógicos e humanos que colaboram para a construção de uma Instituição Educacional Inclusiva.

Apesar de perceber vantagens nas observações citadas por Stake (1995), a pesquisadora teve consciência de alguns pontos fracos destacados por Yin (2005, p. 113) tais como, "Consumem muito tempo e o acontecimento pode ocorrer de forma diferenciada porque está sendo observado."

Mesmo assim, optou-se por trabalhar com esse tipo de evidência, objetivando assim, enriquecer e deixar as análises as mais fidedignas possíveis. Necessariamente, observou-se a escola no seu contexto global (espaços físicos, organização e limpeza) e específico (sala de aula, prática pedagógica e utilização de estratégias).

A seguir, encontra-se um quadro com o resultado das observações com pontos fortes e fracos detectados na escola.

Quadro nº 5 - Espaços observados: pontos fortes e fracos

Local observado	Pontos fortes	Pontos fracos
Espaços físicos	• Salas amplas e adaptadas; • Salas divididas de acordo com o objetivo (recursos multifuncionais, vídeo, informática, de leitura e de professor e outros); • Banheiros adaptados; • Pátio escolar espaçoso.	• A escola possui escadas para dar acesso ao 1º andar; • A rampa de acesso e a cozinha não estão nos parâmetros exigidos; • Não é coberto e as crianças ficam e brincam no sol; • Não existe quadra poliesportiva, pois não tem espaço.
Organização da escola	• As salas temáticas estão bem equipadas e organizadas; • Os alunos têm livre acesso a todas elas.	• Falta impressora e a máquina para transcrição em Braille; • Alguns mobiliários estão velhos.
Limpeza	• A escola encontra-se sempre limpa com pessoal suficiente para realizar tais funções.	• Ausência de um projeto sobre limpeza (paredes e chão) de uma vez que os alunos não colaboram; • Ausência de coletoras de lixo no pátio (interno e externo).
Entrada e saída de alunos	• No turno matutino formam as filas; • Existe a interação dos alunos.	• À tarde, devido o pátio não ser coberto, não formam a fila; • Alguns alunos com NEE ou deficiência chegam mais tarde e saem mais cedo.
Salas de aulas	• Amplas e organizadas; • A maioria dos alunos com	• A maioria das cadeiras e birôs estão em péssimo estado de conservação;

	NEE ou deficiência está próximo dos professores; • Os alunos que têm necessidades específicas para cuidados especiais têm um professor auxiliar na sala de aula.	• Inexistências de cadeiras de rodas adaptadas para todos os cadeirantes; • Alguns educandos que deveriam frequentar a sala de recursos multifuncionais no horário inverso as aulas, não fazem.
Prática pedagógica	• Preocupação em construir conhecimentos nos educandos; • Elaboração de algumas atividades adaptadas; • Dedicação, carinho e sensibilidade para trabalhar com os educandos com NEE ou deficiência, da maioria dos professores; • Trabalham atividades em equipe, onde uns auxiliam os outros.	• Alguns alunos não realizam atividades adaptadas a sua necessidade; • Saída constante de alunos para atendimentos; • Processo avaliativo igual para todos; • Ênfase em atividades escritas ou pinturas; • Alguns alunos iniciam numa determinada sala de aula e são transferidos para outros; • Aceitam os alunos, porém os deixam lá sem atividades; • Dificuldade em aceitar alguns tipos de deficiência; • Não existe currículo adaptado.
Estratégias utilizadas pela escola e professores	• Buscar auxílio no Centro de Reabilitação; • Encontros para planejamento e capacitações; • Apoio do supervisor e gestões; • Colocar um aluno com deficiência por turma; • Professores atuantes na sala de recursos multifuncionais; • Disponibilidade de um transporte, por parte da Secretaria de Educação, para atender aos alunos com NEE; • Reunião de pais e mestres;	• A demanda é muito grande e existe lista de espera; • Alguns não participam por trabalhar em outras instituições; • Poucos profissionais para atender a demanda da escola; • Alguns terminam sendo transferidos para outras salas sobrecarregando uns professores; • Só existe um carro para todo o município; • Pouco tempo para discutir as NEE ou deficiência dos alunos.

As observações no contexto global permitiram-nos destacar que o espaço escolar não é bem dividido e muito pouco pode ser modificado, uma vez que o prédio é tombado pelo patrimônio histórico. Acrescenta-se ainda que não pode ser ampliada, pois está construída às margens de um rio, fato este que impede a construção de uma quadra poliesportiva. No tocante ao 1º andar da escola e o seu acesso via escadas, foi justificado que os alunos cadeirantes estão estudando nas salas de aula que ficam no térreo. Quanto ao pátio, a sua cobertura não é possível, pois cobriria a fachada do prédio tombado.

Nesses espaços físicos existe a sala de recursos multifuncionais muito bem organizada que é responsável pelo Atendimento Educacional Especializado realizado por duas professoras que participaram de uma capacitação na área de Educação Especial. Aqui são atendidas as crianças com NEE ou deficiências matriculadas na escola, onde estes deveriam frequentar em horários inversos ao da sala, porém alguns residem na zona rural e precisam ser atendidos no mesmo horário da aula regular.

A organização da escola é positiva, pois os espaços estão sendo utilizados de modo eficiente e criativo, ou seja, ela encontrar lugar para acomodar todas as salas que precisavam, existindo ainda um anexo em frente à escola onde funciona um laboratório de informática para a comunidade escolar. Apesar da sala de recursos ter sido equipada com recursos do programa do Ministério da Educação há sete anos e na escola existir uma criança com deficiência visual, estão faltando a máquina e a impressora em Braille, fato que acarreta transtornos à escola, pois as atividades da criança precisa ir ao Instituto dos cegos, na capital do estado, para ser feita a transcrição em Braille.

A limpeza também é outro ponto relevante, pois o pessoal de apoio está sempre pronto para realizar sua função, porém se existisse um projeto sobre limpeza, talvez diminuísse a sujeira na hora da pausa e nos banheiros, que estão recheados por escritas de alunos nas paredes e portas.

Durante as visitas ao lócus da pesquisa, ainda pode-se observar os aspectos mais específicos do cotidiano escolar. No primeiro momento presenciou-se a entrada e saída dos alunos nos dois turnos (matutino e vespertino). Destaca-se aqui que nestes momentos algumas crianças e adolescentes com NEE ou deficiência chegam depois do início da aula e também saem mais cedo, de acordo com a gestora, isto acontece por que o transporte que atende a esta clientela é único para todo o município.

As salas de aula são organizadas de modo que possam atender a todos. Contudo percebeu-se que existem alguns alunos com NEE ou deficiência numa mesma sala, enquanto que em outras não existe nenhum. A escola tem dois cadeirantes com paralisia cerebral, porém só existe uma cadeira de rodas adaptada, fazendo com que estes estudem em horários contrários. Existe ainda, quando necessário, um professor auxiliar para colaborar com atividades específicas dos educandos com NEE ou deficiência.

Na prática pedagógica onde se efetiva ou pelo menos, deveria acontecer a inclusão das crianças, percebeu-se que muito precisa ser realizado, porém a escola já conseguiu muitos frutos positivos. Destacam-se aí a dedicação, carinho, preocupação e sensibilidade com que a grande maioria trata as crianças, salvo algumas exceções. Há busca constante em realizar atividades adaptadas, esbarrando às vezes em não saber como agir diante

daquele contexto. Há cooperação e respeito mútuo por parte dos colegas de classe, percebidas na hora de realizar atividades, brincar e lanche.

Existe ainda, esporadicamente, desprezo por parte de alguns alunos, indisciplina em não querer esperar que o professor atenda a criança com NEE ou deficiência. Problemas ainda de entrar e sair de alunos no horário da aula para outras atividades: reforço escolar, atendimentos especializados e informática.

Embora enumerando e percebendo problemas, vimos que a maioria dos professores estão preocupados com a inclusão, indagam e questionam sobre o desenvolvimento delas e ainda desejam atingir bons resultados com a aprendizagem delas. Para que a escola possa atingir tais objetivos é necessário que as crianças com NEE ou deficiência tenham construído um currículo adaptado para as suas necessidades específicas, pois assim, os professores tinham mais segurança no caminho que deveriam seguir.

As estratégias são inúmeras que a escola utiliza para atender a uma demanda de aproximadamente crianças com NEE ou deficiência. Nesse contexto a escola não mede esforços, busca profissionais no Centro de Reabilitação, realiza e participa de planejamento e capacitações, tenta colocar um aluno por turma e ainda tem dois professores atuantes na sala de recursos multifuncionais. Ao tentar empregar tais estratégias, evidentemente, ocorrem alguns desvios que a escola tenta corrigir, a fim de que os problemas sejam solucionados.

3.3 Das Entrevistas

3.3.1. Com as Mães

Emergiram quatro categorias das falas das duas entrevistadas:

- **A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular;**
- **A frequência do Centro de reabilitação;**
- **Atitudes dos alunos relativamente à inclusão dos seus colegas com NEE;**
- **Atitudes dos professores relativamente à inclusão de alunos com NEE,**

como podemos observar no quadro que se segue.

Quadro nº 6 - Categorias e Subcategorias da entrevista às Mães e número de entrevistados que as referiram

Categorias/Subcategorias	NER³¹
1.A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular	2
É positiva	2
Só existe por força da legislação	1
Facilita a aprendizagem dos alunos	1
Nem sempre é linear	1
Contribui para a melhoria do comportamento dos alunos	1
É positiva	1
2.A frequência do Centro de reabilitação	2
Contribui para melhorar as aprendizagens dos alunos	2
3.Atitudes dos alunos relativamente à inclusão dos seus colegas com NEE	2
De falta de respeito	1
Frequentemente são maldosas	1
De aceitação	1
De entreajuda	1
4.Atitudes dos professores relativamente à inclusão de alunos com NEE	2
De rejeição	1
De colaboração	1
De carinho	1

Relativamente à primeira categoria, **A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular**, para as duas inquiridas a inclusão **é positiva**, seja porque “vale a pena, demais” (M2) (Apêndice nº 03) ou porque “fez bem” à criança (M1) (Apêndice nº 02). Todas as outras subcategorias que deram origem a esta categoria foram encontradas isoladamente, correspondendo, por conseguinte, a opiniões individuais, nalguns casos contraditórios.

É assim que para a entrevistada M1, a inclusão no ensino regular **só existe por força da legislação**, isto é, de acordo com a sua fala, “não existe. ... a escola aceita, mas tem coisa assim...muitas coisas está errada...” (Apêndice nº 02), embora **facilite a aprendizagem dos alunos** (“Às vezes ela pega um livre lê, mas não é palavras que tem nele, é coisas que ela ouviu na escola mesmo”) (Apêndice nº02).

De acordo com a entrevistada M2 (Apêndice 02), a inclusão **nem sempre é linear**, porque a sua aceitação depende das pessoas (“por parte de algumas pessoas ele foi rejeitado, quando ele estudava de manhã...quando eu o mudei para a tarde, me sinto a pessoa mais feliz da vida, vendo ele lá... querem muito bem a ele, eles aceitam, a auxiliar quer muito bem”) (Apêndice nº 02), mas **contribui para a melhoria do comportamento dos alunos** (“ele era muito agressivo e ele está mudando bastante... ele dava muito trabalho, agora ele é comportado... até aqui no centro ele está comportado, não dá um pingo de trabalho...” (Apêndice nº02).

³¹ Número de Entrevistados que as Referiram.

Quanto à categoria **A frequência do Centro de reabilitação**, é unânime a opinião: **contribui para melhorar as aprendizagens dos alunos**, isto é, “ajuda... ela se desenvolve mais, pois “aqui e acolá ela escreve seu nome completo, na escrita...” (M1) (Apêndice nº02) ou porque o aluno evidencia progressos - “com a inclusão ele melhorou bastante” -, como M2” (Apêndice nº03) nos diz.

As Atitudes dos alunos relativamente à inclusão dos seus colegas com NEE são referenciadas muito distintamente. Enquanto para M1 (Apêndice 02) traduzem-se em **falta de respeito** (“...eles não a respeitam não”) e **frequentemente são maldosas** (“as meninas ficam dizendo as coisas com ela e ela fica quase chorando de frente a escola”) (Apêndice nº 02), para M2 (Apêndice 03) são **de aceitação e de entreajuda**, na medida em que os outros alunos “ajudam a cuidar dele” (Apêndice nº03).

No que diz respeito à última categoria, **Atitudes dos professores relativamente à inclusão de alunos com NEE**, também se verifica que há opiniões contraditórias, que oscilam entre a **colaboração** e o **carinho** e a **rejeição**, esta traduzida como “a professora reclama só... acha que isso não resolve...” (M1) (Apêndice nº02).

3.3.2 Com os Professores

Quadro nº 7 - Categorias e Subcategorias da entrevista aos professores e número de entrevistados que as referiram

Categorias/Subcategorias	NER
1.A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular	7
Implica que os professores estejam preparados	6
É acolher a todas as diferenças	4
Facilita a aprendizagem dos alunos	3
Precisa ser melhorada	3
É um direito	2
É positiva	2
Depende de sensibilidade, dedicação e carinho	2
Tem de passar por um trabalho em nível de sociedade	1
Passa por trazer para o sistema de ensino os alunos que comprovarem estar aptos	1
Implica em trabalhar com os pais	1
Não é bem aceita pela generalidade dos profissionais	1
Foi bem elaborada a nível legislativo	1
Prejudica a aprendizagem dos outros alunos	1
É acolher a todos com humildade	1
É integrar	1
Só existe por força da lei	1
É abrangente e avançou muito	1
2.A frequência do Centro de reabilitação	7
Contribui para melhorar as aprendizagens dos alunos	3
É feita em parceria com a escola	3

É feita em parceria com a Secretaria de Educação	2
Deveria ser feita diariamente	1
Atendimentos com profissionais especializados	1
Atendimento em horários opostos ao da escola regular	1
Deveria ser mais intensificado	1
Facilita a inclusão	1
Depende da atuação dos profissionais	1
3. Percepção sobre os alunos com NEE	1
Aprendem com muita dificuldade	1
Na generalidade não sabem escrever	1
Sabem desenhar	1
4. Atitudes dos alunos relativamente à inclusão dos seus colegas com NEE	2
De entreajuda	1
Frequentemente são maldosas	1
5. Dificuldades sentidas com a inclusão de alunos com NEE	7
A inexistência de um currículo adaptado aos alunos com NEE	4
Falta de orientação	2
A escolha do material didático apropriado	2
Trabalhar em equipe	1
A demissão dos pais dos alunos	1
Inexperiência	1
Diversidade de deficiências	1
Falta de tempo para planejar	1
Em orientar os alunos com NEE	1
De socialização	1
6. Estratégias para a inclusão de alunos com NEE	7
Respeitar as diferenças	7
Planificar em função da turma em geral	4
Atividades adaptadas	3
Ter informação prévia acerca dos alunos	3
Reforçar as aprendizagens dos alunos com mais dificuldades	2
O trabalho realizado pela equipe pedagógica	2
O suporte da direção da escola	2
O suporte da supervisão pedagógica	2
Planificar aulas próprias para alunos com NEE	2
Escrever pelo aluno sempre que necessário	1
Trabalho em equipe	1
Troca de informação entre os encarregados de educação	1
Parceria com o professor auxiliar	1
Saber manter a calma	1
7. Recursos implementados para a inclusão de alunos com NEE	7
Capacitação de professores	4
A criação da sala de recursos multifuncionais	3
Aprender a selecionar material didático adequado	2
Aulas de informática	1

Aprender a pesquisar jogos educativos pela internet	1
Aprender a digitalizar textos	1

Das respostas obtidas, emergiram sete categorias das falas dos sete professores entrevistados, sendo:

- **A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular;**
- **A frequência do Centro de reabilitação;**
- **Percepção sobre os alunos com NEE;**
- **Atitudes dos alunos relativamente à inclusão dos seus colegas com NEE;**
- **Dificuldades sentidas com a inclusão de alunos com NEE;**
- **Estratégias para a inclusão de alunos com NEE e**
- **Recursos implementados para a inclusão de alunos com NEE.**

Ao referir-se a primeira categoria, para os professores, a **inclusão é acolher as diferenças**, sendo ainda complementada pela “nossa capacidade de entender e reconhecer o outro” (P. 4) (Apêndice nº 07), enfatizando ainda que o processo de inclusão deve acontecer “não só nas escolas, em toda sociedade” (P.7). (Apêndice nº 07). Reconhecem que **é um direito** onde “todos têm direito de ocupar o seu espaço” (P. 6) (Apêndice 09) e que “defender o direito de todas as pessoas com e sem deficiência” (P.1) (Apêndice nº 04) faz parte dessa política inclusiva.

Em suas falas, os professores deixaram transparecer que para a inclusão efetivar-se **implica que os professores estejam preparados**, tal evidência encontra-se explicitada nas opiniões seguintes: “nos dias atuais devemos ser capacitados, ou seja, preparados para lidar com essas diversidades” (P.1) (Apêndice nº 04) e ainda “boa parte sim, eu me sinto preparada certo.” (P. 3) (Apêndice nº 06). Contudo, alguns destacam que “acho que ninguém está preparado, mas com o convívio a gente passa a adquirir experiência” (P. 2) (Apêndice nº 05), “nunca estamos preparados para ter um aluno nem um filho com NEE, mas devemos tentar descobrir” (P. 4) (Apêndice nº 07) e ainda “já estou me sentindo mais preparada” (P. 5) (Apêndice nº 08).

Sendo assim, a inclusão ainda **precisa ser melhorada**, na opinião de alguns entrevistados, pois “a pessoa precisa ser incluída, não só agregada” (P.7) (Apêndice nº 10) e ainda “eu acho que precisa ser melhorada muito” (P. 6) (Apêndice nº 09). Contudo, alguns concordam que **facilita a aprendizagem dos alunos**, ou seja, “a inclusão não prejudica de jeito nenhum” (P. 3) (Apêndice nº 06) e “porque até elas se ajudam” (P. 1) (Apêndice nº 04). Nesse entendimento, os professores relataram que o processo inclusivo perpassa por caminhos da subjetividade de cada um, explicitando em suas falas que **depende de**

sensibilidade, dedicação e carinho, fato este encontrado em “...se você não tiver sensibilidade não tem inclusão” (P. 3) (Apêndice nº 06), necessita de “dedicação e carinho para com essa criança” (P. 4) (Apêndice nº 07).

Pode-se ainda referendar algumas subcategorias que deram origem a esta categoria, em que foram encontradas opiniões únicas que argumentam a necessidade de que **tem de passar por um trabalho em nível de sociedade** pois “a política inclusão, ela deve ser trabalhada no social que a ação combate a exclusão ligada às pessoas” (P. 1) (Apêndice nº 04) e **implica trabalhar com os pais**, que uma das entrevistadas refere do seguinte modo:

Quando os pais querem é uma boa, mas quando eles não aceitam a gente têm que trabalhar primeiro esses pais para poder aceitar aquele problema, porque tem pai que diz que ele não aprende porque não quer, porque tem preguiça... (P. 1) (Apêndice nº 04).

Apesar de citarem que **a política de inclusão foi bem elaborada a nível legislativo** (“penso que foi bem elaborada e bem estudada”) (P. 2) (Apêndice nº 05), em alguns casos ela **prejudica a aprendizagem dos outros alunos**, porque “no momento em que você tá dando assistência aquele aluno que precisa, que tem aquela necessidade, os outros alunos é, não se comportam, estão com brincadeiras, não querem prestar a atenção” (P. 2) (Apêndice nº 05).

Entendendo que trata-se de obstáculos no fazer pedagógico dos professores há quem relate que **só existe por força da lei**, na medida em que “toda criança que tem necessidades NEE, ela tem que ser incluída com os alunos normais” (P. 5) (Apêndice nº 08), destacando ainda que deve **trazer para o sistema de ensino os alunos que provarem estar aptos** (“trazendo para dentro dos sistemas ou grupos dos “excluídos que provarem estar aptos”) (P.1) (Apêndice nº 04). Diz-se também que ainda **não é bem aceita pela generalidade dos profissionais** (“ainda hoje não é bem aceita por parte de muitos profissionais”) (P.2) (Apêndice nº 05).

A segunda categoria buscou evidências a respeito **da frequência do Centro de Reabilitação**, pois nas opiniões referendadas a instituição **contribui para melhorar as aprendizagens dos alunos**, ou seja, “lá eles têm acompanhamento com psicólogo, psicopedagogo tanto o aluno portador como os pais” (P. 5) (Apêndice nº 08), ou ainda “eles preparam aquela criança quando vem para escola normal (P. 2) (Apêndice nº 05). Entende-se também que “facilita sim, e muito, era para ir todos os dias” (P.1) (Apêndice nº 04).

Em busca de encontrar apoio para efetivar a inclusão na escola, os professores dizem que a frequência dos alunos no referido Centro **é feita em parceria com a escola**, fato este facilmente destacado ao dizerem “quando o aluno precisa de acompanhamento, a

gente encaminha pra lá. (P. 7) (Apêndice nº 10) e ainda, “enviamos os alunos com NEE para serem atendidos lá” (P. 2) (Apêndice nº 05). Estes atendimentos acontecem “dois dias por semana, esses alunos que apresentam essas dificuldades, eles frequentam o Centro de Reabilitação em horários determinados pela escola” (P. 1) (Apêndice nº 04).

Foram encontradas falas quanto à **parceria com a secretaria municipal de educação**, em discursos que nos dizem que “sempre existiu a parceria entre escola e centro, sob o apoio da secretaria (P. 4) (Apêndice nº 07) ou “a secretaria municipal de educação sempre se preocupou com os alunos portadores de necessidades” (P.5) (Apêndice nº 08), explicitando assim a preocupação em atender às necessidades da comunidade escolar.

Nos demais casos, as respostas foram isoladas, do tipo **facilita a inclusão**, pois **tem atendimentos com profissionais especializados**, (“os atendimentos com a psicóloga e outros profissionais”) (P. 4) (Apêndice nº 07) que são necessários e ainda “as crianças realmente são trabalhadas por especialistas em sua área” (P. 6) (Apêndice nº 09). **Os atendimentos são em horários opostos ao da escola regular** oportunizando assim “um atendimento bem maior” (P. 06) (Apêndice nº 09).

Destaca-se que o processo inclusivo também **depende da atuação dos profissionais** (“facilita a inclusão se tiver gente atuante”) (P. 3) (Apêndice nº 06), tal como **deveria ser mais intensificado**, e acontecer **diariamente** (“...eles eram para ir todo dia”) (P. 1) (Apêndice nº 04).

Quanto à categoria **percepção sobre os alunos com NEE**, as respostas referiram-se apenas a um professor que ressaltou “aprendem com muita dificuldade, na generalidade não sabem escrever, porém sabem desenhar” (P. 1) (Apêndice nº 04).

As Atitudes dos alunos relativamente à inclusão dos seus colegas com NEE são referenciadas em diferentes momentos que variam entre **frequentemente são maldosas** (“é difícil aceitarem... saber conviver sem fazer brincadeira, sem fazer palhaçada... brincadeira de mau gosto”) (P. 3) (Apêndice nº 6) e **entreeajuda** (“eles se preocupam em ajudar nas atividades e a cuidar deles”) (P. 6) (Apêndice nº 09).

Na quinta categoria estão destacadas as **dificuldades sentidas com a inclusão de alunos com NEE** na escola regular. Entre as mais citadas está a **inexistência de um currículo adaptado aos alunos com NEE**, relatadas por falas que nos dizem que “isso aí eu acredito que fica por conta da criatividade de cada professor. Se existisse esse currículo adaptado ficaria bem mais fácil” (P. 2) (Apêndice nº 05) ou infelizmente “falta o currículo adaptado” (P. 3) (Apêndice nº 06). A **escolha do material didático apropriado** é apontada como algumas das dificuldades que relatam, por exemplo, que “temos de tentar adequar o ensino de forma que o aluno com NEE possa ter benefícios” (P. 4) (Apêndice nº 07).

Ainda foi apontada a **falta de orientação** expressa como “não obtive orientação de ninguém... (P. 4) (Apêndice nº 7) e “de início não obtive orientação” (P.5) (Apêndice nº 08), que demonstram que esses fatos podem diminuir a eficácia do processo inclusivo de uma vez, que os professores ficam trabalhando sem a supervisão de outros profissionais que podem dar-lhes um maior apoio em suas práticas e dúvidas.

Citadas isoladamente temos:

- **trabalhar em equipe** (“você deixa de ensinar mais o deficiente do que os outros”) (P.3) (Apêndice nº 06) e ainda a “falta de socialização e interação com a turma” (P. 5) (Apêndice nº 08);
- **a demissão dos pais dos alunos** percebidas como “a falta de limite e a ausência dos pais nas escolas” (P.2) (Apêndice nº 05);
- **a inexperiência** (quando eu recebi pela primeira vez um aluno com deficiência mental) (P. 7) (Apêndice nº 10);
- **as diversidade de deficiências** “um ano a gente convive com um surdo...agora com uma cega...mental” (P.6) (Apêndice nº 09);
- **falta de tempo para planejar** “se eu tivesse mais tempo pelo menos dois dias para planejar só para ele...ninguém tem tempo para fazer muita coisa (P. 3) (Apêndice nº 06).

A categoria **Estratégias utilizadas para a inclusão de alunos com NEE** é uma das mais diversas, pois surge um vasto caminho que a escola está utilizando para efetivar o ensino inclusivo. Dentre elas cita-se que **o respeito às diferenças** é o maior diferencial dentro da escola. Assim, “quando ele tem dificuldade em trabalhar eu me aproximo dele” (P.7) (Apêndice nº 10), e “com paciência tento ver o tipo necessidade de cada aluno” (P.2) (Apêndice nº 05), “levando em consideração que as diferenças sejam respeitadas” (P.3) (Apêndice nº 06) e proporcionado “algumas alterações para atender ao aluno com NEE” (P.4) (Apêndice nº 07).

Quanto a **planificar em função da turma em geral**, os professores enfatizaram que “o planejamento se dá em conjunto” (P.5) (Apêndice nº 08) com os colegas da mesma turma, onde “o plano é igual para todos” (P.1) (Apêndice nº 04), contudo “dependendo do aluno com NEE as aulas são diferenciadas, de minha parte eu planejo uma aula diferente para aquele aluno (P.2) (Apêndice nº 05). Ressalta-se, ainda, na prática diária dos professores, que estes utilizam **atividades adaptadas** a necessidade dos alunos (“a gente trabalha com atividades diversificadas”) (P.4) (Apêndice nº 07), (“eu trabalho com os conteúdos...as atividades são diferenciadas”) (P.5) (Apêndice nº 08), (“geralmente pego da internet, peço as meninas para tirar atividades xerografadas de livros...” (P.3) (Apêndice nº 06). Convém ainda referendar que alguns professores **planificam aulas próprias para**

alunos com NEE - “dependendo do aluno com NEE as aulas são diferenciadas, de minha parte eu planejo uma aula diferente para aquele aluno” (P. 2) (Apêndice nº 05) ou “quando tem necessidade eu faço atividades diversificadas” (P.7) (Apêndice nº 10). Ainda encontrou-se indícios de que existe a prática de **reforçar as aprendizagens dos alunos com mais dificuldades** (“trabalho com esse aluno a questão didática e melhora sua aprendizagem”) (P. 6) (Apêndice nº 09), (“e também, levando os alunos que têm uma necessidade maior para o reforço” (P. 2) (Apêndice nº 05).

Pode-se ainda enfatizar que os professores **têm informação prévia acerca dos alunos**, pois afirmaram que “na escola todos têm o conhecimento do aluno que vai receber” (P.1) (Apêndice nº 04) e ainda “tivemos que nos preparar mais para atender essa aluna” (P.6) (Apêndice nº 09). Nesse sentido, apontaram ainda que **o trabalho realizado pela equipe pedagógica** é um preponderante quando relataram “por que aqui, já tem o trabalho da equipe pedagógica da escola que já nos orienta, já procura” (P.1) (Apêndice nº 04) como também “a supervisão e a direção sempre me orientaram como trabalhar com os alunos portadores de necessidades” (P. 5) (Apêndice nº 08), evidenciando, portanto, que a preocupação em orientar os professores está presente nesta escola. As entrevistas ainda reafirmaram que **o suporte da direção da escola** (“sempre recebi muito apoio dos gestores da escola”) (P.5) (Apêndice nº 08) e da **supervisão pedagógica** (“a gente se agrupa de quinze e quinze dias, a supervisão escolar nos orienta”) (P.7) (Apêndice nº 10), são extremamente necessárias, como se pode perceber.

Esporadicamente encontraram-se respostas únicas,

- **troca de informações entre os encarregados de educação** do tipo “os pais quando vem fazem as matriculas já comunicam aos outros que possam vir a não aceitar essa inclusão” (P.1) (Apêndice nº 04);
- **escrever pelo aluno** (“e a gente pergunta e escrevemos por ele”) (P. 1) (Apêndice nº 04);
- **saber manter a calma** (“procuro manter a calma” (P. 2) (Apêndice nº 05);
- **trabalho em equipe** (“eu gosto de colocar o portador em conjunto, perto de uma criança que é dita normal”) (P.7) (Apêndice nº 10);
- **parceria com o professor auxiliar** (P. 4) (Apêndice nº 07).

A última categoria, **recursos implementados para a inclusão de alunos com NEE**, formou-se a partir das subcategorias:

- **capacitação dos professores** (“através de seminários, estudos na escola, nos cursos que a educação sempre oferece” (P. 3) (Apêndice nº 06), “a medida que vamos tendo necessidade, vamos estudando, nos preparando” (P. 6) (Apêndice

nº 09) e ainda em “alguns cursos que aparecem na cidade” (P. 7) (Apêndice nº 10);

- **a criação da sala de recursos multifuncionais** na escola, que proporcionou uma segurança maior aos educadores, expressa em falas que relatam que “desde 2007, tem uma sala específica para trabalhar com alunos portadores de necessidades” (P.6) (Apêndice nº 09) e “existe ainda a sala de recursos multifuncionais” (P.7) (Apêndice nº 10);
- **aprender a selecionar material didático adequado**, como percebemos ao relatarem que eu “trabalho com material concreto” (P.6) (Apêndice nº 09);
- **aulas de informática;**
- **aprender a pesquisar jogos educativos na internet;**
- **aprender a digitalizar textos.**

todas relacionadas a área da informática, bastante utilizadas na escola como um recurso que possa garantir a educação daqueles que apresentam alguma limitação física.

3.3.3 Com a Equipe Administrativa

Quadro nº 8 - Categorias e Subcategorias da entrevista da equipe administrativa e número de entrevistados que as referiram

Categorias/Subcategorias	NER
1. A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular	3
Implica que os professores estejam preparados	3
Facilita a aprendizagem dos alunos	2
Implica trabalhar com os pais	2
Não é bem aceita pela generalidade dos profissionais	2
É acolher a todas as diferenças	2
É positiva	1
É um direito	1
Precisa ser melhorada	1
É diferente de integrar	1
Depende do projeto da escola	1
2.A frequência do Centro de reabilitação	3
Contribui para melhorar as aprendizagens dos alunos	3
É feita em parceria com a escola	2
3. Atitudes dos alunos relativamente à inclusão dos seus colegas com NEE	2
De respeito	1
De medo	1
De aceitação	1
4 .Atitudes dos pais relativamente à inclusão dos alunos com NEE	1
De rejeição	1

5. Atitudes dos professores relativamente à inclusão dos alunos com NEE	3
De indiferença e rejeição	1
Afirmam não estão preparados	1
De desespero	1
De aceitação	1
6. Estratégias para a inclusão de alunos com NEE	3
Menos alunos por turma	2
O trabalho realizado pela equipe pedagógica	1
Respeitar as diferenças	1
O suporte da direção da escola	1
O suporte da supervisão pedagógica	1
O suporte dos profissionais da sala de recursos	1
Reforçar as aprendizagens dos alunos com mais dificuldades	1
Parceria com o professor auxiliar	1
Acolhimento dentro das salas de aula	1
7. Dificuldades sentidas com a inclusão de alunos com NEE	3
Diversidade de deficiências	2
A inexistência de um currículo adaptado aos alunos com NEE	1
Os pais aceitarem os atendimentos no centro	1
A inexistência de uma equipe qualificada	1
Saber trabalhar com o sistema Braille	1
Desinteresse pelas capacitações	1
8. Recursos implementados para a inclusão de alunos com NEE	3
Capacitação de professores	2
A criação da sala de recursos multifuncionais	1

Das entrevistas com os representantes da equipe pedagógica da escola, surgiram oito categorias:

- **A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular;**
- **A frequência do Centro de reabilitação;**
- **Atitudes dos alunos relativamente à inclusão dos seus colegas com NEE;**
- **Atitudes dos pais relativamente à inclusão dos alunos com NEE;**
- **Atitudes dos professores relativamente à inclusão dos alunos com NEE**
- **Dificuldades sentidas com a inclusão de alunos com NEE;**
- **Estratégias para a inclusão de alunos com NEE e**
- **Recursos implementados para a inclusão de alunos com NEE.**

A primeira categoria está destinada ao entendimento, concepções e inferências que os entrevistados mantêm a respeito do **tema inclusão de alunos com NEE especiais na escola regular**. Nas respostas dadas, destaca-se que **é acolher a todas as diferenças**

onde relatam que “é incluir alunos com NEE na escola regular e dar condições de aprendizagem” (S.1) (Apêndice nº 11) e ainda “fazer com que o aluno seja incluído” (G.1) (Apêndice nº 12).

No entanto, o grupo foi unânime em enfatizar que para o processo inclusivo atender aos seus propósitos **Implica que os professores estejam preparados**, reconhecendo assim, a necessidade de formação contínua, necessária ao pleno desenvolvimento da política inclusiva na escola. As falas expressam que “nenhum curso de graduação preparara esse profissional para trabalhar com deficiência” (G.1) (Apêndice nº 12) ou ainda “não tem especialização total, eles [professores] têm uma aprendizagem superficial” (S.1) (Apêndice nº 11). Porém “oferece algumas capacitações, mas nem todos estão aptos” (G.2) (Apêndice nº 13).

A inclusão **implica trabalhar com os pais**, pois “em alguns casos os próprios pais não aceitam que seu filho tenha NEE” (G.1) (Apêndice nº 12) tal como “os pais que não reagem bem, são aqueles dos filhos que não tem NEE” (G.2) (Apêndice nº 13).

Aliada ao trabalho que deve ser realizado pelos pais, ressalta-se também que os professores devem compartilhar dos propósitos da escola e atender a todos os alunos independentemente de possuir limitações ou não. Tal entendimento decorre da subcategoria **não é bem aceita pela generalidade dos profissionais**.

Ainda foi enfatizado que a inclusão **facilita a aprendizagem dos alunos**, de uma vez que “é uma lição de vida para aqueles alunos ditos normais” (G.2) (Apêndice nº 13) ou ainda que “ajuda nos procedimentos, atitudes, comportamentos e compromisso daqueles que não tem deficiência” (G. 1) (Apêndice nº 12).

As demais respostas encontram-se isoladas. A inclusão é

- **um direito** (“tem por objetivo concretizar a todos os mesmos direitos”) (G. 2) (Apêndice nº 13);
- **é positiva**, pois “cria meios diversificados para que todos possam atingir os mesmos objetivos” (G.2) (Apêndice nº 13);
- **é diferente de integrar** “até porque a aprendizagem não está acontecendo” (G. 2) (Apêndice nº 13);
- **precisa ser melhorada** “devido a tantas necessidades educacionais especiais e pouca estrutura nas escolas” (S. 1) (Apêndice nº 11);
- **depende do projeto da escola**, que deve estar “voltado para atender a todos” (G. 2) (Apêndice nº 13).

No tocante à segunda categoria, decorrente da **frequência do Centro de Reabilitação**, todos compartilharam as ideias de que **contribui para melhorar as aprendizagens dos alunos**, de uma vez que os atendimentos vão “ajudando os alunos que

são encaminhados e acompanhados” (S.1) (Apêndice nº 11), os auxilia “a como trabalhar com esses alunos” (G. 2) (Apêndice nº 13), reafirmando que “nós trabalhamos em busca de uma educação de qualidade” (G. 1) (Apêndice nº 12). Nesse sentido os alunos são encaminhados para a instituição que oferece um trabalho **feito em parceria com a escola**, ressaltado nas falas “a escola procura o centro e encaminha os alunos” (G. 1) (Apêndice nº 12) ou ainda “a gente faz encaminhamento, eles fazem o acompanhamento” (S. 1) (Apêndice nº 11), corroborando com os mesmos objetivos da escola.

Relativamente à categoria **Atitudes dos alunos relativamente à inclusão dos seus colegas com NEE** encontramos

- **respeito** (“eles passam a respeitar e ter atitudes mais viáveis”) (G. 1) (Apêndice nº 12);
- **aceitação** (“com o passar do tempo essas crianças são aceitas”) (S. 1) (Apêndice nº 11);
- **medo** (“quando o aluno não é bem trabalhado surge o medo por parte dessas crianças”) (S. 1) (Apêndice nº 11).

As **atitudes dos pais relativamente à inclusão dos alunos com NEE** perpassam os caminhos da **rejeição**, enfatizada assim no entendimento de que “eu acredito que ainda há uma certa rejeição entre os pais” (G. 1) (Apêndice nº 12).

Quanto às **atitudes dos professores relativamente à inclusão dos alunos com NEE**, temos a informação de que **não estão preparados** para lidar com esses educandos (“tentam argumentar que não estão preparados”) (G.2) (Apêndice nº 13) ou ainda “de início sentem-se surpresos e assustados outros com atitudes” (S. 1) (Apêndice nº 11). Há também atitudes **de aceitação** (“eles aceitam os alunos na sala de aula”) (S. 1) (Apêndice nº 11), **de desespero** ou ainda **de indiferença** e de **rejeição** (“muitas vezes tentam se livrar do aluno”) (G. 2) (Apêndice nº 13).

A equipe administrativa ainda revelou **estratégias para a inclusão de alunos com NEE**, existindo um entendimento de que seriam necessários **menos alunos por turma**, garantindo assim a possibilidade do professor trabalhar com mais qualidade. Tais conclusões estão em falas do tipo “na classe não deve ultrapassar 25 alunos” (G. 2) (Apêndice nº 13) e “temos turmas no máximo com 25 alunos mais o portador” (G. 1) (Apêndice nº 12).

O desejo dos gestores ainda pode-se perceber em outras opiniões, de uma vez que estes ainda afirmam contar com a **parceria de professores auxiliares** (“nós temos professor auxiliar, dependendo do caso”) (G. 1) (Apêndice nº 12), **do suporte da equipe pedagógica – direção** (“oriento que todos somos diferentes”) (G. 2) (Apêndice nº 13), da **supervisão** (“a supervisão orienta os professores”) S. 1) (Apêndice nº 11), dos **professores**

da sala de recursos (“esses professores dão um suporte para o professor da sala de aula”) (G. 1) (Apêndice nº 12), pois **reforçam as aprendizagens dos alunos com mais dificuldades**, expressa na fala de que “aqueles que têm deficiência, dificuldade de aprendizagem tem um complemento nessa sala de recursos” (G. 1) (Apêndice nº 12). Sendo assim, as estratégias objetivam **o acolhimento dentro das salas de aula** “fazendo com que o aluno portador de NEE tenha qualidade dentro das limitações (G. 1) (Apêndice nº 12) e ainda o **respeito às diferenças** de uma vez que estes “carecem de uma atenção diferenciada” (G. 2) (Apêndice nº 13).

A sétima categoria refere-se às **dificuldades sentidas com a inclusão de alunos com NEE**, apontadas como passíveis de serem resolvidas, pois não envolve modificações na infraestrutura física da escola, mas sim, nas atitudes decorrentes do dia-a-dia. Dentre as mais citadas está a **diversidade de deficiências** que a escola trabalha, sendo então relatadas em “a escola recebe uma grande demanda de alunos portadores” (S. 1) (Apêndice nº 11), como também, “temos sala com três, quatro alunos com NEE comprovadas” (G. 2) (Apêndice nº 13). Corroborando com essa realidade, enfatiza-se a **inexistência de uma equipe qualificada** (“não existe na escola uma equipe qualificada para atender a todos satisfatoriamente”) (S. 1) (Apêndice nº 11).

Pôde-se ainda constatar algumas dificuldades quanto à **inexistência de um currículo adaptado aos alunos com NEE**, pois “os professores usam determinados conteúdos para trabalharem com os alunos que necessitam”, não sabendo efetivamente o quê e quais conteúdos trabalhar. Existe ainda uma dificuldade em **os pais aceitarem os atendimentos no Centro de Reabilitação**, de uma vez que ainda existe a cultura de que “as pessoas têm em mente que ao ser encaminhado para centro é doida” (G. 1) (Apêndice nº 12).

Um fato chama atenção nesta categoria, pois apontam-se como dificuldades não **saber trabalhar com sistema Braille**, explicitado na fala “apenas um professor entende em todo município”. Porém, ao relatar as capacitações que poderiam minimizar este problema surge a afirmativa de que existe um **desinteresse pelas capacitações**, expressas em “nem todos dão a devida atenção” (G. 2) (Apêndice nº 13).

Decorrentes dessas dificuldades, a oitava categoria aponta os **recursos implementados para a inclusão de alunos com NEE.**, constituída pelas subcategorias:

- **capacitações de professores** (“são oferecidos alguns cursos”) (G. 2) (Apêndice nº 13) e “o município já trabalhou recentemente a questão da inclusão” (G. 1) (Apêndice nº 12);
- **a criação da sala de recursos multifuncionais** (“exclusivamente para trabalhar com os portadores”) (G. 1) (Apêndice nº 12).

Em síntese, pode-se constatar que estão sendo utilizadas uma variedade muito grande de estratégias e recursos que estão contribuindo de modo eficiente para a escola tornar-se inclusiva. De fato, tais estratégias e recursos não asseguram que a escola atinja todos os objetivos, porém, fornece-lhes pistas e evidências de como melhorar, ressaltando os pontos positivos presentes no seu contexto e reavaliando os que necessitam de intervenções para melhorar.

3.3.4. Da Triangulação

Diante das perspectivas enfatizadas durante coleta de dados provenientes de documentos, observações e entrevistas, foi realizada a triangulação dos dados, tendo em conta Yin (2005, p. 126) para quem “a vantagem mais importante que se apresenta no uso de fontes múltiplas de evidências, no entanto, é o desenvolvimento de linhas de investigação, um processo de triangulação”.

Ao realizar a análise de conteúdo global das respostas, encontraram-se alguns pontos convergentes que merecem destaque.

Das entrevistas surgiram categorias, divididas em subcategorias iguais e diversas.

Na primeira categoria (Apêndice nº 26), **A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular**, começamos **por** destacar a subcategoria: **Implica que os professores estejam preparados** para atuar com os alunos que apresentam necessidades especiais.

Nesta perspectiva, a formação continuada seria apontada como uma necessidade para que a escola conseguisse atender os seus objetivos. Sabe-se que a formação inicial dos profissionais em educação não consegue atender a demanda das diversidades que existe dentro da escola, lugar permeado de heterogeneidade, de socialização e de respeito, onde na maioria dos casos os professores iniciam os seus trabalhos com apenas as orientações adquiridas nos curso de licenciatura, que hoje, de acordo com a Lei Nacional (10.436/02, regulamentada pelo decreto nº 5626/05) estes profissionais devem ter acesso às discussões inerentes ao atual processo inclusivo que ora se desenvolve nas escolas.

Sabe-se que tais iniciativas realmente não preparam os professores para trabalhar com as diversidades presentes na escola de hoje, porém, já está garantindo o início de um processo reflexivo que deve continuar dentro da escola, no contexto real o qual estes professores estejam inseridos.

Neste sentido a capacitação docente deve garantir as condições necessárias para que os professores, e conseqüentemente, a escola possa mudar, rumo a atender a todos que a procuram e encontrando assim caminhos que assegurem a aprendizagem efetiva.

Neste contexto, Mantoan (2006, p. 55) revela que a “formação continuada deve ajudar a ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino.”

Sendo assim, é na escola que deve acontecer a formação dos professores, pois é dentro de cada uma delas que os problemas estão, e também, penso que estão todas as respostas e indagações para a solução deles. Sob este enfoque, os conteúdos da formação de professores para a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais devem se restringir a torná-los apenas conscientes das potencialidades ou limitações daqueles alunos, mas também de suas próprias condições para desenvolver o processo de ensino inclusivo na escola e na sala de aula.

Outra das subcategorias que nos parecer destacar para aqui refletir, trata-se de: **É acolher a todas as diferenças**, entendendo que os entrevistados reconhecem que os alunos são diferentes entre si e que esta diferença não deve ser inferiorizada, porém respeitada em todos os aspectos.

Sob este aspecto, a inclusão deve proporcionar para a escola a oportunidade de buscar compreender que estas diferenças são inerentes, e sempre estiveram presentes no contexto escolar, porém foram, na maioria das vezes, mascaradas por paradigmas que defendiam a homogeneidade de todos os alunos. Portanto, encarar a diferença na escola como um fator real deve constituir-se como “um desafio, porque obriga a criar novas situações de aprendizagem, o que, inevitavelmente, contribui para diversificar o ensino, com ganhos para todos (Silva, 2011, p. 18).

Apenas revelar que as diferenças estão presentes no contexto escolar, não basta por si só, é conveniente ressaltar que realmente estas sejam respeitadas, garantindo assim, a efetividade no processo de ensino-aprendizagem, de uma vez, que quanto mais os educandos tenham a oportunidade de conviver com as diferenças mais estes se tornarão pessoas mais conscientes e menos preconceituosas. É assim que nos remetemos para outra subcategoria: **Facilita a aprendizagem dos alunos**. Neste aspecto, entende-se que os entrevistados percebem que a inclusão é positiva e traz benefícios para os alunos, os que apresentam NEE e os demais.

O convívio com alunos diferentes uns dos outros proporciona um clima de amizade, cooperação, respeito e sensibilidade, além de contribuir para a construção de valores, atitudes e procedimentos que buscam a aceitação e a colaboração entre os educandos envolvidos no processo educacional. Haverá, assim, lugar para uma atitude reflexiva, crítica, sobre aprendizagens que se fizeram ou que não se fizeram e as condições do processo educativo, o que não permitirá a educação bancária no dizer de Paulo Freire (1981).

Certamente um clima favorável dentro das salas de aula interfere de modo positivo na aprendizagem, pois um auxilia o outro em suas limitações, acentuando assim as potencialidades de cada um. É nesse sentido que Silva (2011, p. 18) relata que

a diferença é um valor, porque obriga os professores s (re) pensarem estratégias e actividades em que todos os alunos possam estar implicados, ainda que, responder a todos, mesmo aos que têm necessidades educativas especiais comprovadas, possa parecer uma tarefa complicada.

Ao mudar sua prática pedagógica para atender aos alunos com NEE, os outros alunos são beneficiados, pois passam a usufruir de técnicas diferenciadas de ensino e, consequentemente de aprendizagem. O objetivo pode ser de atingir um aluno e auxiliar o outro, por isso que todos saem ganhando com o processo inclusivo.

Mas, a inclusão também é **positiva** para os entrevistados, entendendo que ela traz modificações necessárias para dentro da escola, para a aprendizagem dos alunos e para o convívio entre eles. Porém é preciso atentar-se para o discurso dos benefícios destas mudanças, como afirma Rodrigues (2003, 98)

o certo é que a mudança dos discursos foi bem mais célebre do que a mudança efectiva das práticas. Essas mudanças na escola são muitas vezes rapidamente assumidas em termos de discurso, mas muito mais lentamente integram as convicções, a cultura dos professores.

Há, portanto, de se convir que dentro da escola provavelmente essas tão sonhadas mudanças ainda não tenham chegado, de uma vez que dos doze entrevistados, apenas cinco afirmaram como positiva, precisamente duas mães (unânicos na resposta), dois professores e um da equipe administrativa, entendendo assim, que a escola pode não estar assumindo seu papel nas modificações necessárias a oferta do ensino inclusivo.

Ainda nesta categoria, encontramos que a inclusão **Precisa ser melhorada**, o que corrobora as ideias expressas acima, destacando-se que o processo inclusivo deveria ser melhorado, de uma vez que apesar da escola matricular todos os alunos que a procuram, principalmente os que apresentam NEE, passa por problemas que precisam ser revistos e adequar-se a novas situações que estes trazem para o interior da instituição.

Sob este aspecto pode-se referendar a necessidade de todos os envolvidos no processo educacional como seres atuantes da sua própria história, ou seja, cada um buscar encontrar as soluções para os obstáculos vivenciados, deixar de esperar as soluções dos outros e propor as suas próprias. Até porque quem está na sala de aula diariamente são os professores, os responsáveis pela aprendizagem dos seus alunos.

Por tudo isso, Mantoan (2006, p. 19) esclarece que “a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.”

Certamente essas mudanças incomodam e vão incomodar por muito tempo, pois mexer nas concepções, paradigmas e valores que a escola acredita serem corretos, vai causar muitas discussões e incômodos dentro das instituições, pois até há pouco tempo se entendia que era “natural” excluir os alunos que não se adequavam ao sistema de ensino.

Por fim, convém enfatizar que a escola compreende a necessidade e o direito de trabalhar com a inclusão, porém aponta para a urgência de se implementar uma política de formação continuada pautada na realidade da escola, dos seus problemas, dúvidas e conquistas. Porém, a participação nessa formação deve partir do desejo de cada um, que sentido a necessidade de dividir suas angústias e alegrias, busque então as modificações necessárias nas atitudes e nas práticas dentro e fora da sala de aula.

Relativamente à **frequência no Centro de Reabilitação** (Apêndice nº 26), dos alunos que apresentam NEE constatou-se que a maioria dos entrevistados entende que a instituição oferece oportunidades dos alunos serem incluídos com mais facilidade e qualidade nas suas aprendizagens. É assim que o Centro **Contribui para melhorar as aprendizagens dos alunos**, pois conta com uma equipe qualificada e integrada que oferece suporte às dúvidas e anseios da comunidade escolar.

Os benefícios desta frequência asseguram aos alunos, pais e professores uma possível melhoria na aprendizagem, apontado como sendo uma proposta que atende as peculiaridades inerentes às respectivas necessidades que os alunos têm.

Tal iniciativa é apontada então por Stainback e Stainback (2008/1999), como sendo uma das estratégias.

O primeiro deles é a rede de apoio, o componente organizacional, que envolve a coordenação de equipes e de indivíduos que apóiam uns aos outros através de conexões formais e informais. O segundo é o trabalho em equipe, várias especialidades trabalhando juntos para planejar e implementar programas. O terceiro é a aprendizagem cooperativa, onde os alunos com vários interesses e habilidades podem atingir seu potencial (p. 22)

O município conta com o apoio desse Centro de Reabilitação desde 2004, que oferece atendimentos especializados nas áreas de psicologia, psicopedagogia, fisioterapia, fonoaudiologia, serviço social, apoio pedagógico e supervisão escolar. Existe uma preocupação muito grande por parte desta instituição em assegurar as condições necessárias para que os alunos sejam matriculados e permaneçam na escola aprendendo com qualidade, ou seja, incluindo na rede regular de ensino. Explicita-se, então, a **Parceria**

com a escola, a qual faz os encaminhamentos, ficando o Centro responsável pelos atendimentos e acompanhamentos dos alunos, pais e professores.

Com essa parceria a escola busca, diariamente, os atendimentos; a cada preocupação dividida com a equipe gestora é rapidamente comunicada aos responsáveis pelo Centro, que dependendo do caso, marca o atendimento.

Quanto às **atitudes dos alunos relativamente à inclusão dos seus colegas com NEE** (Apêndice nº 26), estas são primordiais, pois são estas crianças que estão convivendo com as diferenças no seu contexto educacional. Foram-nos referidas **Atitudes de entreaajuda e aceitação**, que estão no topo das mais mencionadas pelos entrevistados, que relacionam esta aceitabilidade ao fato da escola já trabalhar com a política de inclusão há algum tempo. Os alunos e pais já sabem que naquela escola vão encontrar educandos com NEE nas salas de aulas.

É mister enfatizar que esse convívio traz inúmeros benefícios a toda comunidade escolar, como Mantoan (2006, p. 9) enfatiza:

Para formar uma geração à luz de um projeto educacional inclusivo, é indispensável o exercício diário da cooperação e da fraternidade, do reconhecimento e do valor das diferenças, o que não exclui a interação com o universo do conhecimento em suas diferentes áreas.

Desse modo, na escola os alunos já estão mais preparados para lidar com essas diversidades que os alunos com NEE proporcionam, sentem-se mais responsáveis, mais humanos e entendem que todos têm direito a educação, porém, existem ainda alguns casos que merecem cuidados e atenção por parte da equipe gestora da escola, tais como a **falta de respeito**, mencionada por uma mãe e também a informação de que **frequentemente** há atitudes **malosas**. Apesar de conviverem num ambiente baseado em diversidade, alguns alunos apresentam atitudes que desrespeitam e inferiorizam os seus colegas.

Tal fato, foi identificado nas falas dos entrevistados que apontaram a necessidade de realizar um trabalho mais consistente na área do respeito e compreensão do direito de ser diferente. Essas práticas podem apontar para possíveis discriminações que podem diminuir ou até mesmo inibir a plena participação dos alunos com NEE na rotina da escola. Nesse sentido, entende-se primordial a mediação do professor para acabar com tais preconceitos. Guimarães (2006, p.234) realça que: “o professor deverá procurar ensinar seus alunos através de um processo de interação dialógica; colaborando para o desenvolvimento da autoestima do educando, coibindo rótulos, evitando a baixa perspectiva e tendo o potencial da criança como foco central de sua atuação.”

Como pode-se observar, o papel do professor é essencial para a construção de valores essenciais na sociedade atual, onde cada indivíduo tem, ou pelo menos deveria ter, assegurado os seus direitos e deveres, convicto de que, a sua plena participação nesta sociedade depende da educação que este cidadão tenha ou venha participar.

Não muito diferente das **atitudes** dos alunos, que talvez estejam entrelaçadas as **dos professores** (Apêndice nº 26), pode-se analisar que alguns professores têm reações adversas no tocante ao processo inclusivo, das quais se ressalta a **indiferença**, a **rejeição** e o **desespero**. Estas atitudes são comumente encontradas no início do ano letivo, ou quando estes são informados da chegada de um aluno com NEE. As reações são diversas e refletem um quadro de insegurança ou ainda de desejo modificar sua prática pedagógica.

É nesse momento que a equipe administrativa e pedagógica da escola entra em ação, buscando encontrar meios que permitam assegurar possibilidades de auxiliar os professores nestes sentimentos que estão arraigados no interior de cada um.

Entendendo que a mudança é benéfica e necessária para toda a escola, porém ainda impõe medo e insegurança, Castro & Facion (2005, p. 167) esclarecem que “os argumentos se justificam em alguns casos práticos e inesperados do próprio cotidiano da sala de aula, do tipo que não é encontrado em nenhum manual técnico, e necessita que o docente esteja verdadeiramente comprometido com a sua prática.”

Portanto, não se trata apenas de atirar pedras no professor, é necessário que se compreenda às atitudes e assim busquem, todos, os caminhos necessários para o encorajamento de mudanças nas práticas pedagógicas, refletidas nas atitudes de todos que compõem a escola.

Porém nem tudo é de tristeza no tocante às atitudes dos professores, existem aqueles que buscam inovar e aceitar a diferença dentro e fora do contexto escolar, pois compreendem que os educandos são dotados de limitações, mas, sobretudo de potencialidades. Neste aspecto estão atitudes **De colaboração, carinho e aceitação**: neste contexto estão os docentes que tentam fazer o correto, ensinar a todos os alunos, independentemente de suas características físicas, sensoriais, psicológicas e até, sociais.

Aqui destacamos as alegrias dos professores em relatar as vivências e experiências positivas que estes vêm adquirindo ao longo de suas vidas profissionais. Pois comemoram junto com cada criança cada objetivo atingido, cada vitória conquistada e ainda compartilham os fracassos e obstáculos, entendendo que se o educando está sentindo dificuldade é preciso que as metodologias sejam revistas, para assegurar a aprendizagem de todos.

Mantoan (2006, p. 58) corrobora de tais afirmativas, quando diz que

se o aluno não vai bem, seja ele uma pessoa com ou sem deficiência, o problema precisa ser analisado com relação ao ensino que está sendo ministrado para todos os demais da turma. Ele é um indicador importante da qualidade do trabalho pedagógico, por que o fato de a maioria dos alunos está se saindo bem não significa que o ensino ministrado atenda às necessidades e possibilidades de todos.

Então, para estes professores, todos os alunos são importantes e não a maioria, pois no seu entender a educação deve ser um privilégio compartilhado por aqueles que estão na sala de aula.

Evidentemente **as dificuldades sentidas com a inclusão de alunos com NEE** (Apêndice nº 26) foram apontadas nas respostas dos entrevistados, onde, as elencadas são passíveis de soluções, pois não envolvem grandes modificações na estrutura física da escola, apenas adaptações de pequeno porte. Temos, assim, **A inexistência de um currículo adaptado**, destacado como sendo um fator negativo e que dificulta o processo inclusivo, pois sem este documento, os professores ficam sem objetivos a serem alcançados com os alunos e, conseqüentemente, o processo de aprendizagem torna-se mais difícil.

Saber onde, como e quando chegar são indagações que os professores fazem no dia a dia à equipe gestora da escola, buscando encontrar soluções, muitas vezes passam a trabalhar com a improvisação nos conteúdos e estratégias. Porém não torna-se fácil diferenciar ou flexibilizar o currículo (Rodrigues, 2003, p.92), trata-se de garantir então o potencial educativo das diferenças.

Sob esta perspectiva, entende-se que não é tarefa fácil propor estas modificações dentro das práticas pedagógicas do professor, porém Rodrigues (2003, p. 93) complementa: “pressupõe que se leve em linha de conta que os alunos possuem diferentes pontos de partida para a aprendizagem, que realizam percursos de aprendizagem distintos e podem mesmo atingir patamares de objetivos e competências diferentes.”

Sendo assim, as diferenças devem ser respeitadas e entendidas como um alicerce que garanta a qualidade da execução e implementação dos objetivos propostos. O currículo é, deve ser, a peça central das atividades educacionais, incluindo o conhecimento formal, manifestado nas atividades de ensino, bem como as mensagens tácitas e sublimadas que encorajam valores, atitudes e disposições particulares. O currículo representa a essência que serve à educação, e a sua flexibilização também está prevista em lei:

Art. 17. Em consonância com os princípios da educação inclusiva, as escolas das redes regulares de educação profissional, públicas e privadas, devem atender alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a promoção das condições

de acessibilidade, a capacitação de recursos humanos, a flexibilização e adaptação do currículo e o encaminhamento para o trabalho, contando, para tal, com a colaboração do setor responsável pela educação especial do respectivo sistema de ensino. (Resolução CNE/CEB Nº2, 2001)³²

Ao professor, então, devem ser dadas condições para que as adaptações realizadas no currículo tenham a possibilidade de sair dos documentos e passem a integrar o cotidiano da escola que, de acordo com esta perspectiva, passa a tornar-se uma instituição preocupada em atender a todos com qualidade na aprendizagem.

A existência de **Diversidade de deficiências** é outra dificuldade bastante mencionada nas entrevistas, entendida aqui como sendo um número alto de alunos com NEE matriculados na escola, e esse número é acrescido de uma diversidade de deficiências, tais como: visual, intelectual, paralisia cerebral, física e outras.

Essa diversidade é apontada como um fator negativo, pois exige que os profissionais estejam se adequando constantemente às especificidades de cada deficiência, porém a que mais provoca insegurança é a deficiência visual, talvez porque existe na escola uma criança que está alfabetizada em Braille (foi alfabetizada no Instituto dos cegos, na capital do Estado). Ao ingressar na escola regular, a criança trouxe a certeza de que a escola precisa atendê-la com qualidade, pois os pais exigiam essa qualidade, porém, não existia ninguém com capacitações na área específica.

A solução encontrada foi a própria mãe da criança ensinar a professora que se dispôs a aprender prontamente. Aparentemente, o problema foi solucionado, não por muito tempo, a criança avançou e precisou mudar de professor, que não havia se preparado para receber esta criança na sala. A solução proposta pela escola foi a antiga professora ficar como uma auxiliar da nova professora, a alternativa foi aceita. Ressalta-se que muitos problemas aqui mencionados foram interpretações das observações ocorridas na escola, pois a professora titular da turma recusou-se a responder o questionário.

Alguns professores e gestores também apontaram que tentam colocar um aluno com NEE por turma, porém com o passar do tempo ocorrem alguns problemas e algumas crianças são transferidas de sala, passando a superlotar outras, ou seja, tem classe que não tem nenhum aluno com NEE e outras com mais de uma. Essa realidade acaba provocando uma sobrecarga de trabalho em alguns professores em detrimento de outros.

A falta de orientação, aliada com a dificuldade de escolher material didático apropriado está listada como impecilho na prática pedagógica. Os professores desejam orientações sobre como trabalhar com “esse” ou “aquele” aluno, esperam muito da

³² CNE/CEB - Resolução do Conselho Nacional de Educação e câmara de Educação Básica.

supervisão e muitas vezes ficam acomodados em buscar novos caminhos na sala de aula, desejam que os profissionais do Centro digam-lhes como trabalhar com o aluno com NEE. Essas inquietações podem estar pautadas na insegurança da sua formação, que não lhe possibilitou caminhos para uma reflexão na área da educação inclusiva.

Diante das expectativas evidenciadas, a alternativa seria a formação continuada onde todos possam participar, um apoiando o outro, compartilhando as práticas que deram certo e buscando alternativas para melhorar outras.

Assim, de acordo com Prieto (2006, p. 58), essa formação deve possibilitar aos professores o desenvolvimento de capacidades onde estes possam

analisar os domínios de conhecimentos atuais dos alunos, as diferentes necessidades demandadas nos seus professores de aprendizagem, bem como, com base pelo menos nessas duas referências, elaborar atividades, criar ou adaptar materiais, além de prever formas de avaliar os alunos para que as informações sirvam para retroalimentar seu planejamento e aprimorar o atendimento dos alunos.

Colocar em recurso a capacitação docente é um dos meios de começar a mudança na qualidade do ensino para criar contextos educacionais inclusivos, capazes de propiciar a aprendizagem de todos os alunos, respeitando ritmos, tempos, superando barreiras físicas, psicológicas, espaciais, temporais, culturais, dentre outras.

A categoria das **estratégias para a inclusão dos alunos com NEE** (Apêndice nº 26) foi uma das mais diversas, que demonstrou toda a criatividade da escola em busca de superar suas dificuldades e assim, atingir seus objetivos. Deste modo, **Respeitar as diferenças** foi à estratégia mais enfatizada pelos entrevistados, que procuraram evidenciar a importância de reconhecer que as diferenças existem e que a escola sabe que elas estão presentes em todos os lugares que formam a escola.

Nesse contexto, a escola está no caminho correto, de uma vez, o primeiro passo para trabalhar com a política de inclusão é acreditar que todos são diferentes, todos são importantes e necessários para a formação da escola.

A esse respeito Sanches e Teodoro (2007, p. 108) parafraseando as palavras de (Rodrigues, 2003) e (Correia, 2001), ressaltam que

com a escola inclusiva, os alunos, todos os alunos, estão na escola para aprender, participando. Não é apenas a presença física, é a pertença à escola e ao grupo, de tal maneira que a criança/jovem sente que pertence à escola e a escola sente responsabilidade pelo seu aluno não é uma parte do todo, faz parte do todo.

Sendo assim, a escola busca inserir todos os alunos no seu processo de aprendizagem, fazendo com que a vitória seja comemorada por todos e os fracassos e obstáculos, também, são da responsabilidade de todos, ou seja, existe a co-responsabilidade pelo desenvolvimento dos educandos, independentemente das condições que este aprenda.

Planificar em função da turma em geral: é entendido como um planejamento voltado para todos que estão presentes na sala de aula, porém, no momento da execução dos planos de aula, estes sofrem algumas alterações de modo que os educandos possam compartilhar dos mesmos objetivos propostos para aquela aula.

O planejamento das aulas torna-se um ponto importante para desenvolver a inclusão na sala de aula, o professor deve estar atento às especificidades de cada um e da turma toda, todos precisam de estar inseridos no processo, aprendendo e trabalhando em equipes cujo objetivo é complementar as limitações um do outro. De acordo com Silva (2011, p. 31), nos grupos heterogêneos todos beneficiam, como também já referimos: a explicação dada a um colega, em ou com dificuldades, consolida melhor o conhecimento adquirido.

Contudo, o trabalho do professor não é uma tarefa fácil, especialmente se este tem a preocupação de oferecer seus serviços com a qualidade que a sociedade exige. É evidente que planejar para todos sem esquecer nenhum, pode deixá-los com excesso de trabalho, especialmente porque em nossa realidade, os educadores necessitam trabalhar dois ou até três turnos para complementar a sua renda e, assim, manter um padrão de vida digno.

Diante de um cenário onde o professor não dispõe de muito tempo para planejar, as situações de diversidade podem causar problemas na prática pedagógica, de uma vez que, se o professor estiver preocupado com a aprendizagem ele vai se sentir incomodado para adequar o ensino a todos, porém, do contrário, se para ele não importam as especificidades dos seus alunos, este vai continuar o seu trabalho sem modificar suas estratégias. Serão os mesmos planos de aula de anos anteriores, as mesmas avaliações para todos, as mesmas atividades, as mesmas explicações e assim por diante.

Fatalmente as crianças que apresentem NEE ficarão à margem dessas atividades se não acompanharem as propostas do professor, que não está preocupado com alguns, apenas com a maioria. Sob este prisma, Silva (2011, p. 31) alerta que “estamos a pensar em crianças com necessidades educativas especiais e/ou em situação de deficiência, que podem facilmente ficar esquecidas dentro do seu grupo”.

As **Atividades adaptadas** aparecem como sendo uma estratégia positiva para adequar o ensino a todos. Neste sentido, são trabalhados os mesmos conteúdos, porém ao

realizar as atividades, os alunos têm a oportunidade de diminuir as suas dificuldades e aumentarem as potencialidades que têm.

Com base nessas concepções, o educador deve ter em mente que em alguns casos os seus planos de aula podem ser revistos na hora da execução, por isso ele deve trabalhar com a flexibilização de conteúdos e atividades, uma vez que dada à diversidade do grupo, este pode não responder tão bem quanto o esperado. A esse fato, Ainscow (1997, p. 16) diz que o educador pode trabalhar com a “improvisação, o professor deve ser capaz de fazer uma alteração de planos e actividades em resposta às reações dos alunos, encorajando uma participação e a personalização da experiência da aula”.

O trabalho realizado pela equipe pedagógica, ou seja, **o suporte da direção da escola e da supervisão pedagógica** significa que alguns entendem que os apoios desses profissionais tornam-se indispensáveis para o pleno desenvolvimento da inclusão na escola.

Apesar de a escola ter um quadro muito grande de profissionais, a equipe pedagógica passa por dificuldades na hora de desempenhar suas funções. Apenas três supervisores estão acompanhando os professores nos dois turnos, ou seja, quando tem dois no turno matutino, apenas fica um trabalhando à tarde, isso acaba provocando uma fratura no acompanhamento destes, pois geralmente em cada turno estão ministrando aulas cerca de 20 professores (relato realizado com base nas observações na escola).

Contudo, apesar do pouco número de supervisores, estes profissionais se desdobram para dar atenção e atender as expectativas do grupo, contam também com apoio irrestrito dos gestores que os incentivam em todas as ações. Ainscow, Porter e Wang (1997) destacam que a gestão de uma escola deve estar próxima dos demais funcionários que compõem a instituição, buscando cada vez mais ser eficaz, sendo, portanto, uma das condições necessárias para se verificar a mudança nas escolas. Também Winkeler e Oliveira (2006, p. 113) dizem que “cabe ao professor, juntamente com a equipe técnico-pedagógica, alicerçar as mudanças necessárias à prática pedagógica a fim de que se contemple a inclusão de todos os alunos a despeito da diversidade”.

A última categoria, **recursos implementados para a inclusão de alunos com NEE** (Apêndice nº 26), passa pela **Capacitação de professores**, entendida pela metade dos profissionais como um fator preponderante no desenvolvimento da política inclusiva.

Convém ressaltar que estas capacitações são contratadas pela Secretaria Municipal de Educação e atende a todos os profissionais do município, ou seja, parte de entendimento global das dificuldades do município e não da escola. Tal atitude pode ser entendida como uma possível causa na desvalorização dessas capacitações, pois alguns professores dizem ser necessárias, porém na hora de participar não comparecem.

Outro fator também importante prende-se com o fato de os formadores virem de outras localidades, não conhecendo as dificuldades e limitações do município e da escola. Nesse sentido, a formação de grupos de estudos compostos por educadores da própria escola, discutindo e refletindo sobre os problemas e limitações da instituição onde eles trabalham, poderia ser uma resposta mais aceita.

Diante dessas concepções a capacitação deve então “romper com os modelos pedagógicos pré-concebidos e consagrados no meio educativo, para alçar novos voos educacionais, promovendo a convivência sadia entre os alunos, entre os professores e funcionários da instituição escolar.” Winkeler e Oliveira (2006, p. 113)

A construção de grupos de estudos deveriam partir da necessidade dos professores, entendendo que quando se sente a dificuldade, torna-se mais fácil querer superar os problemas ora percebidos na sala de aula. Outro dos recursos implementado foi **A criação da sala de recursos multifuncionais**. A escola conta com este recurso desde 2007, quando o Ministério da Educação e Cultura, em parceria com a Secretaria de Educação Especial, implementou o programa das salas de recurso multifuncionais nas escolas que apresentavam educandos com NEE informados no censo escolar.

Ao receber os equipamentos para a sala, duas professoras foram capacitadas para atender as especificidades dos alunos com NEE e a partir de então passaram a atuar e apoiar os professores no processo inclusivo. Os atendimentos nesta sala recebem o título de Atendimento Educacional Especializado – AEE que de acordo com Brasil (2010, p. 21) trata-se de “Identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.”

Sob este aspecto, os profissionais dessa sala estão em constante contato com os professores da sala de aula regular para apoiá-los em suas dificuldades, procurando encontrar meios que possibilitem a aprendizagem efetiva dos alunos com NEE e assim, contribuir para a inclusão na escola.

Em síntese, pode-se constatar que estão sendo utilizadas uma variedade muito grande de estratégias e recursos que estão contribuindo de modo eficiente para a escola tornar-se inclusiva. De fato, tais meios não asseguram que a escola atinja todos os objetivos, porém, fornece-lhes pistas e evidências de como melhorar, ressaltando os pontos positivos presentes no seu contexto e reavaliando os que necessitam de intervenções para melhorar.

4. REFLEXÕES FINAIS

A educação das pessoas que apresentam NEE ou deficiência trata-se de um tema bastante discutido na sociedade contemporânea que perpassa por vários segmentos, sejam políticos, culturais, sociais e pedagógicos. Muito já se tem realizado, a fim de se garantir todos os direitos a essas pessoas, porém percebe-se que a caminhada ainda é bastante longa, mas que apresenta muitos ganhos para os que a defendem.

Durante a pesquisa deste estudo, pode-se perceber que o Brasil vem implementando e assegurando uma política de inclusão nas escolas, que proporciona além do acesso, a permanência dos educandos com NEE ou deficiência na escola regular. Alguns autores brasileiros estão destacando-se nas pesquisas na área da educação inclusiva, dentre eles cito Facion e Levy (2005), Stainback e Stainback (2008/1999) e Mantoan (2004, 2006) que corroboram das mesmas ideias, entendendo que é possível existir a inclusão nas escolas e que todos os agentes envolvidos neste processo, pais, alunos, funcionários saem ganhando com a diversidade dentro da sala de aula.

Diante desse novo contexto nas escolas brasileiras, optou-se por realizar um estudo de caso, onde pudéssemos analisar e discutir como uma escola, localizada na região Seridó do Estado Rio Grande do Norte, vem trabalhando com a inclusão, especialmente, por que esta é reconhecida no município como modelo de educação inclusiva na cidade.

Sendo assim, traçou-se os seguintes objetivos a respeito desse contexto:

- Investigar a atual situação relativamente à inclusão, procurando identificar práticas que estão sendo adotadas pelos professores, para atender a escolarização das crianças com Necessidades Educacionais Especiais.
- Percepcionar atitudes dos professores dos diretores, supervisores e dos pais, relativamente à inclusão de alunos com NEE.
- Reconhecer dificuldades na prática pedagógica destacadas pelos professores relativamente à inclusão de alunos com NEE.

Dessa maneira, com objetivos delineados, optou-se então por trabalhar com três evidências destacadas por Yin (2005): a pesquisa documental, que proporcionou a construção de um referencial teórico que pudesse elucidar ou justificar possíveis dúvidas encontradas nas demais evidências; a utilização de entrevistas com pais, professores, supervisores e gestores que trouxeram à tona a realidade, dúvidas e anseios da escola; a observação naturalista, que objetivou confrontar, reconhecer ou esclarecer as falas descritas nas entrevistas.

Após leituras e releituras dos dados obtidos em toda pesquisa constatou-se que a escola é um referencial de educação inclusiva no município por estar preocupada em oferecer cada vez mais um ensino que possa atender aos anseios dos que a procuram.

De acordo com os dados obtidos e analisados, refiro-me como importantes constatações à união e o desejo do corpo docente em assegurar uma educação inclusiva, que percebeu-se em suas falas e ações, tais como:

- A inclusão é positiva, melhora a aprendizagem, auxilia no desenvolvimento dos alunos, necessita de sensibilidade, constrói valores e minimiza as discriminações.
- Os alunos aceitam, respeitam e colaboram com os colegas que apresentam NEE, de acordo com Mantoan (2006, p. 23) para quem “nossas ações educativas têm como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, construída no coletivo das salas de aulas.”

Para tanto, considera-se ainda que a escola avança nas mudanças mais efetivas na sala de aula. Os professores mantêm ainda práticas tradicionais, com excessivas atividades com cópias e/ou desenhos. Em suas salas, deixam transparecer o desejo de acertar e atender aos objetivos dos educandos, especialmente os que apresentam NEE, porém falta um fio condutor para essa mudança, a construção do currículo adaptado para esse público. Tal afirmativa encontra-se presente na maioria das respostas obtidas nas entrevistas. Consequentemente, a construção de currículos adaptados poderia trazer a segurança necessária para uma mudança efetiva na sala de aula, contribuindo para a vivência imediata de situações individuais e/ou coletivas, que devem encorajar valores, atitudes e disposições particulares.

No Brasil o Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Básica, através da Resolução nº 2/2001 prevê que “As escolas devem atender alunos que apresentam NEE, mediante a promoção das condições de acessibilidade, a capacitação de recursos humanos a flexibilização e adaptação do currículo... com a colaboração do setor responsável pela educação especial do respectivo sistema de ensino.”

Portanto, tais adaptações estão previstas em lei, restando à escola estudar e buscar orientação necessária para a construção do currículo adaptado, pois assim, estão sendo garantidas além do acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os educandos na escola.

É mister ainda referendar que a escola precisa implementar uma política de formação continuada para todos os funcionários, inclusive encontrando soluções para que “todos” possam participar, pois de contrário, a aceitação da política inclusiva pode ficar

comprometida. Tal afirmativa encontra-se respaldada quando alguns entrevistados relataram que existe insegurança, indiferença, rejeição, falta de experiência e tempo reduzido para planejar.

De fato, tais aspectos podem ser minimizados com a formação continuada defendida por Silva (2011, p. 2)

a formação contínua, em particular se esta assentar na análise de necessidades, isto é, se partir das preocupações, dificuldades, lacunas na formação e expectativa relativamente a mesma, que os professores sentem, porque se veem confrontados com estas questões no quotidiano profissional.

As respostas para as inquietações e indagações devem ser discutidas dentro da escola e pelos agentes envolvidos nesse processo, ou seja, os problemas estão dentro da escola, portanto as soluções também.

Convém enfatizar que as estratégias utilizadas pela escola são fruto de aproximadamente doze anos de trabalho com a inclusão, que foram sendo testadas e implementadas no cotidiano escolar. Dentre as várias citadas, constatou-se três essenciais para a melhoria do processo inclusivo:

- 1 – A parceria com o Centro de Reabilitação;
- 2 – Orientações sobre o desenvolvimento dos alunos com NEE e;
- 3 – A sala de recursos multifuncionais.

A união dessas três estratégias entende-se, portanto, que são pontos chave para a implementação positiva do processo inclusivo, de uma vez que suprem ou pelo menos minimizam os problemas e/ou incertezas por parte da comunidade escolar. Percebe-se ainda que a escola está preocupada não somente em cumprir a Lei, matriculando as crianças com NEE ou deficiência, está preocupada em mantê-las, aprendendo, encontrando soluções que passam por mudanças pedagógicas, administrativas e arquitetônicas.

Fica claro então o que Mantoan (2006, p. 17) defende “tratar as pessoas diferentemente pode enfatizar suas indiferenças, assim como tratar igualmente os diferentes pode esconder as suas especificidades e excluí-los do mesmo modo; portanto, ser gente é correr sempre o risco de ser diferente.”

Cabe frisar que tal entendimento faz com que a escola busque cada vez estudar e buscar compreender as “diferenças” de cada aluno, que ao estarem juntos planejando as ações pedagógicas, têm a oportunidade de rever seus conceitos e tornar-se mais acessível a todos que a procuram.

Ao concluir esta pesquisa, pioneira no município, entendeu-se que a instituição escolar encontra-se a caminho de tornar-se uma referência de ensino inclusivo de qualidade

no município, pois está modificando sua prática pedagógica de modo satisfatório ao público-alvo da educação especial. No entanto, é necessário que os pressupostos que permeiam a política de educação inclusiva no Brasil, sejam além de assimilados, incorporados na prática efetiva dos profissionais que compõem a escola, pois são eles, os responsáveis pela “garantia da oferta do ensino de qualidade para todos.”

Enfim, espera-se que os resultados encontrados nesta pesquisa sirvam de base para uma análise crítica e reflexiva dentro da instituição, possibilitando assim, as mudanças necessárias para que a educação inclusiva possa ser garantida efetivamente nas salas de aulas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ainscow. M; Porter. G. & Wang. M (1997). *Caminhos para as escolas inclusivas*. Lisboa: Instituto de inovação educacional (textos originais em inglês, apresentados em Salamanca, 1994).

André. M. E. D. A. (2005). *Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional*. Brasília: Líder livros Editora.

Bardin. L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: edições 70.

BRASIL (2011). *Ministério da Educação*. Disponível em: www.mec.gov.br. Acessado em 20 de setembro de 2011.

BRASIL (2011). *Ministério da Educação*. Disponível em: www.mec.gov.br/seesp,2011. Acessado em 20 de setembro de 2011.

BRASIL (2010). Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial: *Marcos político-legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília: Secretaria de Educação Especial.

BRASIL (2008). Lei nº 10.436. *Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais*.

BRASIL (2008). *Decreto nº 6571*. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado.

BRASIL (2001) CÂMARA NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CONSELHO DE EDUCAÇÃO BÁSICA - CNE/CEB. Resolução nº 2. *Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*.

BRASIL (2001). *Plano Nacional de Educação*.

BRASIL (1996). *Lei nº 9394 das diretrizes e Bases da Educação*.

BRASIL (1990). *Lei nº 8069 do Estatuto da criança e do adolescente*.

BRASIL (1989). *Lei nº 7853*. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a coordenadoria Nacional para Integração Portadora de deficiência-CORDE.

BRASIL (1988). *Lei Constituição Federal*.

BRASIL (1971). *Lei nº 5672 das Diretrizes e Bases da Educação*.

BRASIL (1961). *Lei nº 4024 das Diretrizes e Bases da Educação*.

Bock. A. B. Furtado. O. Teixeira (1999). M. T. *Psicologias – uma introdução ao estudo da psicologia*. 13ª ed. São Paulo: Saraiva.

Bourdieu. P. (1966). *A escola conservadora: as desigualdades sociais frente à escola e à cultura*. Trad. de Aparecida Joly Golveia. Paris: Revue Française de sociologie.

Bueno. J. G. S. (1999). *Educação Especial brasileira – integração/segregação do aluno diferente*. São Paulo: EDUC.

Bueno. J. G. S. (1993). *Educação Especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente*. São Paulo: Educ.

Castro. R. C. M. de e Fácion. J. A formação de professores. In: Fácion. J. R. (org.) (2005) *Inclusão Escolar e suas implicações*. Curitiba: IBPEV.

CENSO DEMOGRÁFICO. Disponível em: www.ibge.gov.br/estatistica/populacao/censo2010
Acessado em: 30 de outubro de 2010.

CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - CPS/FGV (2003). *Diversidade: retratos da deficiência no Brasil*. Fundação Getúlio Vargas e Fundação Banco do Brasil. Disponível em <http://www.fgv.br/deficiencia-br/index2.htm>. Acesso em: 30 de outubro de 2010.

Coll. C. e Miras. M. (2008). *Psicologia da Educação*. Porto Alegre: Artmed.

Coll. C. (2003). *Psicologia e currículo: uma aproximação à psicopedagogia à elaboração do currículo escolar*. São Paulo: Ática.

Correia, L. M. (1997). *Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas classes regulares*. Porto: Porto Editora.

Dantas. H. Afetividade e a construção do sujeito na psicogenética de Wallon, In: La Taille, Y. Dantas. H. Oliveira, M. K. (1992). *Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus.

Declaração Mundial sobre Educação para todos (1990).

Delors. J. (2004). *Educação: um tesouro a descobrir* - Relatório UNESCO da comissão Internacional sobre educação para o século XXI. São Paulo: Cortez.

Fácion. J. R. e Levy. G. C. T. M. (2005). O papel do professor na educação inclusiva. In: Fácion J. R. (org.) *Inclusão Escolar e suas implicações*. Curitiba: IBPEV.

Freire. P. (1981). *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gardner. H. (1995). *Inteligências Múltiplas: a teoria na prática*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Guimarães. G. dos S: Inclusão: conflitos e desafios da escola regular. In: Parolin. (2006) I: *Aprendendo a incluir e Incluindo para aprender*. São José dos Campos-SP: Pulso Editorial.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP CENSO ESCOLAR. Disponível em: www.portal.inep.gov.br/basica-censo. Acessado em 30 de setembro de 2010.

Kasper. A., Loch. M. V. O. e Pereira. V. L. D. V. (2010). *Alunos com deficiência matriculados em escolas públicas de nível fundamental: algumas considerações*. Disponível em: www.scielo.com.br. Acessado: em 16 de agosto de 2010.

Lakomy, A. M. (2008). *Teorias cognitivas da aprendizagem*. 2ª ed. Curitiba: IBPEY.

Luckesi. C. (2005). *Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática*. Salvador: Malabares comunicação e Eventos.

Mantoan. M. T. E. (2006). *Inclusão Escolar – O que é? Por quê? Como fazer?* 2ª ed. São Paulo: Moderna.

Mantoan. M. T. E. (2004). *O direito de ser, sendo diferente, na escola*. Revista CEJ: Brasília, n. 26, p. 36 a 44, jul, set.

Martins. G. de A. (2000). *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. 2ª ed. São Paulo: Atlas.

Mendes. E. G. *A radicalização do debate sobre inclusão no Brasil*. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, V. 11. M. 33 set-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acessado em outubro de 2010.

Morin. E. (2000). *Os sete saberes necessários à Educação do futuro*. São Paulo: Cortez.

Morin E. (1996). A noção de sujeito. In: D.F. Schimitman (org.) *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes médicas.

Nogueira. M. A. e Nogueira. M. M (2009). *Bourdieu e a Educação*. 3ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO CIÊNCIA E A CULTURA (1994): *Declaração de Salamanca*.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (1948). *Declaração dos direitos humanos*.

PRIETO. R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: Mantoan. M.T. E. e PRIETO. R. G. (2006) *Inclusão Escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus.

Parolin. I. (2006). *Aprendendo a incluir e Incluindo para aprender*. São José dos Campos - SP: Pulso Editorial.

Perrenoud. P. (2001). *A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso*. Porto Alegre: Artmed.

Perrenoud. P (2000). *Pedagogia Diferenciada: das intenções à ação*. Porto Alegre: Artmed.

Silva. M. O. E. da. (2011). Gestão das aprendizagens na sala de aula inclusiva. Edições universitárias Lusófonas: Soartes – Artes gráficas. (coleção ciências da educação – aprendizagem e formação).

Piaget. J. (1974). *A tomada de consciência*. São Paulo: EDUSP/Melhoramentos.

Rodrigues. D. Educação Inclusiva: as boas notícias e as más notícias. In: Rodrigues. D. (org.)(2003) *Perspectivas sobre inclusão – da educação à sociedade*. Porto: Porto Editora, LDA.

Sanches. I. & Teodoro (2007). A. *Procurando indicadores de educação inclusiva: as práticas dos professores de apoio educativo*. Revista portuguesa de Educação, p. 105-149.

Sanches. I. & Teodoro (2006). *Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectiva e conceitos*. Revista Lusófona de Educação, p. 63-83.

Santos B. de S. (1999). *A construção multicultural da igualdade e da diferença*. Oficina do CES, nº 135: Coimbra.

Silva, M. O. E. (2007). Reflectir para (Re)Construir Práticas. *Revista Lusófona de Educação*, vol. 4, 50-60.

Silva, M. O. E. Da Exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas. (2009). *Revista Lusófona de Educação*, vol. 13, 135-153.

Silva, M. O. E. (2011). *Gestão das aprendizagens na sala de aula inclusiva*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Sommerstein. L. C. e Wessels. M. Conquistando e utilizando o apoio da família e da comunidade para o ensino inclusivo. In: Stainback. S e Stainback. W. (2009): *Inclusão – um guia para educadores*. Trad. de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1999).

Stainback. S e Stainback. W. (2008) *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1999)

Stake. R. E. (1995). *Investigacion cone Studio de casos*. Madrid: Morata, trad. do original de 1995. The art of thousandsoaks, sage.

Vygotsky. L. S. (1989). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 3ª. ed. São Paulo: Martins Fontes. (Coleção psicologia e pedagogia. Nova série).

Wallon. H. (1979). *Psicologia e educação da criança*. Lisboa: Veja.

Werebe. M. J. G. Nadelbrulfert. J. (1999): *Henri Wallon*. São Paulo: Ática.

Winkeler. M. S. B., Oliveira. M. A. Calderi. Educação inclusiva: desafios para o cotidiano escolar In: PAROLIN. I (2006): *Aprendendo a incluir e Incluindo para aprender*. São José dos Campos-SP: Pulso Editorial.

Yin. R. K. (2005). *Estudo de caso – planejamento e métodos*. 3ª ed. trad. Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – GUIÃO DAS ENTREVISTAS

- **OBJETIVO GERAL:** Investigar a atual situação da inclusão numa escola do ensino regular, procurando identificar práticas que estão sendo adotadas pelos professores, para atender a escolarização das crianças com Necessidades Educacionais Especiais.

Percepcionar atitudes dos professores, dos diretores e dos pais, relativamente à inclusão de alunos com NEE;	1. O que entende por inclusão? 2. O que você pensa da política da inclusão? E o que pensa que os seus colegas pensam acerca desta política? (só aos professores, gestor e supervisor) 3. Como pensa que reagem os professores quando sabem que vão ter nas suas turmas alunos com NEE? Que atitudes mais frequentes é que destacaria? (só aos professores, gestor e supervisor) 4. Como uma escola pode ser inclusiva? 5. Quais são as atitudes das crianças quando percebem que tem uma criança com Necessidades especiais na sua turma? 6. Como a escola orienta os professores sobre a inclusão? (só ao supervisor e ao gestor) 7. Que atitudes os pais costumam ter diante da inclusão na sala de aula? (só aos professores, gestor e supervisor) 8. Como os professores se comportam diante da inclusão? 9. Existe alguma capacitação para os professores sobre essa temática? (só aos professores, gestor e supervisor) 10. A inclusão é positiva ? Por quê?(Só aos pais)
Reconhecer dificuldades na prática pedagógica destacadas pelos professores relativamente à inclusão de alunos com NEE;	1. Quem lhe orientou sobre as crianças especiais na sala de aula? (só ao professor) 2. Quais foram às maiores dificuldades encontradas? 3. Relativamente à planificação das aulas: o que toma em consideração? Planifica para a aula em conjunto ou tem uma planificação especial para os alunos com NEE? (só aos professores) 4. Como era (ou é) a relação com os pais das crianças? (só aos professores, gestor e supervisor) 5. Você se sentia preparada para trabalhar com essas crianças? Justifique (só ao professor) 6. Você acha que a inclusão prejudica a aprendizagem das crianças? Por quê? 7. O Centro de Reabilitação facilita a Inclusão? Ou dificulta? 8. Existe um currículo adaptado para essas crianças? Quais são as áreas que costumam ser adaptadas? (só aos professores, gestor e supervisor) 9. Como estão compostas as salas de aulas onde estão matriculadas crianças com Necessidades especiais? Você concorda? Por quê? (só aos professores, gestor e supervisor)
Identificar práticas pedagógicas mais comuns, que os professores do ensino regular e	1. Existiu alguma parceria Escola-Centro de Reabilitação? Como? 2. Como a escola lhe auxiliou no processo inclusivo da sala de

os de educação especial implementam, tendo em vista a inclusão de alunos com NEE	aula? 3. Como a escola orienta no processo inclusivo da sala de aula? 4. O centro facilita a inclusão? Como?
--	--

APÊNDICE 2 - Síntese da entrevista à Mãe 1

A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular

Só existe por força da legislação

Facilita a aprendizagem dos alunos

É positiva

A frequência do Centro de reabilitação

Contribui para melhorar as aprendizagens dos alunos

Atitudes dos alunos relativamente à inclusão dos seus colegas com NEE

De falta de respeito

Frequentemente são maldosas

Atitudes dos professores relativamente à inclusão de alunos com NEE

De rejeição

APÊNDICE 3 - Síntese da entrevista à Mãe 2

A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular

Nem sempre é linear

Contribui para a melhoria do comportamento dos alunos

É positiva

A frequência do Centro de reabilitação

Contribui para melhorar as aprendizagens dos alunos

Atitudes dos alunos relativamente à inclusão dos seus colegas com NEE

De aceitação

De entreajuda

Atitudes dos professores relativamente à inclusão de alunos com NEE

De colaboração

De carinho

APÊNDICE 4 - Síntese da entrevista à professora 1

1.A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular

É um direito das pessoas

Facilita a aprendizagem dos alunos

Passa por trazer para o sistema de ensino os alunos que provarem estar aptos

É positiva

Implica trabalhar com os Pais dos alunos

Tem de passar por um trabalho a nível da sociedade

Implica que os professores estejam preparados

2.A frequência do Centro de reabilitação

Contribui para melhorar as aprendizagens dos alunos

É feita em parceria com a escola

Deveria ser feita diariamente

3.Percepção sobre os alunos com NEE

Aprendem com muita dificuldade

Na generalidade não sabem escrever

Sabem desenhar

4.Estratégias para a inclusão de alunos com NEE

O trabalho realizado pela equipa pedagógica

Ter informação prévia acerca dos alunos

Troca de informação entre os encarregados de educação

Planificar em função da turma em geral

Respeitar as diferenças

Escrever pelo aluno sempre que necessário

5.Dificuldades sentidas com a inclusão de alunos com NEE

A escolha de material didático apropriado

Trabalhar em equipe

6.Recursos implementados para a inclusão de alunos com NEE

Aulas de informática

Aprender a pesquisar jogos educativos pela internet

Aprender a digitalizar textos

APÊNDICE 5 - Síntese da entrevista à professora 2

A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular

É acolher a todos com humildade

Não é bem aceite pela generalidade dos profissionais

Foi bem elaborada a nível legislativo

Prejudica a aprendizagem dos outros alunos

Implica que os professores estejam preparados

A frequência do Centro de reabilitação

Contribui para melhorar as aprendizagens dos alunos

É feita em parceria com a escola

Estratégias para a inclusão de alunos com NEE

O suporte da direção da escola

O suporte da supervisão pedagógica

O suporte dos colegas

Saber manter a calma

Respeitar as diferenças

Planificar aulas próprias para o aluno com NEE

Reforçar as aprendizagens dos alunos com mais dificuldades

Dificuldades sentidas com a inclusão de alunos com NEE

A demissão dos Pais dos alunos

A inexistência de um currículo adaptado aos alunos

Recursos implementados para a inclusão de alunos com NEE

Capacitação de professores

Aprender a selecionar material didático adequado

A criação de uma sala de recursos multifuncionais

APÊNDICE 6 - Síntese da entrevista à professora 3

1.A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular

É acolher a todas as diferenças

Facilita a aprendizagem dos alunos

É abrangente e avançou muito

É positiva

Necessita de sensibilidade

Implica que os professores estejam preparados

2.A frequência do Centro de reabilitação

Depende da atuação dos profissionais

3. Atitudes dos alunos relativamente à inclusão dos seus colegas com NEE

Frequentemente são maldosos

4.Estratégias para a inclusão de alunos com NEE

Atividades adaptadas

Planificar em função da turma em geral

Respeitar as diferenças

5.Dificuldades sentidas com a inclusão de alunos com NEE

Falta tempo para planejar

A inexistência de um currículo adaptado

Em orientar os alunos com NEE

6.Recursos implementados para a inclusão de alunos com NEE

Capacitação de professores

APÊNDICE 7 - Síntese da entrevista à professora 4

1.A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular

É acolher a todas as diferenças

Facilita a aprendizagem dos alunos

Depende de dedicação e carinho

Implica que os professores estejam preparados

2.A frequência do Centro de reabilitação

É feita em parceria com a Secretaria Municipal de Educação

Facilita a inclusão

3.Estratégias para a inclusão de alunos com NEE

Atividades adaptadas

Parceria com o professor auxiliar

O suporte da direção da escola

Planificar em função da turma em geral

Respeitar as diferenças

4.Dificuldades sentidas com a inclusão de alunos com NEE

Falta de orientação

A escolha do material didático apropriado

A inexistência de um currículo adaptado aos alunos

APÊNDICE 8 - Síntese da entrevista à professora 5

1.A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular

É integrar

Precisa ser melhorada

Só existe por força da lei

Implica que os professores estejam preparados

2.A frequência do Centro de reabilitação

Contribui para melhorar as aprendizagens dos alunos

É feita em parceria com a Secretaria Municipal de Educação

3.Estratégias para a inclusão de alunos com NEE

Atividades adaptadas

O trabalho realizado pela equipe pedagógica

Planificar em função da turma em geral

Respeitar as diferenças

4.Dificuldades sentidas com a inclusão de alunos com NEE

Falta de orientação

De socialização

A inexistência de um currículo adaptado aos alunos

APÊNDICE 9 - Síntese da entrevista à professora 6

1.A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular

É acolher a todas as diferenças

Precisa ser melhorada

É um direito

Implica que os professores estejam preparados

2. Atitudes dos alunos relativamente à inclusão dos seus alunos colegas com NEE

De entreajuda

Maior sensibilidade

3.A frequência do Centro de reabilitação

Atendimento com profissionais especializados

Atendimento em horários opostos ao da escola regular

Deveria ser mais intensificado

4.Estratégias para a inclusão de alunos com NEE

Ter informações prévias a cerca dos alunos

Parceria com o professor da sala de aula

Reforçar as aprendizagens dos alunos com mais dificuldades

Respeitar as diferenças

5.Dificuldades sentidas com a inclusão de alunos com NEE

Diversidade de deficiências

6.Recursos implementados para a inclusão de alunos com NEE

Estudos frequentes

Aprender a selecionar material didático adequado

A criação de uma sala de recursos multifuncionais

APÊNDICE 10 - Síntese da entrevista à professora 7

1.A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular

É acolher a todas as diferenças

Precisa ser melhorada

2.A frequência do Centro de reabilitação

É feita em parceria com a escola

3.Estratégias para a inclusão de alunos com NEE

Trabalho em equipe

O suporte da supervisão pedagógica

Planificar aulas próprias para o aluno com NEE

Respeitar as diferenças

4.Dificuldades sentidas com a inclusão de alunos com NEE

Inexperiência

5.Recursos implementados para a inclusão de alunos com NEE

Capacitação de professores

A criação de uma sala de recursos multifuncionais

APÊNDICE 11 - Síntese da entrevista da supervisora 1

1.A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular

É acolher a todas as diferenças

Precisa ser melhorada

Implica que os professores estejam preparados

2.A frequência do Centro de reabilitação

Contribui para melhorar as aprendizagens dos alunos

É feita em parceria com a escola

3. Atitudes dos alunos relativamente à inclusão dos seus colegas com NEE

De medo

De aceitação

4. Atitudes dos professores relativamente à inclusão dos seus alunos colegas com NEE

De aceitação

De insegurança

5.Estratégias para a inclusão de alunos com NEE

O suporte da supervisão pedagógica

6.Dificuldades sentidas com a inclusão de alunos com NEE

Diversidade de deficiências

A inexistência de uma equipe qualificada

A inexistência de um currículo adaptado aos alunos com NEE

APÊNDICE 12 - Síntese da entrevista da gestora 1

1.A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular

É acolher a todas as diferenças

Não é bem aceita pela generalidade dos profissionais

Facilita a aprendizagem dos alunos

Implica que os professores estejam preparados

Implica trabalhar com os pais dos alunos

2.A frequência do Centro de reabilitação

Contribui para melhorar a aprendizagem

É feita em parceria com a escola

3. Atitudes dos alunos relativamente à inclusão dos seus colegas com NEE

De respeito

4. Atitudes dos professores relativamente à inclusão dos seus alunos colegas com NEE

De desespero

5. Atitudes dos pais relativamente à inclusão dos seus alunos colegas com NEE

De rejeição

6.Estratégias para a inclusão de alunos com NEE

Acolhimento dentro da sala de aula

O trabalho realizado pela equipe pedagógica

Reforçar as aprendizagens dos alunos com mais dificuldades

O suporte dos professores da sala de recursos

Parceria com o professor auxiliar

Menos alunos por turma

7.Dificuldades sentidas com a inclusão de alunos com NEE

Saber trabalhar com o sistema Braille

Os pais aceitarem atendimentos no Centro

8. Recursos implementados para inclusão de alunos com NEE

Capacitação de professores

A criação de uma sala de recursos multifuncionais

APÊNDICE 13 - Síntese da entrevista do gestor 2

1.A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular

É positiva

É um direito

Não é bem aceita pela generalidade dos profissionais

Facilita a aprendizagem dos alunos

Implica que os professores estejam preparados

Implica trabalhar com os pais dos alunos

Depende do projeto da escola

É diferente de integrar

2.A frequência do Centro de reabilitação

Contribui para melhorar a aprendizagem

3. Atitudes dos professores relativamente à inclusão dos seus alunos colegas com NEE

De indiferença e rejeição

Afirmam que não estão preparados

4.Estratégias para a inclusão de alunos com NEE

O suporte da direção da escola

Respeitar as diferenças

Menos alunos por turma

5.Dificuldades sentidas com a inclusão de alunos com NEE

Diversidade de deficiência

Desinteresse pelas capacitações

6. Recursos implementados para inclusão de alunos com NEE

Capacitação de professores

APÊNDICE 14 - Análise de conteúdo da entrevista à Mãe 1

Categoria	Subcategoria	Indicadores
A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular	Só existe por força da legislação	-Não existe. - A escola aceita, mas tem coisa assim...muitas coisas está errada...
	Facilita a aprendizagem dos alunos	-As duas coisas. Acho que as duas ajudam também. Me ajuda e ajuda a ela também, porque... O que perguntar, ela adora, ela sabe de tudo. Ontem mesmo lá o sitio o pai tava dizendo, tá vendo que ela tá desenvolvendo, porque foi uma brincadeira, ela disse assim “ei sua mulher é outra” ai o pai disse assim: tá vendo ela ta desenvolvendo - ai eu disse: é para umas coisas e outras não, o principal e a escola. - Às vezes ela pega um livre lê, mas não é palavras que tem nele, é coisas que ela ouviu na escola mesmo.
	É positiva	- fez bem a ela.
A frequência do Centro de reabilitação	Contribui para melhorar as aprendizagens dos alunos	- Ajuda. Ela se desenvolve mais, pois aqui e acolá ela escreve seu nome completo, na escrita
Atitudes dos alunos relativamente à inclusão dos seus colegas com NEE	De falta de respeito	-...eles não a respeitam não. - Implicam com as roupas, com o que ela faz, tipo, você assim, ela veio do sítio da minha mãe, sem a farda e eu tive que trazer a farda,
	Frequentemente são maldosas	- De implicar. as meninas ficam dizendo as coisas com ela e ela fica quase chorando de frente a escola
Atitudes dos professores relativamente à inclusão de alunos com NEE	De rejeição	- A professora reclama só. Acha que isso resolve.

APÊNDICE 15 - Análise de conteúdo da entrevista à Mãe 2

Categoria	Subcategoria	Indicadores
A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular	Nem sempre é linear	- Por parte de algumas pessoas ele foi rejeitado, quando ele estudava de manhã. Quando eu o mudei para a tarde, me sinto a pessoa mais feliz da vida, vendo ele lá. Querem muito bem a ele, eles aceitam, a auxiliar quer muito bem,
	Contribui para a melhoria do comportamento dos alunos	- Ele era muito agressivo e ele está mudando bastante. Ele dava muito trabalho, agora ele é comportado. Até aqui no centro ele está comportado, não dá um pinga de trabalho.
	É positiva	- a inclusão vale a pena, demais.
A frequência do Centro de reabilitação	Contribui para melhorar as aprendizagens dos alunos	- Ajuda. Ele gosta muito de lá, ele adora. - Com a inclusão ele melhorou bastante
Atitudes dos alunos relativamente à inclusão dos seus colegas com NEE	De aceitação	- Elas aceitam
	De entreajuda	- ajudam a cuidar dele.
Atitudes dos professores relativamente à inclusão de alunos com NEE	De colaboração	- a professora também, no turno da tarde.
	De carinho	- o tratam com maior carinho.

APÊNDICE 16 - Análise de conteúdo da entrevista à professora 1

Categoria	Subcategoria	Indicadores
A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular	É um direito das pessoas	- defender do direito de todas as pessoas com e sem deficiência.
	Facilita a aprendizagem dos alunos	- Não [prejudica]. Porque até elas se ajudam.
	Passa por trazer para o sistema de ensino os alunos que provarem estar aptos	- Trazendo para dentro dos sistemas ou grupos dos “excluídos que provarem estar aptos”
	É positiva	- ...tratar as pessoas com deficiências em um mesmo ambiente, com o objetivo de adquirirem uma cultura suficiente para seu dia a dia.
	Implica trabalhar com os Pais dos alunos	- Quando os pais querem é uma boa, mas quando eles não aceitam a gente tem que trabalhar primeiro esses pais para poder aceitar aquele problema, porque tem pai que diz que ele não aprende porque não quer, porque tem preguiça...
	Tem de passar por um trabalho a nível da sociedade	-A política inclusão, ela deve ser trabalhada no social que a ação combate à exclusão ligada a pessoas de classe social, nível educacional, portadores de deficiência física ou mental, idosos, que minoria racial, entre outras que não tenha acesso a participarem da renda dos pais
	Implica que os professores estejam preparados	- Nos dias atuais devemos ser capacitados, ou seja, preparados para lidar com essas adversidades
A frequência do Centro de reabilitação	Contribui para melhorar as aprendizagens dos alunos	- Facilita sim, e muito. Era para ir todos os dias.
	É feita em parceria com a	- dois dias por semana, esses alunos que apresentam essas dificuldades, eles frequentam

	escola	o Centro de Reabilitação em horários determinados pela escola
	Deveria ser feita diariamente	- No meu ponto de vista, eles eram para ir todo dia.
Atitudes dos alunos relativamente à inclusão dos seus colegas com NEE	De entreajuda	- tem aluno que ajuda muito a eles, chamam para fazer os trabalhos com eles, aqueles que não conseguem fazer,
	De boa vontade	- aqueles que têm a boa vontade
Percepção sobre os alunos com NEE	Aprendem com muita dificuldade	-... eles não aprendem porque não tem condições de aprender - aprende sim, mas lentamente
	Na generalidade não sabem escrever	- Muitos não sabem escrever
	Sabem desenhar	- mas desenharam...
Estratégias para a inclusão de alunos com NEE	O trabalho realizado pela equipa pedagógica	-. Por que aqui, já tem o trabalho da equipa pedagógica da escola que já nos orienta, já procura.
	Ter informação prévia acerca dos alunos	- Na escola todos têm o conhecimento do aluno que vai receber
	Troca de informação entre os encarregados de educação	- Os pais quando vem fazer as matriculas já comunicam aos outros que possam vir a não aceitar essa inclusão
	Planificar em função da turma em geral	- O plano é igual para todos
	Respeitar as diferenças	- levando em consideração que as diferenças sejam respeitadas
	Escrever pelo aluno sempre que necessário	- e a gente pergunta e escrevemos por ele
Dificuldades sentidas com a inclusão de alunos com NEE	A escolha de material didático apropriado	- com o material didático que é necessário que os professores pesquisem e busquem novos conhecimentos - jogos, recortes e colagem, bingos educativos,

		aulas de campo entre outros.
	Trabalhar em equipe	- trabalhos em equipe
Recursos implementados para a inclusão de alunos com NEE	Aulas de informática	- ...através de recursos com aulas de informática
	Aprender a pesquisar jogos	- jogos educativos através da internet
	educativos pela internet	
	Aprender a digitalizar textos	- digitação de texto

APÊNDICE 17 - Análise de conteúdo da entrevista à professora 2

Categoria	Subcategoria	Indicadores
A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular	É acolher a todos com humildade	- Inclusão é acolher a todos com humildade e sem rejeição.
	Não é bem aceita pela generalidade dos profissionais	- mas ainda hoje não é bem aceita por parte de muitos profissionais.
	Foi bem elaborada a nível legislativo	- Penso que foi bem elaborada e bem estudada.
	Prejudica a aprendizagem dos outros alunos	- no momento em que você tá dando assistência aquele aluno que precisa, que tem aquela necessidade, os outros alunos é, não se comportam, estão com brincadeiras, não querem prestar a atenção.
	Implica que os professores estejam preparados	- Acho que ninguém é preparado, mas com o convívio a gente passa a adquirir experiência.
A frequência do Centro de reabilitação	Contribui para melhorar as aprendizagens dos alunos	- Pois eles preparam, aquela criança, quando vem para escola normal, ela já vem mais preparada.
	É feita em parceria com a escola	- Enviamos os alunos com NEE para serem atendidos lá. Sim [existe uma parceria].
Estratégias para a inclusão de alunos com NEE	O suporte da direção da escola	- A direção da escola.
	O suporte da supervisão pedagógica	- como também a supervisão.
	O suporte dos colegas	- e outros colegas.
	Saber manter a calma	- Procuro manter a calma.
	Respeitar as diferenças	- e com paciência tento ver o tipo de necessidade de cada aluno.

	Planificar aulas próprias para o aluno com NEE	- Dependendo do aluno com NEE as aulas são diferenciadas, de minha parte eu planejo uma aula diferente para aquele aluno.
	Reforçar as aprendizagens dos alunos com mais dificuldades	- e também, levando os alunos que têm uma necessidade maior para o reforço
Dificuldades sentidas com a inclusão de alunos com NEE	A demissão dos Pais dos alunos	- A falta de limite e a ausência dos pais nas escolas.
	A inexistência de um currículo adaptado aos alunos	- Isso aí eu acredito que fica por conta da criatividade de cada professor. Se existisse esse currículo adaptado ficaria bem mais fácil.
Recursos implementados para a inclusão de alunos com NEE	Capacitação de professores	- capacitações
	Aprender a selecionar material didático adequado	- material didático
	A criação de uma sala de recursos multifuncionais	- sala de recursos multifuncionais

APÊNDICE 18 - Análise de conteúdo da entrevista à Professora 3

Categoria	Subcategoria	Indicadores
A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular	É acolher a todas as diferenças	É a pratica educativa onde você acolhe todas as diferenças
	Facilita a aprendizagem dos alunos	A inclusão não prejudica de jeito nenhum
	É abrangente e avançou muito	Avançou muito nesses últimos anos...bem como abrangente.
	É positiva	É positiva, com certeza
	Necessita de sensibilidade	... se você não tiver sensibilidade não tem inclusão
	Implica que os professores estejam preparados	Boa parte sim, eu me sinto preparada certo.
A frequência do Centro de reabilitação	Depende da atuação dos profissionais	Facilita a inclusão se tiver gente atuante
Atitudes dos alunos relativamente à inclusão dos seus colegas com NEE	Frequentemente são maldosos	... é difícil aceitarem...saber conviver sem fazer brincadeira, sem fazer palhaçada...brincadeira de mal gosto.
Estratégias para a inclusão de alunos com NEE	Atividades adaptadas	Geralmente pego da internet, peço as meninas para tirar atividades xerografadas de livros...
	Planificar em função da turma em geral	- O plano é igual para todos
	Respeitar as diferenças	- levando em consideração que as diferenças sejam respeitadas
Dificuldades sentidas com a inclusão de alunos com NEE	Falta tempo para planejar	Se eu tivesse mais tempo pelo menos dois dias para planejar só para ele... Ninguém tem tempo para fazer muita coisa

	A inexistência de um currículo adaptado	Falta o currículo adaptado
	Em orientar os alunos com NEE	Você deixa de ensinar mais o deficiente do que os outros
Recursos implementados para a inclusão de alunos com NEE	Capacitação de professores	Através de seminários, estudos na escola, nos cursos que a educação sempre oferece

APÊNDICE 19 - Análise de conteúdo da entrevista à Professora 4

Categoria	Subcategoria	Indicadores
A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular	É acolher a todas as diferenças	É a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro
	Precisa ser melhorada	Penso que a política de inclusão precisa ser melhorada.
	Depende de dedicação e carinho	Com dedicação e carinho para com essa criança
	Implica que os professores estejam preparados	Nunca estamos preparados para ter um aluno nem um filho com NEE, mas devemos tentar descobrir.
A frequência do Centro de reabilitação	É feita em parceria com a Secretaria Municipal de Educação	Sempre existiu a parceria entre escola e centro, sob o apoio da secretaria
	Facilita a inclusão	Os atendimentos com a psicóloga e outros profissionais
Estratégias para a inclusão de alunos com NEE	Atividades adaptadas	A gente trabalha com atividades diversificadas
	Parceria com o professor auxiliar	Sempre procuro fazer o melhor em conjunto com minha auxiliar
	O suporte da direção da escola	Sempre recebi muito apoio dos gestores da escola
	Planificar em função da turma em geral	Os meus planos são feitos de forma generalizada
	Respeitar as diferenças	Na sala, sofre algumas alterações para atender ao aluno com NEE
Dificuldades sentidas com a inclusão de alunos com NEE	Falta de orientação	Não obtive orientação de ninguém...
	A escolha do material didático apropriado	Temos de tentar adequar o ensino de forma que o aluno com NEE possa ter benefícios
	A inexistência de um currículo adaptado aos alunos	Não existe.

APÊNDICE 20 - Análise de conteúdo da entrevista à professora 5

Categoria	Subcategoria	Indicadores
A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular	É integrar	Os alunos especiais com os normais em sala de aula
	Precisa ser melhorada	Necessita melhorar mais
	Só existe por força da lei	Toda criança que tem necessidades NEE ela tem que ser incluída com os alunos normais.
	Implica que os professores estejam preparados	Já estou me sentindo mais preparada
A frequência do Centro de reabilitação	Contribui para melhorar as aprendizagens dos alunos	Lá eles têm acompanhamento com psicólogo, psicopedagogo tanto o aluno portador como os pais.
	É feita em parceria com a Secretaria Municipal de Educação	A secretaria municipal de educação sempre se preocupou com os alunos portadores de necessidades
Estratégias para a inclusão de alunos com NEE	Atividades adaptadas	Eu trabalho com os conteúdos...as atividades são diferenciadas
	O trabalho realizado pela equipe pedagógica	A supervisão e a direção sempre me orientaram como trabalhar com os alunos portadores de necessidades
	Planificar em função da turma em geral	O planejamento se dá em conjunto
	Respeitar as diferenças	a atenção maior é voltada para o aluno especial
Dificuldades sentidas com a inclusão de alunos com NEE	Falta de orientação	De início não obtive orientação
	De socialização	Falta de socialização e interação com a turma
	A inexistência de um currículo adaptado aos alunos	Não existe.

APÊNDICE 21 - Análise de conteúdo da entrevista à Professora 6

Categoria	Subcategoria	Indicadores
A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular	É acolher a todas as diferenças	É acolher
	Precisa ser melhorada	Eu acho que precisa ser melhorada muito
	É um direito	Todos têm direito de ocupar o seu espaço.
	Implica que os professores estejam preparados	Eu e outra professora fomos preparadas, fizemos um curso de formação.
Atitudes dos alunos relativamente à inclusão dos seus alunos colegas com NEE	De entreajuda	Eles se preocupam em ajudar nas atividades e a cuidar deles.
	Maior sensibilidade	As crianças ditas normais têm uma sensibilidade muito grande em conviver com as ditas especiais.
A frequência do Centro de reabilitação	Atendimento com profissionais especializados	As crianças realmente são trabalhadas por especialistas em sua área.
	Atendimento em horários opostos ao da escola regular	tem um atendimento bem maior.
	Deveria ser mais intensificado	Os profissionais da sala de aula deveriam ter um contato mais intensificado.
Estratégias para a inclusão de alunos com NEE	Ter informações prévias a cerca dos alunos	Tivemos que nos preparar mais para atender essa aluna
	Parceria com o professor da sala de aula	A gente fica perguntando como é, o aluno tá melhorando, o que você tá achando.
	Reforçar as aprendizagens dos alunos com mais dificuldades	Trabalho com esse aluno a questão didática e melhora sua aprendizagem
	Respeitar as diferenças	Então vamos ver uma forma de ajudar aqueles alunos
Dificuldades sentidas com a inclusão de	Diversidade de deficiências	Um ano a gente convive com um surdo...agora com uma cega...mental.

alunos com NEE		
Recursos implementados para inclusão de alunos com NEE	Estudos frequentes	A medida que vamos tendo necessidade, vamos estudando, nos preparando.
	Aprender a selecionar material didático adequado	Trabalho com material concreto
	A criação de uma sala de recursos multifuncionais	Desde 2007, tem uma sala específica para trabalhar com alunos portadores de necessidades

APÊNDICE 22 - Análise de conteúdo da entrevista à Professora 7

Categoria	Subcategoria	Indicadores
A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular	É acolher a todas as diferenças	Não só nas escolas, em toda sociedade
	Precisa ser melhorada	A pessoa precisa ser incluída, não só agregada.
A frequência do Centro de reabilitação	É feita em parceria com a escola	Quando o aluno precisa de acompanhamento, a gente encaminha pra lá.
Estratégias para a inclusão de alunos com NEE	Trabalho em equipe	Eu gosto de colocar o portador em conjunto, perto de uma criança que é dita normal.
	O suporte da supervisão pedagógica	A gente se agrupa de quinze e quinze dias, a supervisão escolar nos orienta,
	Planificar aulas próprias para o aluno com NEE	Quando tem necessidade eu faço atividades diversificadas
	Respeitar as diferenças	Quando ele tem dificuldade em trabalhar eu me aproximo dele
Dificuldades sentidas com a inclusão de alunos com NEE	Inexperiência	Quando eu recebi pela primeira vez um aluno com deficiência mental.
Recursos implementados para inclusão de alunos com NEE	Capacitação de professores	Alguns cursos que aparecem na cidade
	A criação de uma sala de recursos multifuncionais	Existe ainda a sala de recursos multifuncionais

APÊNDICE 23 - Análise de conteúdo da entrevista à Supervisora 1

Categoria	Subcategoria	Indicadores
A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular	É acolher a todas as diferenças	É incluir alunos com NEE na escola regular e dá condições de aprendizagens.
	Precisa ser melhorada	Devido a tantas necessidades educacionais especiais e pouca estrutura nas escolas.
	Implica que os professores estejam preparados	Não tem especialização total, eles têm uma aprendizagem superficial.
Atitudes dos alunos relativamente à inclusão dos seus alunos colegas com NEE	De medo	Quando o aluno não é bem trabalhado surge o medo por parte dessas crianças.
	De aceitação	Com o passar do tempo essas crianças são aceitas.
Atitudes dos professores relativamente à inclusão dos seus alunos colegas com NEE	De aceitação	Eles aceitam os alunos na sala de aula.
	Afirmam não estão preparados	De início sentem-se surpresos e assustados.
A frequência do Centro de reabilitação	Contribui para melhorar as aprendizagens dos alunos	Ajudando os alunos que são encaminhados e acompanhados
	É feita em parceria com a escola	A gente faz encaminhamento, eles fazem o acompanhamento
Estratégias para a inclusão de alunos com NEE	O suporte da supervisão pedagógica	A supervisão orienta os professores
Dificuldades sentidas com a inclusão de alunos com NEE	Diversidade de deficiências	A escola recebe uma grande demanda de alunos portadores.
	A inexistência de uma equipe qualificada	Não existe na escola uma equipe qualificada para atender a todos satisfatoriamente
	A inexistência de um currículo adaptado aos alunos com NEE	Os professores usam determinados conteúdos para trabalharem com os alunos que necessitam.

APÊNDICE 24 - Análise de conteúdo da entrevista à Gestor 1

Categoria	Subcategoria	Indicadores
A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular	É acolher a todas as diferenças	Fazer com que o aluno seja incluído
	Não é bem aceita pela generalidade dos profissionais	Os professores aceitam até bem certos tipos de deficiência
	Facilita a aprendizagem dos alunos	Ajuda nos procedimentos, atitudes, comportamentos e compromisso daqueles que não tem deficiência
	Implica que os professores estejam preparados	Nenhum curso de graduação preparara esse profissional para trabalhar com deficiência
	Implica trabalhar com os pais dos alunos	Em alguns casos os próprios pais não aceitam que seu filho tenha NEE.
Atitudes dos alunos relativamente à inclusão dos seus alunos colegas com NEE	De respeito	Eles passam a respeitar e ter atitudes mais viáveis
Atitudes dos pais relativamente à inclusão dos seus alunos colegas com NEE	De rejeição	Eu acredito que ainda há uma certa rejeição entre os pais
Atitudes dos professores relativamente à inclusão dos seus alunos colegas com NEE	De desespero	Quando chega um aluno portador de deficiência visual
A frequência do Centro de reabilitação	Contribui para melhorar a aprendizagem	Nós trabalhamos em busca de uma educação de qualidade
	É feita em parceria com a escola	A escola procura o centro e encaminha os alunos

Estratégias para a inclusão de alunos com NEE	Acolhimento dentro da sala de aula	Fazendo com que o aluno portador de NEE tenha qualidade dentro das limitações
	O trabalho realizado pela equipe pedagógica	A escola orienta junto com o centro
	Reforçar as aprendizagens dos alunos com mais dificuldades	Aqueles que têm deficiência, dificuldade de aprendizagem têm um complemento nessa sala de recursos
	O suporte dos professores da sala de recursos	Esses professores dão um suporte para o professor da sala de aula
	Parceria com o professor auxiliar	Nós temos professor auxiliar, dependendo do caso
	Menos alunos por turma	Temos turmas no máximo com 25 alunos mais o portador
Dificuldades sentidas com a inclusão de alunos com NEE	Saber trabalhar com o sistema Braille	Apenas um professor entende em todo município
	Os pais aceitarem atendimentos no Centro	As pessoas têm em mente que ao ser encaminhado para centro é “doida”
Recursos implementados para inclusão de alunos com NEE	Capacitação de professores	O município já trabalhou recentemente a questão da inclusão
	A criação de uma sala de recursos multifuncionais	Exclusivamente para trabalhar com os portadores

APÊNDICE 25 - Análise de conteúdo da entrevista à Gestor 2

Categoria	Subcategoria	Indicadores
A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular	É positiva	Cria meios diversificados para que todos possam atingir os mesmos objetivos
	É um direito	Tem por objetivo concretizar a todos os mesmos direitos
	Não é bem aceita pela generalidade dos profissionais	Com o passar do tempo eles reagem com maior naturalidade
	Facilita a aprendizagem dos alunos	É uma lição de vida para aqueles alunos ditos normais
	Implica que os professores estejam preparados	Oferece algumas capacitações, mas nem todos estão aptos
	Implica trabalhar com os pais dos alunos	Os pais que não reagem bem, são aqueles dos filhos que não têm NEE.
	Depende do projeto da escola	Voltado para atender a todos
	É diferente de integrar	Até porque a aprendizagem não está acontecendo
Atitudes dos professores relativamente á inclusão dos seus alunos colegas com NEE	De indiferença e rejeição	Muitas vezes tentam se livrar do aluno
	Afirmam não estão preparados	Tentam argumentar que não estão preparados
A frequência do Centro de reabilitação	Contribui para melhorar a aprendizagem	Tem atendimentos que nos ajuda a como trabalhar com esses alunos.
Estratégias para a inclusão de alunos com NEE	O suporte da direção da escola	Oriento que todos somos diferentes
	Respeitar as diferenças	Carecem de uma atenção diferenciada
	Menos alunos por turma	Na classe não deve ultrapassar 25 alunos
Dificuldades sentidas com a inclusão de alunos com NEE	Diversidade de deficiência	Temos sala com três, quatro alunos com NEE comprovadas
	Desinteresse pelas capacitações	Nem todos dão a devida atenção
Recursos implementados para inclusão de alunos com NEE	Capacitação de professores	São oferecidos alguns cursos

APÊNDICE 26 - Síntese global das entrevistas

Categorias/Subcategorias	NER
1.A inclusão de alunos com NEE na escola do ensino regular	12
É positiva	5
É acolher a todos com humildade	1
Facilita a aprendizagem dos alunos	6
Tem de passar por um trabalho em nível de sociedade	1
Implica que os professores estejam preparados	9
É um direito	3
Passa por trazer para o sistema de ensino os alunos que comprovarem estar aptos	1
Implica em trabalhar com os pais	3
Não é bem aceita pela generalidade dos profissionais	3
Foi bem elaborada a nível legislativo	1
Prejudica a aprendizagem dos outros alunos	1
É acolher a todas as diferenças	6
Precisa ser melhorada	4
É integrar	1
Só existe por força da lei	2
Depende de sensibilidade, dedicação e carinho	2
É abrangente e avançou muito	1
Nem sempre é linear	1
Contribui para melhoria no comportamento dos alunos	1
É diferente de integrar	1
Depende do projeto da escola	1
2.A frequência do Centro de reabilitação	12
Contribui para melhorar as aprendizagens dos alunos	8
É feita em parceria com a escola	5
É feita em parceria com a Secretaria de Educação	2
Deveria ser feita diariamente	1
Atendimentos com profissionais especializados	1
Atendimento em horários opostos ao da escola regular	1
Deveria ser mais intensificado	1
Facilita a inclusão	1

Depende da atuação dos profissionais	1
3. Percepção sobre os alunos com NEE	1
Aprendem com muita dificuldade	1
Na generalidade não sabem escrever	1
Sabem desenhar	1
4. Atitudes dos alunos relativamente à inclusão dos seus colegas com NEE	12
De entreajuda	2
Maior sensibilidade	1
Frequentemente são maldosas	2
De aceitação	2
De falta de respeito	1
5. Atitudes dos professores relativamente à inclusão dos alunos com NEE	12
De indiferença e rejeição	2
De colaboração	1
De carinho	1
Afirmam não estão preparados	1
De desespero	1
De aceitação	1
6. Atitudes dos pais relativamente à inclusão dos alunos com NEE	12
De rejeição	1
7. Dificuldades sentidas com a inclusão de alunos com NEE	12
A escolha do material didático apropriado	2
Trabalhar em equipe	1
A demissão dos pais dos alunos	1
A inexistência de um currículo adaptado aos alunos com NEE	5
Inexperiência	1
Diversidade de deficiências	3
Falta de orientação	2
Falta de tempo para planejar	1
Em orientar os alunos com NEE	1
De socialização	1
Os pais aceitarem os atendimentos no centro	1
A inexistência de uma equipe qualificada	1
Saber trabalhar com o sistema Braille	1

Desinteresse pelas capacitações	1
8. Estratégias para a inclusão de alunos com NEE	12
O trabalho realizado pela equipe pedagógica	3
Ter informação prévia acerca dos alunos	2
Troca de informação entre os encarregados de educação	2
Planificar em função da turma em geral	4
Respeitar as diferenças	8
Escrever pelo aluno sempre que necessário	1
O suporte da direção da escola	3
O suporte da supervisão pedagógica	3
Saber manter a calma	1
Planificar aulas próprias para alunos com NEE	2
Reforçar as aprendizagens dos alunos com mais dificuldades	3
Trabalho em equipe	1
Atividades adaptadas	3
Parceria com o professor auxiliar	2
O suporte dos profissionais da sala de recursos	1
Reforçar as aprendizagens dos alunos com mais dificuldade	1
Menos alunos por turma	2
Acolhimento dentro da sala de aula	1
9. Recursos implementados para a inclusão de alunos com NEE	12
Aulas de informática	1
Aprender a pesquisar jogos educativos pela internet	1
Aprender a digitalizar textos	1
Capacitação de professores	6
Aprender a seleccionar material didático adequado	2
A criação da sala de recursos multifuncionais	4

APÊNDICE 27 - ENTREVISTA MÃE 1

1 - O que entende por inclusão?

Não existe. De implicar. Implicam com as roupas, com o que ela faz, tipo, você assim, ela veio do sítio da minha mãe, sem a farda e eu tive que trazer a farda, as meninas ficam dizendo as coisas com ela e ela fica quase chorando de frente à escola.

2 – como a escola pode ser inclusiva?

Não sei. A escola aceita, mas tem coisa assim... muitas coisas está errada...

3 – Quais são as atitudes das crianças quando percebem que têm uma criança NEE na sua turma?

...eles não a respeitam não.

4 – como os professores se comportam diante da inclusão?

A professora reclama só. Acha que isso resolve.

5 – Você acha que a inclusão prejudica a aprendizagem das crianças? Por quê?

As duas coisas. Acho que as duas ajudam também. Me ajuda e ajuda a ela também, porque... O que perguntar, ela adora, ela sabe de tudo. Ontem mesmo lá o sitio o pai tava dizendo, tá vendo que ela tá desenvolvendo, porque foi uma brincadeira, ela disse assim “ei sua mulher é outra” aí o pai disse assim: tá vendo ela ta desenvolvendo, aí eu disse: é para umas coisas e outras não, o principal e a escola.

6 – A inclusão é positiva?

Sim, fez bem a ela.

7 – O centro de reabilitação facilita a inclusão? Ou dificulta?

Ajuda. Ela se desenvolve mais, pois aqui e acolá ela escreve seu nome completo, na escrita. Às vezes ela pega um livre lê, mas não é palavras que tem nele, é coisas que ela ouviu na escola mesmo.

APÊNDICE 28 - ENTREVISTA MÃE 2

1 - O que entende por inclusão?

Não sei. Com a inclusão ele melhorou bastante, pense numa coisa que valeu a pena, a inclusão vale a pena, demais.

2 – como a escola pode ser inclusiva?

Ela aceita meu filho. E as pessoas de lá o tratam com maior carinho.

3 – Quais são as atitudes das crianças quando percebem que têm uma criança NEE na sua turma?

Elas aceitam, entendem e ajudam a cuidar dele.

4 – como os professores se comportam diante da inclusão?

Por parte de algumas pessoas ele foi rejeitado, quando ele estudava de manhã. Quando eu o mudei para a tarde, me sinto a pessoa mais feliz da vida, vendo ele lá. Querem muito bem a ele, eles aceitam, a auxiliar quer muito bem, a professora também, no turno da tarde.

5 – Você acha que a inclusão prejudica a aprendizagem das crianças? Por quê?

Não. Ele era muito agressivo e ele está mudando bastante. Ele dava muito trabalho, agora ele é comportado. Até aqui no centro ele está comportado, não dá um pingo de trabalho.

6 – A inclusão é positiva?

Não respondeu

7 – O centro de reabilitação facilita a inclusão? Ou dificulta?

Ajuda. Ele gosta muito de lá, ele adora.

APÊNDICE 29 - ENTREVISTA A PROFESSORA 1

1 – O que entende por inclusão?

A palavra inclusão já diz: defender do direito de todas as pessoas com e sem deficiência. Porque todos nós temos deficiência, quem não têm? Trazendo para dentro dos sistemas ou grupos dos “excluídos que provarem estar aptos”. Que ao recebem esta integração, as pessoas com deficiências ou não saibam se valorizar garantindo em pensamento de tendência inovadora a tratar as pessoas com deficiências em um mesmo ambiente, com o objetivo de adquirirem uma cultura suficiente para seu dia a dia.

2 – O que pensa da política inclusão?

A política inclusão, ela deve ser trabalhada no social que a ação combate à exclusão ligada a pessoas de classe social, nível educacional, portadores de deficiência física ou mental, idosos, que minoria racial, entre outras que não tenha acesso a participarem da renda dos pais. Acredito que meus colegas pensam do mesmo jeito. Por que aqui, já tem o trabalho da equipe pedagógica da escola que já nos orienta, já procura. Quando os pais querem é uma boa, mas quando eles não aceitam a gente tem que trabalhar primeiro esses pais para poder aceitar aquele problema, porque tem pai que diz que ele não aprende porque não quer, porque tem preguiça ... Mas eles não aprendem porque não têm condições de aprender, aprende sim, mas lentamente, assim, na Calpúrnica tem três alunos que eles não avançam, têm que ser promovido.

3 – Quem lhe orientou sobre as crianças especiais na sala de aula?

Na escola todos têm o conhecimento do aluno que vai receber. Os pais quando vem fazer as matrículas já comunicam aos outros que possam vir a não aceitar essa inclusão, a partir daí já tem um trabalho feito pela equipe pedagógica.

4 – Quais foram as maiores dificuldades encontradas? Foram superadas?

Muitas dificuldades com o material didático que é necessário que os professores pesquisem e busquem novos conhecimentos. Como por exemplo: trabalhos em equipe, jogos, recortes e colagem, bingos educativos, aulas de campo entre outros. Essas dificuldades foram superadas, fazemos até de caixa de papelão bingos de palavras. Muitos não sabem escrever mais desenham e a gente pergunta e escrevemos por ele.

5 – Relativamente à planificação das aulas: o que toma em consideração? Planifica para a aula em conjunto ou tem em planificação especial para os alunos com NEE?

O plano é igual para todos, levando em consideração que as diferenças sejam respeitadas.

6 – Você se sentia preparada para trabalhar com essas crianças? Justifique.

Sim. Nos dias atuais devemos ser capacitados, ou seja, preparados para lidar com essas adversidades.

7 – Você acha que a inclusão prejudica a aprendizagem das crianças? Por quê?

Não. Porque até elas se ajudam, tem aluno que ajuda muito a eles, chamam para fazer os trabalhos com eles, aqueles que não conseguem fazer, aqueles que têm a boa vontade.

8 – O Centro de Reabilitação facilita a inclusão? Ou dificulta?

Facilita sim, e muito. Era para ir todos os dias.

9 – Existe um currículo adaptado para essas crianças? Quais são as áreas que costumam ser adaptadas?

Não.

10 – Existiu alguma parceria Escola-Centro de Reabilitação? Como?

Existe sim, dois dias por semana, esses alunos que apresentam essas dificuldades, eles frequentam o Centro de Reabilitação em horários determinados pela escola. No meu ponto de vista, eles eram para ir todo dia.

11 – como a escola lhe auxiliou no processo inclusivo da sala de aula?

Auxiliou através de recursos com aulas de informática, jogos educativos através da internet, digitação de texto e outros.

APÊNDICE 30 - ENTREVISTA A PROFESSORA 2

1 – O que entende por inclusão?

Inclusão é acolher a todos com humildade e se rejeição.

2 – O que pensa da política inclusão?

Penso que foi bem elaborada e bem estudada, mas ainda hoje não é bem aceita por parte de muitos profissionais.

3 – Quem lhe orientou sobre as crianças especiais na sala de aula?

A direção da escola, como também a supervisão e outros colegas.

4 – Quais foram às maiores dificuldades encontradas? Foram superadas?

As dificuldades hoje são muitas. A falta de limite e a ausência dos pais nas escolas são algumas delas. Procuro manter a calma e com paciência tento ver o tipo necessidade de cada aluno.

5 – Relativamente à planificação das aulas: o que toma em consideração? Planifica para a aula em conjunto ou tem em planificação especial para os alunos com NEE?

Dependendo do aluno com NEE as aulas são diferenciadas, de minha parte eu planejo uma aula diferente para aquele aluno.

6 – Você se sentia preparada para trabalhar com essas crianças? Justifique.

Não. Acho que ninguém é preparado, mas com o convívio a gente passa a adquirir experiência.

7 – Você acha que a inclusão prejudica a aprendizagem das crianças? Por quê?

Sim, em parte. Por que no momento em que você tá dando assistência aquele aluno que precisa, que tem aquela necessidade, os outros alunos é, não se comportam, estão com brincadeiras, não querem prestar a atenção.

8 – O Centro de Reabilitação facilita a inclusão? Ou dificulta?

É, acho que sim. Pois eles preparam se, aquela criança, quando vem para escola normal, ela já vem mais preparada.

9 – Existe um currículo adaptado para essas crianças? Quais são as áreas que costumam ser adaptadas?

Não, não existe. Isso ai eu acredito que fica por conta da criatividade de cada professor. Se existisse esse currículo adaptado ficaria bem mais fácil.

10 – Existiu alguma parceria Escola-Centro de Reabilitação? Como?

Sim. Enviamos os alunos com NEE para serem atendidos lá.

11 – Como a escola lhe auxiliou no processo inclusivo da sala de aula?

Por meio de capacitações, material didático, sala de recursos multifuncionais e também, levando os alunos que tem uma necessidade maior para o reforço.

APÊNDICE 31 - ENTREVISTA A PROFESSORA 3

1 – O que entende por inclusão?

É a prática educativa onde você acolhe todas as diferenças que existe na nossa clientela escolar, na nossa sociedade.

2 – O que pensa da política inclusão?

A política inclusão avançou muito nesses últimos anos, com certeza, bem abrangente, assim mesmo, atinge seus objetivos. É positiva com certeza. Evoluiu muito.

3 – Quem lhe orientou sobre as crianças especiais na sala de aula?

As leituras e, principalmente leitura né, porque se você não tiver sensibilidade não tem inclusão não, não tem ninguém no mundo que faça você ver ser um professor inclusivo ou qualquer outro profissional inclusivo. Há não ser partir de você mesmo, a necessidade que você tem de ver o mundo, assim, enxergar a diferença como ser positiva, porque ninguém pode dar esse conhecimento a ninguém não, pode melhorar um pouco esse conhecimento através da leitura, através dos seminários, através dos estudos na escola, é nos cursos que a educação sempre tem. Mas se você não tiver sensibilidade não vai existir inclusão.

4 – Quais foram as maiores dificuldades encontradas? Foram superadas?

Foi a própria turma né, que assim, é difícil né aceitarem, não é nem aceitar, eles é aceitam normalmente, é saber conviver com ele, é sem fazer brincadeira, sem fazer palhaçada, que até hoje ainda fazem, mas no começo foi muito pior, muito pior mesmo, ai hoje eles já diminuíram muitas, as vezes é preciso eu brigar muito, reclamar muito, ameaçar e alguns ainda querem fazer palhaçada, brincadeira de mal gosto, mas uma boa parte já se comporta.

5 – Relativamente à planificação das aulas: o que toma em consideração? Planifica para a aula em conjunto ou tem em planificação especial para os alunos com NEE?

Alguma coisa sim, na verdade eu não tenho tempo de planejar só para ele, então o que eu faço, eu pego geralmente da internet, peço as meninas para tirar as atividades xerografadas de livros, porque aquele planejamento sistemático mesmo meu, eu não consigo fazer não, porque o tempo não permite. Também falta o currículo adaptado e o tempo, porque se eu tivesse mais tempo, é se eu tivesse pelo menos dois dias para planejar só para ele, ai eu vi, eu ia poder pegar mais livros, eu ia ter uma atividade mais direcionada só pra ele, poderia trabalhar essa semana a “linguagem” na outra “motricidade”, mas assim, a gente tem muita coisa que dá conta dos alunos, é trabalho, prova para corrigir e o tempo todo.

6 – Você se sentia preparada para trabalhar com essas crianças? Justifique.

Assim, boa parte sim, eu me sinto preparada certo. Não só nos casos específicos assim, deficiência auditiva, a língua dos sinais, isso aí eu não domino não, só alguns sinaizinhos, mas com relação a ter sensibilidade, ter iniciativa e saber agir de alguma maneira sim, algum deficiente sim. Agora os cegos e deficientes auditivos já é outra coisa, agora com

relação ao portador de deficiência mental, você tem que ter aquela visão que aquela pessoa é deficiente, agora o problema principal é tempo, ninguém tem tempo para fazer muita coisa.

7 – Você acha que a inclusão prejudica a aprendizagem das crianças? Por quê?

De jeito nenhum. Inclusão não prejudica de jeito nenhum. O que prejudica um pouco é porque você tem de desprender o tempo para ter um olhar para aquela pessoa, se não você tem é, mais tempo para olhar para aquela pessoa aí você tem de desviar mais a atenção dos outros, mais é mais difícil, é o contrario, você deixa de ensinar mais o deficiente do que os outros.

8 – O Centro de Reabilitação facilita a inclusão? Ou dificulta?

Facilita, se tiver gente atuante.

9 – Existe um currículo adaptado para essas crianças? Quais são as áreas que costumam ser adaptadas?

Não respondeu

10 – Existiu alguma parceria Escola-Centro de Reabilitação? Como?

Não respondeu

11 – como a escola lhe auxiliou no processo inclusivo da sala de aula?

Na medida do possível sim, é que a gente sabe também que todo mundo é limitado, a escola é limitada, os profissionais são atarefados, limitados, e a gente principalmente, vive um ambiente com tempo reduzido demais aí em casa o tempo é reduzido, aí vem às jornadas dupla, tripla e mais e por aí vai, e a gente termina não atingindo os objetivos que se quer e realmente é necessário para criar a inclusão verdadeira.

APÊNDICE 32 - ENTREVISTA A PROFESSORA 4

1 – O que entende por inclusão?

Inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós.

2 – O que pensa da política inclusão?

O que eu penso na política de inclusão é que ela precisa ser melhorada, mesmo que os resultados só venham a longo prazo.

3 – Quem lhe orientou sobre as crianças especiais na sala de aula?

Sempre recebi muito apoio dos gestores da escola, mas não obtive orientação de ninguém.

4 – Quais foram às maiores dificuldades encontradas? Foram superadas?

As maiores dificuldades com o aluno com NEE, são em relação as metodologias de trabalho, pois dentro de sala de aula temos que tentar adequar o ensino de forma que o aluno com NEE possa ter benefícios, mas sempre procuro fazer o melhor em conjunto com minha auxiliar.

5 – Relativamente à planificação das aulas: o que toma em consideração? Planifica para a aula em conjunto ou tem em planificação especial para os alunos com NEE?

Os meus planos de aula são feitos de forma mais generalizada e na sala, sofre algumas adaptações para atender ao aluno com NEE. Até porque o plano de aula deve ser muito flexível.

6 – Você se sentia preparada para trabalhar com essas crianças? Justifique.

Nunca estamos preparados para ter um aluno nem um filho com NEE, mas devemos tentar descobrir e só a prática diária, com dedicação e carinho para com essa criança, nos tornará aptos nesse processo tão difícil de incluir para a vida. Até porque, pais e professores, estamos formando cidadãos.

7 – Você acha que a inclusão prejudica a aprendizagem das crianças? Por quê?

Não respondeu

8 – O Centro de Reabilitação facilita a inclusão? Ou dificulta?

Facilita. Nos atendimentos com a psicóloga, com os profissionais.

9 – Existe um currículo adaptado para essas crianças? Quais são as áreas que costumam ser adaptadas?

Não existe. A gente trabalha através de atividades diversificadas.

10 – Existiu alguma parceria Escola-Centro de Reabilitação? Como?

Sempre existiu a parceria entre escola e centro de reabilitação, sob todo apoio e orientação da secretaria de educação.

11 – Como a escola lhe auxiliou no processo inclusivo da sala de aula?

A escola me auxilia no processo inclusão de sala de aula, me dando todo apoio e orientação possível, bem como com ajuda de profissionais mais especializadas.

APÊNDICE 33 - ENTREVISTA A PROFESSORA 5

1 – O que entende por inclusão?

É o ato de integrar ou seja, incluir, os alunos especiais com os normais em sala de aula.

2 – O que pensa da política inclusão?

A política da inclusão necessita melhorar mais, na minha concepção.

3 – Quem lhe orientou sobre as crianças especiais na sala de aula?

De início não tive orientação, mas agora comecei a ter apoio dos supervisores e da psicopedagoga.

4 – Quais foram às maiores dificuldades encontradas? Foram superadas?

Inicialmente surgiram muitas dificuldades por falta de socialização e interação com a turma. A superação se deu lentamente.

5 – Relativamente à planificação das aulas: o que toma em consideração? Planifica para a aula em conjunto ou tem em planificação especial para os alunos com NEE?

O planeamento se dá em conjunto, mas a atenção maior é voltada para o aluno especial.

6 – Você se sentia preparada para trabalhar com essas crianças? Justifique.

Não, mas já estou me sentindo mais preparada porque o aluno portador de necessidades já está interagindo tanto comigo quanto com os colegas.

7 – Você acha que a inclusão prejudica a aprendizagem das crianças? Por quê?

Não, porque a gente tem que conversar com os alunos dito normais e toda a criança que tem NEE, ele tem que ser incluído com os alunos normais.

8 – O Centro de Reabilitação facilita a inclusão? Ou dificulta?

Facilita, porque eles são acompanhados com os pais até lá, e lá eles têm acompanhamento com psicóloga, psicopedagoga e orienta tanto o aluno portador como os pais, que os acompanham.

9 – Existe um currículo adaptado para essas crianças? Quais são as áreas que costumam ser adaptadas?

Não. Eu trabalho com os conteúdos, mas procuro assim trabalhar metodologias né, é procurando conversar com a psicopedagoga que acompanha o aluno portador. As atividades são diferenciadas.

10 – Existiu alguma parceria Escola-Centro de Reabilitação? Como?

Sim. A secretaria de educação sempre se preocupou com os alunos portadores de necessidades.

11 – Como a escola lhe auxiliou no processo inclusivo da sala de aula?

A supervisão e a direção sempre me orientam como trabalhar com os alunos portadores de necessidades.

APÊNDICE 34 - ENTREVISTA A PROFESSORA 6

1 – O que entende por inclusão?

É saber conviver e respeitar as diferenças, a educação inclusiva acolhe todos os alunos sem exceção. Todos têm direito de ocupar o seu espaço na escola e na sociedade.

2 – O que pensa da política inclusão?

Eu acho que ainda precisa melhorar muito, mas vem crescendo, vem melhorando de uma forma é pelo menos aqui em nossa escola a gente já está. A nossa constituição garante desde 1988 o acesso de todos ao ensino fundamental né, só que agora a escola precisa oferecer atendimento a todo mundo, independentemente de ter necessidade ou não. E com relação a nossa escola, ela vem desenvolvendo um trabalho que eu considero bom, desde 2007, que ela tem aula específica para trabalhar com alunos portadores de Necessidades.

3 – Quem lhe orientou sobre as crianças especiais na sala de aula?

Eu e outra professora fomos preparadas, é, fizemos um curso de formação de professores à distância, em informática, em educação especial, pelo proinresco, esse curso foi de agosto a setembro, onde toda semana a gente trazia pra sala alunos portadores e eles eram, os trabalhos eram para ser feito com alunos portadores a gente fazia as experiências com eles e relatava para a professora como tenha sido o procedimento.

4 – Quais foram às maiores dificuldades encontradas? Foram superadas?

As dificuldades fazem parte da vida de qualquer profissional, né, um ano a gente convive com um aluna surda, então, tivemos que nos preparar mais para atender essa aluna, agora temos uma aluna que é cega, temos alunos que são portadores de deficiência mental, na medida que vão aparecendo dificuldades nós estudamos mais para superar as dificuldades, porque elas vão ocorrendo no decorrer do ano letivo. A medida que vamos tendo necessidade vamos estudando, nos preparando para atender esse aluno.

5 – Relativamente à planificação das aulas: o que toma em consideração? Planifica para a aula em conjunto ou tem em planificação especial para os alunos com NEE?

Não respondeu

6 – Você se sentia preparada para trabalhar com essas crianças? Justifique.

Sim, me sinto preparada, desde que fiz um curso onde foi muito válido fazer trabalho, agora eu sei que, como trabalhar, se eu que tem um aluno com dificuldade de memorização, já a gente trabalha muito com joguinho de memória, com jogo de carta, de texto, para eles vão associando a leitura com a gravura, né, a gente trabalha muito, usando material concreto com esses alunos. Então quando a gente estuda, quando a gente sente uma dificuldade a gente para e se reúne com a outra professora e então vamos ver uma forma de ajudar aqueles alunos. Temos também uma parceria muito grande com o professor da sala de aula, é a gente fica perguntando, como é, o aluno tá melhorando, o que você tá achando

trabalho que está desenvolvendo, então é muito importante esse contato direto com o professor da sala de aula.

7 – Você acha que a inclusão prejudica a aprendizagem das crianças? Por quê?

Pelo contrário, depois que a nossa escola trabalha com a inclusão muito grande, como temos, percebe-se que as crianças ditas normais tem uma sensibilidade muito grande em conviver com as crianças ditas especiais, porque elas se preocupam em ajudar nas atividades, em ajudar a trazer um copo d'água, a gente percebe que a inclusão faz com que os alunos ditos normais se tornem mais humano, eles têm um contato muito proveitoso com os especiais.

8 – O Centro de Reabilitação facilita a inclusão? Ou dificulta?

Facilita muito, porque essas crianças são realmente trabalhadas por especialistas em sua área, aqui eu sou apenas uma professora que fiz um curso, mas eu não tenho como fazer um trabalho de psicólogo, de fono, eu apenas tenho como trabalhar com esse aluno a questão didática e melhorar sua aprendizagem, de coordenação, de convivência mesmo.

9 – Existe um currículo adaptado para essas crianças? Quais são as áreas que costumam ser adaptadas?

Não respondeu

10 – Existiu alguma parceria Escola-Centro de Reabilitação? Como?

O centro de reabilitação faz um trabalho muito bom, porquê os alunos são atendidos na escola no horário de aula. E em horário oposto eles vão para o centro, lá eles tem um atendimento bem maior do que o da nossa escola, aqui tem apenas um professor que faz o trabalho pedagógico, lá eles tem atendimento com psicólogos, fono, então é muito importante essa parceria. Eu só acho que ela deveria ser mais constante, os professores da sala de aula deveria ter um contato a mais, sabe, às vezes eles tem um contato, mas deveria ser mais intensificado.

APÊNDICE 35 - ENTREVISTA A PROFESSORA 7

1 – O que entende por inclusão?

É quando se, é a gente inclui as pessoas em toda a sociedade, não só nas escolas, como em toda sociedade, seja ele quem como for.

2 – O que pensa da política inclusão?

É, eu concordo com a política de inclusão em algumas partes, quando o aluno ele é incluído na política de inclusão, ou seja, qualquer um que for, a pessoa que seja ela precisa ser incluído, não só agregado incluir ele, ele deve participar de tudo que existe dentro da sociedade e da comunidade também.

3 – Quem lhe orientou sobre as crianças especiais na sala de aula?

São através da supervisão escolar e alguns cursos que aparecem na nossa cidade.

4 – Quais foram às maiores dificuldades encontradas? Foram superadas?

Quando eu recebi pela primeira vez um aluno com deficiência mental. Que foram: como trabalhar com ele, hoje essas dificuldades já amenizaram um pouco.

5 – Relativamente à planificação das aulas: o que toma em consideração? Planifica para a aula em conjunto ou tem em planificação especial para os alunos com NEE?

Geralmente eu faço um trabalho é, em conjunto, mas quando eu vejo que tem dificuldade então eu procuro trabalhar de outras formas. Quando o aluno tem necessidades, eu faço atividades diferenciadas mas, nem todas, mas algumas eu faço quando eu sei, eu percebo que ele tá sentido dificuldade.

6 – Você se sentia preparada para trabalhar com essas crianças? Justifique.

Não. Trabalho dependendo em conjunto, sempre, eu gosto de colocar o portador e conjunto, perto de uma criança que é dita normal e quando ele tem dificuldade em trabalhar com aquela criança dita normal eu me aproximo mais dele.

7 – Você acha que a inclusão prejudica a aprendizagem das crianças? Por quê?

As vezes. Porque dependendo da deficiência da criança, quando ele não se adapta com aquelas crianças ele prejudica na parte do comportamento.

8 – O Centro de Reabilitação facilita a inclusão? Ou dificulta?

Sim. Quando o aluno precisa de acompanhamento psicológico e pedagógico, a gente encaminha pra lá, e a fonoaudióloga.

9 – Existe um currículo adaptado para essas crianças? Quais são as áreas que costumam ser adaptadas?

Existe, a gente faz essa adaptação se agrupando de quinze em quinze dias junto com a supervisão e a gente trabalha esse currículo, como trabalhar com o aluno.

10 – Existiu alguma parceria Escola-Centro de Reabilitação? Como?

Existe.

11 – Como a escola lhe auxiliou no processo inclusivo da sala de aula?

Quando eu preciso, através de atividades ou e conversas. Existe ainda a sala de recursos multifuncionais.

APÊNDICE 36 - ENTREVISTA A SUPERVISOR 1

1 – O que entende por inclusão?

É o ato de incluir alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular e dá condições de aprendizagem a esse aluno.

2 – O que você pensa da política da inclusão? E o que pensa que os seus colegas pensam acerca desta política?

É uma política necessária, porém complexa, divido tantas necessidades educacionais especiais e poucas estruturas nas escolas.

3 – Como pensa que reagem os professores quando sabem que vão ter nas suas turmas alunos com NEE? Que atitude mais frequentes é que destacaria?

De imediato eles sentem surpresos e assustados por não terem uma especialização total, por exemplo, eles têm uma aprendizagem superficial, mas com o passar do tempo eles vão se adaptando no dia a dia. Eles aceitam os alunos na sala, com certeza.

4 – Como a escola orienta os professores sobre inclusão?

A supervisão orienta os professores a trabalhar com os portadores de necessidades educacionais especiais de maneira que eles possam assinalar os conteúdos misturados dentro de suas possibilidades tanto dos alunos quanto dos professores, pois no quadro de funcionários não existe uma equipe qualificada para desenvolver e atender toda as necessidades satisfatoriamente de uma vez que a escola recebe uma grande demanda de alunos portadores, dentre elas: deficiência intelectual, deficiência visual, hiperatividade, entre outras.

5 – Como os professores se comportam diante da inclusão?

Não respondeu

6 – Você acha que a inclusão prejudica a aprendizagem das crianças? Por quê?

Não, prejuízo não. Mas as vezes quando o aluno ele não é bem trabalhado, às vezes surge um medo por parte dessas crianças. Mais aí, com o decorrer vai se trabalhando essas crianças são aceitas na escola.

7 – O Centro de Reabilitação facilita a inclusão? Ou dificulta?

Facilita, ajudando quando os alunos são encaminhados para esse centro, acompanhado esses alunos.

8 – Existe um currículo adaptado para essas crianças? Quais são as áreas que costumam ser adaptadas?

Não, a escola não dispõe de um currículo de um currículo adaptado, porém, os professores usam determinados conteúdos para trabalharem com os alunos que necessitam dessa adaptação.

9 – Existiu alguma parceria Escola-Centro de Reabilitação? Como?

A gente faz encaminhamento, eles fazem o acompanhamento psicológico e psicopedagogo.

APÊNDICE 37 - ENTREVISTA A GESTOR 1

1 – O você entende por inclusão?

Como sabemos toda criança tem direito fundamental a educação e deve ser dada a esta a oportunidade de aprender e manter o nível adequado de sua aprendizagem. Aqueles que necessitam de educação especial, devem ter acesso a escola regular que deveria acomodar dentro da pedagogia centrada na criança capaz de satisfazer tais necessidades, a partir daí podemos dizer que a inclusão dessas crianças na escola regular como importa ser orientada exclusivamente através de meios mais “eficaz” para combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades, escolas acolhedoras construindo uma sociedade inclusiva, além da escola onde ela vai estar inserida né, para alcançar uma educação de qualidade para todos. Então a inclusão é isso, fazer com que o aluno seja incluído dentro da escola regular e dentro da nossa sociedade.

2 Como pensa que reage os professores quando sabem que vão ter nas suas turmas alunos com NEE?

A nossa participa da inclusão há vários anos, os professores aceitam até bem certos tipos de deficiência, eles acolhem bem o aluno, as grandes dificuldades na realidade é ao aluno portador de deficiência visual e auditiva, por que nenhum curso de graduação prepara esse profissional para trabalhar com esse tipo de deficiência, então a grande dificuldade, o desespero grande é quando nós, temos um aluno com deficiência visual chega na sala, apenas um professor entende em todo o município é na nossa escola, que sabe trabalhar com Braille. A grande dificuldade é essa, ninguém é preparado para trabalhar com Braille.

3 – Como a escola pode ser inclusiva?

A escola pode ser inclusiva através de meios eficazes para combater atividades discriminatórias, como eu já disse antes, criando um acolhimento dentro da sala de aula, dentro da escola, fazendo com que o aluno portador de NEE, ela tenha a qualidade dentro das suas limitações.

4 – Como a escola orienta os professores sobre a inclusão?

A escola trabalha orientando junto com o centro de reabilitação a onde tem profissionais preparados: psicopedagogo, o fonoaudiólogo, o psicólogo, então junto com esses profissionais eles orientam os professores para trabalhar com os portadores de NEE.

5 – Que atitudes os pais costumam ter diante da inclusão na sala de aula?

Hoje em dia os pais aceitam com mais facilidade, por exemplo na escola temos é deficiência visual, como paralisia cerebral, e assim, os pais, de hoje em dia já estão mais preparados, as famílias já estão mais preparadas para essa inclusão. Antes havia mais rejeição, as pessoas, mas assim, eu acredito que ainda a uma certa rejeição entre alguns pais, com relação a questão da deficiência e NEE, porque as vezes a gente vê que pra levar alguns alunos para acompanhamento psicológico e parte de alguns próprios alunos que eles têm em mente que para ir ao psicólogo a pessoa tem que ser doída, né, então existe essa picuinha, mas isso vem mudando ao longo dos anos.

6 – Como os professores se comportam diante da inclusão?

Alguns trabalham de forma interativa na, a gente tem por exemplo aqui na escola, nós temos a sala de recursos onde nós temos dois professores que são, que fizeram curso exclusivamente para trabalhar com os portadores de NEE né, e esses professores dão um suporte para o professor da sala de aula, para que aqueles alunos que tem deficiência, dificuldade de aprendizagem, realmente já comprovado tenha além da sua sala de aula normal um complemento nessa sala de recurso multifuncionais.

7 - Existe alguma capacitação para os professores sobre essa temática?

O município já trabalhou recentemente a questão da inclusão né, a pouco tempo que houve um trabalho, um seminário com o pessoal de Natal, da coordenadoria de educação especial e também em curso no ano passado, no Instituto dos Cegos de Natal.

8 – Você acha que a inclusão prejudica a aprendizagem das crianças? Por quê?

Acredito que não. Acho que ajuda além da aprendizagem, ajuda nos procedimentos, nas atitudes, onde o aluno passa a ter uma visão de mundo melhor, onde o aluno, ele começa a ver que o mundo vai além das suas limitações, que vai muito além, tem pessoas que têm problemas maiores do que o seu e então eu acredito que a atitude, o comportamento, o compromisso desses alunos das turmas que têm alunos inclusos é bem maior, do que aqueles que não têm, porque eles pensam a respeitar e passam a ter atitudes mais viáveis.

9 – O Centro de Reabilitação facilita a inclusão? Ou dificulta?

Facilita, quando nós trabalhamos em parceria todo mundo em busca de uma educação de qualidade as coisas caminham.

10 – Como estão compostas as salas de aula onde estão matriculadas as crianças com NEE? Você concorda? Por quê?

Depende da NEE que nós dispomos naquela sala, nós temos é, turmas no máximo de 25 alunos mais o portador e também um auxiliar, dependendo das necessidades, né.

11 – Existe alguma parceria Escola-Centro de Reabilitação? Como?

Existe. A escola procura o centro e encaminha os alunos para o centro e o centro faz atendimentos, trabalha para que o portador de NEE tenha em atendimento, muito embora, às vezes, em alguns casos os próprios pais não aceitam que seu filho tenha essas NEE.

APÊNDICE 38 – ENTREVISTA A GESTOR 2

1 – O você entende por inclusão?

é uma política que tem por objetivo concretizar a todos os mesmos direitos que já estão assegurados em nossa constituição. No que se refere as NEE a inclusão é uma política que visa a criação de meios mais diversificados para que todos possam atingir os mesmos objetivos.

2 – Como pensa que reage os professores quando sabem que vão ter nas suas turmas alunos com NEE?

A maioria dos professores reagem com indiferença e resistência. Muitas vezes tentam se livrar do aluno como se ele fosse um problema e tentam argumentar que não estão preparados para trabalhar com os mesmo e falam logo em tirar uma licença, etc.

3 – Como a escola pode ser inclusiva?

Uma escola só é inclusiva quando ela tem o seu projeto pedagógico voltado pra atender a todos. Desde o aluno que tem deficiência física ou mental, bem como as que têm dificuldade de aprendizagem, os indisciplinados com a escola.

4 – Como a escola orienta os professores sobre a inclusão?

Eu particularmente oriento que todos somos diferentes e carecem de uma atenção diferenciada.

5 – Que atitudes os pais costumam ter diante da inclusão na sala de aula?

Nem todos reagem bem. Mas isso está mudando devido a nossa escola já está trabalhando há bastante tempo, né, essa visão já está mudando, essa visão em relação aos portadores de NEE. Os pais que não reagem bem, são aqueles dos filhos que não tem NEE e alguns já entendem como algo positivo.

6 – Como os professores se comportam diante da inclusão?

No início reagem com indiferença, mas dependendo do trabalho realizado pelo professor e pela escola, com o passar do tempo eles reagem com maior naturalidade.

7 – Existe alguma capacitação para os professores sobre essa temática?

Sim, mais NE todos dão a devida atenção. No FNDE, principalmente aos cursos online, tem algumas disciplinas que oferece algumas capacitações, mas nem todos os professores estão aptos, eles resistem a essas capacitações.

8 – Você acha que a inclusão prejudica a aprendizagem das crianças? Por quê?

Não, pelo contrario, aqui no colégio, nós temos várias experiências, que comprovam que a inclusão ela facilita até a aprendizagem dos demais, é uma lição de vida para aqueles alunos ditos normais.

9 – O Centro de Reabilitação facilita a inclusão? Ou dificulta?

Sim, principalmente a questão da integração, que existe uma diferença entre inclusão e integração, que tem aqueles alunos que precisam realmente ser integrados, e precisa do processo, e quem nos ajuda é justamente o centro de reabilitação, nesse processo de adaptação para depois o aluno ser realmente incluído. Sabemos que nem todos os alunos estão incluídos, tem alunos que estão apenas interagindo na nossa escola, juntamente com os demais, eles não estão ainda, até porque a aprendizagem não está acontecendo como deveria.

10 – Como estão compostas as salas de aula onde estão matriculadas as crianças com NEE? Você concorda? Por quê?

Geralmente a gente tenta colocar um aluno por turma, geralmente. Não deve ultrapassar 25 alunos, mas nem sempre isso acontece, nós temos sala com três, quatro alunos com NEE comprovados.

11 – Existe alguma parceria Escola-Centro de Reabilitação? Como?

É excelente, principalmente no que diz respeito a questão do atendimento psicológico como também daqueles alunos que têm deficiência na aprendizagem porque tem atendimentos com psicopedagoga de lá nos ajuda a, como trabalhar com esses alunos que tem essas deficiências.

APÊNDICE 39 - FICHA DE OBSERVAÇÃO REALIZADA NA ESCOLA

HORA: _____

DATA: _____

Local observado	Pontos fortes	Pontos fracos